UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

FÁBIO LUCAS DA CRUZ

***FRENTE BRASILEÑO DE INFORMACIONES* e *CAMPANHA*:
Os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979)**

São Paulo
2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

FRENTE BRASILEÑO DE INFORMACIONES e CAMPANHA:
Os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979)

Fábio Lucas da Cruz

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Gabriela Pellegrino Soares

São Paulo
2010

Resumo

A pesquisa analisa periódicos produzidos por brasileiros exilados no Chile entre 1968 e 1973, com o objetivo de identificar como esses intelectuais concebiam o Brasil e a América Latina a partir das experiências do exílio e das revisões das concepções teóricas que regiam a ação dos grupos de esquerda. Foram selecionados para análise os periódicos com maior duração e circulação: o *Frente Brasileiro de Informaciones*, publicado entre 1968 e 1973 pelo Comitê de Denúncia de Repressão no Brasil, e o *Campanha*, produzido a partir de 1972 pelo grupo de esquerda Fração Bolchevique. Embora apresentassem posicionamentos políticos distintos, ambos debatiam as complexas transformações do exílio e possibilitavam a troca de informações e ideias entre os grupos de brasileiros presentes no Chile, no Brasil e na Europa. Após a implantação do regime militar chileno em 1973, que obrigou os brasileiros a partirem para um novo exílio, o *Campanha* reapareceu em Paris e passou a apresentar artigos que evidenciavam uma grande alteração de perspectivas sobre a realidade latino-americana e sobre os projetos revolucionários discutidos e conduzidos a partir do exílio. A pesquisa também analisa a trajetória desse periódico em Paris para observar qual foi o impacto da vivência do exílio no Chile e do golpe militar de 1973 para a redefinição das concepções e estratégias de ação do grupo que o produzia. Por meio da análise dos textos e imagens dos impressos produzidos no Chile e também do *Campanha* após sua reorganização em 1974, almeja-se identificar quais alterações ocorreram nas diferentes abordagens sobre o exílio, o Brasil, a América Latina e a Esquerda. A pesquisa estende-se até o ano de 1979, quando os exilados começam a retornar ao Brasil, intensificando os debates sobre a redemocratização e a reinserção numa sociedade por tanto tempo imaginada e muito distante da realidade que viriam encontrar.

Palavras-chave: exílio, ditadura, Chile, esquerda, imprensa

fabiolucascruz@uol.com.br

Abstract

The research analyzes journals produced by Brazilians exiles in Chile between 1968 and 1973, aiming to identify how these intellectuals understood Brazil and Latin America according to the experiences of exile and the reviews of the theoretical concepts that guide the actions of leftist groups. Two journals that have greater duration and circulation were selected for the analysis: *Frente Brasileiro de Informaciones*, published between 1968 and 1973 by the Comitê de Denúncia e Repressão no Brasil, and *Campanha*, produced in 1972 by a group denominated Fração Bolchevique. Although they presented different political positions, both debated the complex transformations from exile and made possible the exchange of information and ideas between groups of Brazilians present in Chile, Brazil and Europe. After the implementation of the Chilean military regime in 1973, which forced the Brazilian to leave for a new exile, *Campanha* reappeared in Paris and began to submit articles that demonstrate a significant change in perspectives on the Latin American reality and about the revolutionary projects discussed and led from exile. The survey also examines the trajectory of this journal in Paris to see how the impact of living in exile in Chile and the military coup of 1973 redefine the concepts and action strategies of the group that produced it. Through analysis of texts and images of printed materials produced in Chile and also from *Campanha* after its reorganization in 1974, we aim to identify what changes occurred in the different approaches on exile, Brazil, Latin America and the Left. The research extends to the year 1979, when the exiles began to return to Brazil, intensifying the debate on democratization and reintegration in society for so long imagined and far from reality that they would find.

Quadro de siglas

ABI: Associação Brasileira de Imprensa

ACNUR: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

ALN: Ação Libertadora Nacional

AP: Ação Popular

ASI: Assessoria de Segurança e Informações

ASMOB: Archivio Storico del Movimento Operaio Brasileiro

CDRB: Comité de Denúncia de la Represión en Brasil (também chamado CDR por algumas publicações analisadas)

CEDEM: Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (UNESP)

CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CGT: Confederação Geral dos Trabalhadores

CIA: Central Intelligence Agency

CICV: Comitê Internacional da Cruz Vermelha

CIEX: Centro de Informações do Exterior

CIME: Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias

CINEMAR: Centro de Informações da Marinha

CISA: Centro de Informações da Aeronáutica

CNAR: Comitê Nacional de Ajuda aos Refugiados

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

DEIC: Departamento de Investigações Criminais

DEOPS: Departamento Estadual de Ordem Política e Social

DC: Democracia Cristã

DINA: Dirección de Inteligencia Nacional

DOI/CODI: Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna

DSI: Divisão de Segurança Interna

ESG: Escola Superior de Guerra

FBI: Frente Brasileño de Informaciones

IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES: Instituto de Pesquisas Sociais

IPM: Inquérito Policial Militar

MAPU: Movimiento de Acción Popular Unitaria

MIR: Movimiento de Izquierda Revolucionaria
Molipo: Movimento de Libertação Popular
MR-8: Movimento Revolucionário Oito de Outubro
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN: Operação Bandeirantes
OCML-PO: Organização de Combate Marxista-Leninista - Política Operária
ORM – Polop: Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
OESP: O Estado de São Paulo
OIT: Organização Internacional do Trabalho
ONU: Organização das Nações Unidas
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PIB: Produto Interno Bruto
PCBR: Partido Comunista Revolucionário
PC do B: Partido Comunista do Brasil
POC: Política Operária Católica
SIP: Sociedade Interamericana de Imprensa
SNI: Sistema Nacional de Informações
SUDAM: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
UP: Unidade Popular
VPR: Vanguarda Popular Revolucionária
USLA: United States Lifesaving Association

Agradecimentos

À Professora Doutora Gabriela Pellegrino Soares, por me conceder a possibilidade de realizar este trabalho e orientar-me de forma tão competente e compreensiva.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que concedeu uma bolsa de estudos para a viabilização deste trabalho.

Às professoras Maria Helena Rolim Capelato e Maria Ligia Coelho Prado, por suas sugestões durante o Exame de Qualificação.

Aos funcionários do Centro de Documentação e Memória da Unesp, pelo excelente trabalho arquivístico que realizam.

A Nilton Santos, José Maria Rabêlo e Yara Gouvêa, pois prontamente aceitaram relatar suas experiências de exílio, acreditando na relevância desta pesquisa.

E à Edna, razão de minha vida.

*Mi patria no es sólo mi patria,
es la patria de los humildes,
de los explotados de este continente...
Mi patria hoy tiene su bandera rota,
hoy tiene su cuerpo sangrando,
mi patria hoy tiene su pueblo en duelo,
hoy tiene su pueblo en lucha...
El mañana de América es uno solo...
En el mañana tendremos en América,
un gigante despierto,
un gigante que cubrirá de alegría y calor,
a los explotados de este continente.
Mi patria entonces no será mi patria,
Yo ya no seré el increado,
el ser sin patria,
Seré el ser de América.
Mi patria será la patria de todos,
Ya no habrá un gigante
Que duerme en América virgen,
Porque en el mañana
Habrá una América despierta y única.*

Nilton Rosa da Silva, brasileiro que integrava o
Movimiento de Izquierda Revolucionaria – MIR.
Foi assassinado em 15 de junho de 1973.

Sumário

Introdução	9
 Capítulo I: Caminhos do exílio: entre projetos e revoluções	19
1.1- Os regimes militares no Chile e no Brasil	19
1.2- Os grupos de esquerda no Brasil	28
1.3- Concepções sobre o exílio	30
1.4- Os brasileiros no exílio	34
1.5- Os exilados brasileiros no Chile: “do paraíso ao inferno”	39
1.6- A imprensa dos brasileiros no exílio	43
1.7- A imprensa dos brasileiros exilados no Chile	45
 Capítulo II: Frente Brasileño de Informaciones: A denúncia como arma.....	55
2.1- A Frente Brasileira de Informação	57
2.2- O Comitê de Denúncia da Repressão no Brasil	63
2.3- A imprensa censurada	66
2.4- Diplomacia e regime militar	71
2.5- Reversos de uma imagem: o “Milagre Brasileiro”	74
2.6- Em defesa dos direitos humanos	79
2.7- O Tribunal Bertrand Russel.....	85
 Capítulo III: Fazer do exílio uma Campanha	97
3.1- A Fração Bolchevique e a organização do Campanha	98
3.2- O projeto revolucionário para o exílio	104
3.3- Reflexões sobre a esquerda no Brasil.....	111
3.4- Críticas ao Comitê de Denúncia da Repressão no Brasil	117
3.5- Censura, subimperialismo e exploração	121
3.6- Cultura e oposição no Brasil	126
3.7- Do Chile à França: avaliação das experiências e reorganização da resistência	128
3.8- O fim da Campanha	131
3.9- A campanha feminista.....	132
3.10- Reflexões sobre a democratização	134
 Considerações finais	149
Principais fontes.....	152
Referências bibliográficas.....	153

Introdução

A Verdade

Na planície do exílio,
Nasce a verdade,
Que tantas vezes dói.
Para os que sofrem,
O exílio é fogo, que purifica
Ou que destrói.

José Maria Rabêlo

(Santiago, dezembro de 1969)

Na segunda metade do século XX, milhares de latino-americanos deixaram o continente em direção principalmente à Europa. A extrema repressão instaurada pelos regimes militares dos países do continente obrigava aqueles que se opunham às regras da nova ordem política e econômica a buscarem refúgio em outros países. A quantidade de pessoas exiladas estava relacionada diretamente ao grau de repressão empregado em cada regime militar: estima-se que dois milhões de argentinos, um milhão de chilenos e quinhentos mil uruguaios partiram para o exílio.¹

O exílio não representou, no entanto, o fim da trajetória política dos militantes de esquerda ou intelectuais que não se calavam frente os novos governos. Transformou-se em espaço de organização para a oposição aos regimes ditatoriais. Denunciando a ausência de liberdade de imprensa, apontando os casos de tortura e abusos das autoridades policiais e descrevendo as dificuldades da população mais pobre, os exilados desconstruíam as imagens positivas que aqueles regimes queriam expor ao mundo.

A imprensa foi o principal instrumento para que os exilados organizassem a oposição no exterior. Os jornais, revistas e panfletos lhes permitiam exporem ideias e informações e buscarem o apoio da comunidade internacional para o combate aos regimes militares. A partir das publicações, os exilados reestruturavam projetos da esquerda e reviam seus posicionamentos a partir das experiências em diferentes países.

Embora seja fundamental para a compreensão do tema e da oposição aos regimes militares, a imprensa criada pelos exilados ainda carece de mais análise no Brasil. O exílio dos brasileiros entre as décadas de 60 e 70 ainda é explorado com base principalmente em

¹ BOLZMAN, Claudio. De los europeizados a los deslocalizados: una tipología de las migraciones americanas hacia Europa. In: ARTIGAS, José del Pozo. *Exiliados, emigrados y retornados: chilenos en América y Europa (1973-2004)*. Santiago: RIL Editores, 2006, p.23.

autobiografias e depoimentos, secundarizando fontes como jornais e revistas organizados no exterior.

Este trabalho pretende contribuir para a compreensão do exílio tomando como principais fontes de análise as publicações elaboradas no Chile por brasileiros. Este país transformou-se em local de atração para os brasileiros, principalmente após a publicação do AI-5, que suprimia direitos individuais e concedia ao governo ampla margem para reprimir qualquer movimento e oposição. Os grupos de esquerda do país foram duramente reprimidos e desorganizados. Aproximadamente três mil brasileiros foram residir em Santiago, tanto por sua proximidade geográfica, quanto pela inédita experiência de governo popular que se desenvolvia no Chile a partir da eleição de Salvador Allende, em 1970.

Os brasileiros que se exilavam no Chile tinham objetivos bastante distintos. Inicialmente, chegavam a Chile com a expectativa do rápido retorno. Muitos reorganizavam os grupos de esquerda para conseguirem uma comunicação com os militantes que ainda estavam no Brasil para organizarem movimentos populares e ações armadas. Outros procuravam reorganizar suas vidas longe da repressão do governo militar. Intelectuais viam a possibilidade de ascenderem em suas carreiras em universidades e organismos internacionais instalados na capital. Estudantes ligados à esquerda também viam a possibilidade de participarem do movimento popular chileno e construírem novos rumos para o socialismo no continente.

A maioria dos jornais produzidos pelos brasileiros no Chile foi organizada por estudantes e intelectuais ligados a organizações de esquerda. Muitos não passaram de publicações efêmeras ligadas ao debate entre os integrantes dos grupos de esquerda. No entanto, alguns conseguiram grande destaque na promoção de denúncias contra a Ditadura brasileira e na discussão de estratégias de atuação política dos exilados e oposição para derrubar o regime militar. Suas visões sobre o exílio, o Brasil e o posicionamento da esquerda variaram conforme a experiência do exílio.

Esta dissertação objetiva analisar dois importantes jornais produzidos no Chile com o intuito de compreender como foi a oposição dos brasileiros no exterior considerando a vivência no Chile: *Frente Brasileño de Informaciones*, produzido pelo Comitê de Denúncia da Repressão no Brasil, e *Campanha*, organizado pela Fração Bolchevique. Procurar-se-á entender como se organizavam, o que debatiam, qual era a importância dos jornais produzidos naquele país, como descreviam as condições políticas culturais e sociais do Brasil e elaboravam teorias políticas ou ações de oposição ao regime militar a partir do exílio.

Os jornais foram escolhidos dentre as seguintes publicações levantadas: *Brasil Hoy*, editado pelo Movimento Sindical Brasileiro no Exterior; *Cartas Chilenas*, publicação criada por um grupo de exilados mineiros, dentre eles Cícero Vianna, José Maria Rabêlo e Edmur Fonseca; *Juventud Brasileña por la solidaridad antiimperialista, la paz y la amistad*, cujo grupo produtor é desconhecido; *Outubro*, produzido por um grupo de trotskistas brasileiros; *Palmares*, publicação da VAR — Palmares; *Temas y Debates* (produzido pelo Coletivo Debate); e *Unidade e Luta*, elaborado pela Tendência Leninista da Ação Libertadora Nacional.

Estes documentos encontram-se reunidos no Centro de Documentação e Memória da UNESP, na coleção do ASMOB (Archivio Storico del Movimento Operaio Brasiliano), conjunto de documentos datados entre 1964 e 1980 e reunidos a partir de 1977 por exilados brasileiros na Europa. O fundo documental foi inicialmente organizado na Itália, reunindo documentação do líder da Central Geral dos Trabalhadores, Roberto Morena, e de Astrojildo Pereira, jornalista revolucionário, fundador do Partido Comunista Brasileiro e líder da Confederação Operária Brasileira; progressivamente, chegaram doações de exilados, incluindo personalidades de destaque como Luís Carlos Prestes, Jorge Amado e Oscar Niemayer². A documentação só foi trazida para o Brasil em 1994. Além de ser fundamental para o estudo dos movimentos de esquerda brasileiros no século XX, esta coleção é fonte básica dos estudos do exílio, pois reúne materiais de diferentes países onde os brasileiros exerceram atividades de militância.

A escolha pelo estudo do *Frente Brasileño de Informaciones* e do *Campanha* justifica-se por terem sido as publicações com maior circulação e por apresentarem posicionamentos divergentes: enquanto o primeiro dedicava-se a denunciar as arbitrariedades da Ditadura brasileira, o segundo defendia a possibilidade de se opor a ela com base no princípio da revolução dos setores populares movimentados a partir do exílio, com ativa participação dos brasileiros exilados.

A análise do *Campanha* viabilizou outra vertente de estudo importante, já que depois do golpe chileno de 1973 passou a ser publicado em Paris. Os exemplares elaborados entre 1974 e 1979 apresentam considerações sobre a experiência chilena e as transformações dos regimes militares na América Latina. Além de o jornal avaliar as condições que levaram à derrota no Chile, os problemas da esquerda brasileira e o papel nos exilados naquele contexto, os acontecimentos do governo de Ernesto Geisel (1974-1979) provocaram debates

² Além do CEDEM- UNESP, parte dos materiais pode também ser encontrada no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), no Arquivo Edgar Leuenroth, pertencente à Universidade Estadual de Campinas, e na Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine. (Museu de História Contemporânea — Paris).

sobre novos temas, aprofundando o processo de revisão ideológica da esquerda exilada. Incluía-se entre os novos assuntos a realização da abertura política controlada, a valorização da participação feminina na sociedade e a produção cultural dos exilados.

Almeja-se, portanto, realizar uma análise dos jornais *Frente Brasileiro de Informaciones* e o *Campanha*, identificando suas propostas, resultados, considerações sobre o Brasil, a esquerda exilada e a América Latina, à luz dos contextos anteriores e posteriores ao golpe. Desta forma, o período de análise estende-se de 1968, com o início das publicações, a 1979, com o retorno dos exilados ao país e o fim do grupo *Campanha*.

Tomamos como princípio a abordagem do jornal como um instrumento de informação que se baseia numa *leitura* da realidade por um grupo de intelectuais. Uma determinada publicação carrega as escolhas, os projetos, os objetivos e as características culturais de seu grupo organizador. Não existe uma informação completamente imparcial, pois o processo de obtenção, tratamento e divulgação de um dado é permeado por uma seleção que evidencia as ideias ou posturas definidas coletivamente por seus produtores.

Um estudo que toma o jornal ou a revista como fonte deve identificar os grupos sociais ou políticos envolvidos com sua produção e o contexto em que foram elaborados para que se realize a compreensão das escolhas adotadas na divulgação das informações. Os editoriais são fundamentais para esta análise, pois são espaços onde há explícitas descrições do posicionamento da publicação sobre os fatos.³ O mesmo discurso está implícito na escolha dos temas, nas charges e no enfoque dado a uma informação. Uma leitura crítica destes materiais deve compreender este discurso a partir da relação entre o texto e o conjunto de imagens. As ilustrações não são complementos do discurso de um periódico, mas instrumentos eficazes de exposição de ideias, já que a linguagem visual atrai mais facilmente o leitor e transmite mais rapidamente determinada informação.⁴

Existem dois gêneros de imprensa: a *convencional*, ou grande imprensa, pautada nos princípios liberais, e a *alternativa*, cuja atuação é direcionada pela crítica ao sistema político.⁵ O primeiro gênero visa à venda de informações sob a premissa da imparcialidade e é dominado por grandes empresas que vendem espaços publicitários para manutenção do

³ Considerações sobre a função do jornal, a relação entre a imprensa e a sociedade e a metodologia de trabalho em Jornalismo são detalhadas em DINES, Alberto. *O papel do jornal: uma releitura*. São Paulo: Summus Editorial, 8ª ed., 1986.

⁴ Para a metodologia de análise das imagens dos jornais, tomamos como base as reflexões de Boris Kossoy apresentadas no texto “O jornalismo revolucionário ilustrado”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imprensa irreverente, tipos subversivos. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e KOSSOY, Boris. *A imprensa confiscada pelo DEOPS: 1924-1954*. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial, Arquivo do Estado, 2002, p. 19-59.

⁵ Para uma análise pormenorizada da imprensa alternativa, ver KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: EDUSP, 2ª ed., 2003, p. 16. Para observações sobre o caráter liberal da grande imprensa, ver o trabalho precursor de análise do jornal *O Estado de São Paulo* de Maria Helena Capelato e Maria Lígia Coelho Prado. *O Bravo matutino: imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa ômega, 1980.

jornal como um produto.⁶ Os artigos de informação predominam nas publicações, mas concede-se espaço em colunas para que diferentes intelectuais exponham suas opiniões. A concessão de espaço para a manifestação de ideias é considerada por esta grande imprensa uma forma de contemplar as diferentes visões da sociedade, para dar oportunidade ao leitor de concordar ou não com as abordagens. Portanto, a roupagem de veículo “imparcial” defendida por este gênero de imprensa mantém-se pela coexistência de informação e espaço para diferentes opiniões, em matérias devidamente assinadas.

A imprensa alternativa surgiu a partir da crítica à grande imprensa como veículo imparcial e exerce um jornalismo sem neutralidade, engajado nas causas dos grupos produtores, como sindicatos, associações, entidades religiosas e representantes de minorias raciais e sexuais. A manutenção desta imprensa depende da colaboração financeira de seus associados, da venda em bancas ou de assinaturas. Os artigos defendem abertamente as posições de seus idealizadores e realizam críticas ao sistema político.

O crescimento da imprensa alternativa no Brasil ocorreu com a instauração dos regimes autoritários, principalmente a partir dos anos 60, quando apareceram publicações de grande destaque, como *Opinião*, *Movimento* e *O Pasquim*. A intensa divisão dos militantes de esquerda representou uma proliferação da imprensa alternativa, que assumiu predominantemente a clandestinidade devido à intensa pressão do regime militar. Os boletins, panfletos e jornais criados pelos distintos grupos, entre os quais defensores da luta armada, visavam à exposição da plataforma política e divulgação dos atos de oposição ao regime militar. O jornal é concebido como um fio condutor para a organização e concretização de um projeto socialista. Esta ação baseia-se na definição de imprensa revolucionária apresentada por Lênin:

O jornal não é apenas um propagandista coletivo e um agitador coletivo. Ele é, também, um organizador coletivo. Neste último sentido, ele pode ser comparado com os andaimes que são levantados ao redor de um edifício em construção, que assinalam os contornos, facilitam as relações entre os diferentes pedreiros, ajudam-lhes a distribuírem tarefas e a observar os resultados gerais alcançados pelo trabalho organizado.⁷

Os jornais dos grupos de esquerda são tomados, portanto, como elementos centrais de informação, mobilização, debate, organização, revisão e avaliação dos resultados da

⁶ Baseamo-nos da análise de Maria Aparecida de Aquino em *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-78) – o exercício cotidiano da dominação e da resistência (O Estado de S. Paulo e Movimento)*. Bauru: EDUSC, 1999.

⁷ LÊNIN. Vladimir. *Que fazer?* As questões palpitantes do nosso movimento. São Paulo: Hucitec, 1979, p.94.

prática diária de seus militantes. Considerando o contexto de exílio, entendemos que o papel de mobilização e informação é ainda mais acentuado, frente o desafio de buscar reunir os diferentes militantes dispersos em realidades distantes cultura e politicamente do Brasil e dos projetos de governo político que almejavam.

As observações de Antônio Gramsci sobre o “intelectual orgânico” foram tomadas como referência para a compreensão da trajetória dos responsáveis pelas publicações analisadas. Segundo o autor, o intelectual é todo aquele dotado de autonomia de pensamento e que cumpre uma atividade de organização na sociedade, inserindo-se em um movimento de conscientização das massas, agindo em meio aos organismos populares, participando ativamente de suas necessidades e refletindo sobre sua realidade e os mecanismos de ação.⁸

As publicações do exílio eram organizadas por militantes de esquerda com distintas origens. Apesar da diversidade de posicionamentos políticos e dos diferentes fatores que provocaram a saída do país, existem traços comuns entre os exilados que permitem reuni-los em duas gerações, conforme o modelo analítico desenvolvido pela historiadora Denise Rollemberg.⁹

A primeira geração de exilados corresponde ao conjunto de brasileiros que deixou o país após o golpe militar de 1964. Eram sindicalistas, pessoas ligadas ao governo de João Goulart, professores universitários e jornalistas adeptos do Partido Comunista Brasileiro ou do Partido Trabalhista Brasileiro. Também estavam incluídos neste grupo militantes que pertenciam à Ação Popular, grupo de esquerda advindo de setores estudantis da Igreja Católica influenciados pelo marxismo-leninismo.

Grande parte dos exilados desta geração dirigiu-se ao Uruguai. No Chile, os brasileiros iniciaram a produção do *Frente Brasileño de Informaciones*. Publicado entre 1969 e 1973, o jornal integrava a Frente Brasileira de Informação, organizada no exterior por brasileiros com direção de Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco. Com representantes em diferentes países, este grupo tinha como objetivo denunciar a tortura, a censura e o desenvolvimento econômico que acentuava a desigualdade social no Brasil. No Chile, o *Frente* publicava textos elaborados por seus colaboradores e reproduzia artigos escritos pelos integrantes da Frente Brasileira de Informação que estavam exilados em Argel. O jornal defendia a ideia de democracia social, ou seja, uma sociedade que assegurasse os direitos à liberdade e à igualdade plena. Esta ideia reunia pessoas com origem em distintos grupos de esquerda em um organismo conhecido *Comité de Denúncia da Repressão no Brasil*.

⁸ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

⁹ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

A segunda geração dos exilados é constituída pelos brasileiros que deixaram o Brasil após a publicação do AI-5, em 1968. Grande parte dirigiu-se ao Chile, atraídos pelo regime popular do governo de Salvador Allende. Em sua maioria, eram militantes dos grupos de esquerda que tinham origem nas constantes divisões acentuadas a partir de 1964 e que já estavam praticamente desorganizados no Brasil devido à intensa repressão da polícia política. Entre os grupos que tinham militantes no Chile destacavam-se a Aliança Libertadora Nacional (ALN), e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

A maior parte dos impressos produzidos pelos brasileiros exilados no Chile foi composta por membros desta segunda geração. Este grupo de exilados diferia-se da primeira geração por ter origem em organizações que discutiam os erros da esquerda desde 64 e perante as derrotas sofridas em 1968. Alguns destes militantes pertenciam a setores que já haviam realizado tentativas de luta armada e a maioria deles promovia uma revisão destas práticas defendendo maior aproximação com os trabalhadores para uma revolução essencialmente popular. Os jornais produzidos no exílio por membros desta segunda geração seriam destinados a este debate sobre a ação revolucionária considerando o contexto do exílio.

O *Campanha* surgiu em 1972 propondo a constituição da vanguarda popular a partir do exílio. É o jornal representativo da segunda geração, pois promovia críticas à esquerda e apresentava uma alternativa para os exilados: fazer do exílio uma campanha de luta. Proclamava-se um órgão de mobilização de uma revolução que envolvesse diferentes setores da sociedade dos países de exílio com o objetivo de destruir o regime militar no Brasil.

O *Campanha* representava parte dos exilados no Chile que não consideravam o Comitê de Denúncia da Repressão no Brasil um organismo capaz de criar ações efetivas contra o regime militar. Diante das críticas, o *Frente Brasileño de Informaciones* progressivamente incluiria em seus editoriais reflexões sobre a mobilização da oposição ao regime militar no exílio. Para o *Campanha*, as grandes transformações ocorreriam após sua estruturação em Paris, quando inicia um período de reavaliação da experiência no Chile e de reflexão sobre o processo de redemocratização no Brasil, colocando em questionamento seus pressupostos teóricos.

Tanto o *Campanha* quanto o *Frente* tiveram papel importante na oposição ao regime militar brasileiro no Chile, pois informavam e promoviam a interação entre os exilados, que forneciam informações e opiniões para serem publicadas nas páginas dos periódicos. Ambos enfrentaram dificuldades quanto à perseguição política aos exilados e à manutenção financeira, mas conseguiram produzir edições com média de 20 páginas e grande número de

assinantes. Não se restringiram a escrever para os exilados, mas tentavam envolver a comunidade dos países do exílio na oposição ao regime militar brasileiro, não obstante as diferenças nas formas propostas para se realizar esta oposição.

É difícil identificar com precisão a totalidade daqueles envolvidos na produção dos periódicos devido ao caráter clandestino que as publicações assumiam, pois a repressão brasileira também era organizada no exterior. Para compreender melhor quem são os produtores destes materiais, utilizamos como fontes complementares as autobiografias, depoimentos publicados em diferentes livros e artigos¹⁰ e as entrevistas concedidas pelos exilados José Maria Rabêlo, Yara Gouvêa e Nilton Santos.

O jornalista mineiro José Maria Rabêlo teve sete livrarias em Santiago, tinha contato com diferentes exilados no Chile e dirigiu livrarias em Paris que eram pontos de encontro entre os exilados brasileiros. Com Edmur Fonseca, publicou *Cartas Chilenas*, que apresentava informações sobre o Brasil e criticava a ausência de liberdade política, o “milagre brasileiro” e as torturas.¹¹ Acreditava que já não existiam mais exemplares daquela publicação, quando foi convidado a conceder-nos uma entrevista. Relatou-nos de forma emocionada as dificuldades enfrentadas, no exílio na Bolívia, no Chile e em Paris.

A entrevista com Yara Gouvêa foi realizada por correio eletrônico, pois reside em Goiânia.. Um variado conjunto de questões foi apresentado a ela e procuramos deixá-la à vontade para apresentar outras informações que considerasse necessárias. Yara escrevia grande parte dos textos do Front Brésilienne de Information, uma publicação realizada na Argélia que estava ligada à organização Frente Brasileira de Informação, cujo objetivo era denunciar as arbitrariedades do regime militar brasileiro. O jornal *Frente Brasileño de Informaciones* era formado por militantes da Frente Brasileira de Informação no Chile e reproduzia os artigos do *Front*. As informações de Yara Gouvêa foram fundamentais para entender os objetivos do organismo e de que forma o *Frente Brasileño de Informaciones* se inseria naquele grupo com representantes em diferentes locais do exílio.¹²

Para a compreensão da fundação do jornal *Campanha*, tomamos como base as informações de Nilton Santos, editor do jornal. Ficou exilado no Chile durante um ano e seis meses e então partiu para a França, reorganizando o jornal, que seria publicado até seu

¹⁰ Além de observar depoimentos reunidos por historiadores que se dedicaram ao estudo do exílio, utilizamos duas obras essenciais organizadas na década de 70 reunindo depoimentos dos exilados: UCHÔA CAVALCANTI, Pedro Celso; RAMOS, Jovelino (orgs.). *Memórias do Exílio: Brasil-(1964-19??)*. De muitos caminhos. São Paulo: Livraria Livramento, vol.1, 1976; e COSTA, Albertina de Oliveira. *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

¹¹ José Maria Rabêlo considerava que os exemplares de *Cartas Chilenas* não haviam sido preservados. Enviamos-lhe as cópias dos exemplares existentes no CEDEM.

¹² Não conseguimos contato com pessoas diretamente ligadas à produção do *Frente* no Chile. Baseamo-nos em entrevistas concedidas a outros organismos de imprensa pelos exilados que estavam envolvidos com aquele jornal e que já faleceram ou não nos concederam entrevistas. José Serra teve participação no grupo produtor do *Frente*, mas não aceitou nos dar seu depoimento, apesar de sucessivas tentativas.

retorno ao Brasil em 1979. Suas informações foram imprescindíveis para entender os objetivos do *Campanha*. Observamos que ele evitou mencionar todos os envolvidos na produção do jornal, mas contou com detalhes sua participação e objetivos. Alguns exemplares do periódico inexistentes nos arquivos foram prontamente cedidos por ele para estudo.

É importante salientar que o estudo destas entrevistas parte do princípio de que os depoimentos são *reconstruções* das experiências vivenciadas. No momento em que realizam uma revisão de sua vida, os entrevistados criam uma seleção de informações que está relacionada aos interesses, às opiniões e ao distanciamento espacial e temporal dos fatos narrados. Esse processo de *construção de sentido* dado a uma rememoração de fatos pessoais constituiu o que Pierre Bourdieu denominou “*ilusão biográfica*”:

Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário. (...) Essa propensão a tornar-se o ideólogo de sua própria vida, selecionando em função de uma intenção global, certos acontecimentos *significativos* e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência, como as que implica a sua instituição como causas ou, com mais frequência, como fins, conta com a cumplicidade natural do biógrafo, que, a começar por suas disposições de profissional de interpretação, só pode ser levado a aceitar essa criação artificial de sentido.¹³

Ao apresentar suas recordações, os entrevistados revelaram sentimentos que são pertinentes à experiência traumática e ao mesmo tempo construtiva que viveram no exílio. Também deixaram em evidência os referenciais das posições políticas que assumiam e suas opiniões sobre os comportamentos de outros setores da esquerda. Essa variabilidade de opiniões e sensações foi importante para a compreensão das especificidades do exílio e suas consequências. Nosso objetivo foi identificar como os exilados definem o exílio, que relevância concedem à imprensa produzida naquela época, se eles observam transformações em sua forma de pensar e agir no decorrer do exílio e após o retorno ao país.

A dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro descreve o contexto dos regimes militares no Brasil e no Chile e apresenta reflexões sobre o exílio como um

¹³ BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 183-191. Para a metodologia da realização e estudo das entrevistas, consideramos as orientações e reflexões de José Carlos Sebe B. Meihy e Fabíola Holanda na obra *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

fenômeno político. Realiza-se também a abordagem do papel da imprensa no exílio e das principais características das publicações elaboradas pelos brasileiros no Chile.

O segundo capítulo analisa a posição do *Frente Brasileño de Informaciones* e a denúncia do regime militar empreendida no exílio. As temáticas principais da denúncia serão exploradas com ênfase no discurso apresentado pelo periódico. Censura, tortura, diplomacia e desenvolvimento econômico foram escolhidos como os principais debates relacionados à campanha de informação e denúncia.

O terceiro capítulo dedica-se à compreensão da trajetória do *Campanha*. São realizadas observações sobre seus pressupostos teóricos e formas de ação antes e depois do golpe militar chileno de 1973. Além da descrição do percurso do periódico e das transformações na postura de seu grupo produtor de acordo com as vivências do exílio, o texto visa à comparação com a postura do *Frente Brasileño de Informaciones*, identificando divergências e aproximações.

Capítulo I

Caminhos do exílio: entre projetos e revoluções

O exílio foi um fenômeno fundamental na relação entre Estado e oposição no Brasil e precisa ser compreendido em suas dimensões política, psicológica e social. Principalmente a partir de 1968, transformou-se num mecanismo eficaz de repressão à oposição ao regime militar, pois fragmentou os grupos armados, afastou indivíduos classificados como “subversivos” da convivência comunitária e obrigou-os a sobreviver em lugares estranhos, à mercê da benevolência da concessão de asilos políticos e sob constante investigação das ações conjuntas de polícias políticas do Cone Sul. O exílio foi uma forma violenta de repressão, que causou impactos profundos na vida de milhares de brasileiros.

Os militantes de esquerda procuraram criar conexões com grupos de oposição dos locais de exílio e desenvolver maneiras de comunicação entre os exilados e militantes que continuavam no Brasil com o objetivo de reformular e manter projetos de ação. Individualmente, tais reformulações e os contatos com mundos tão diferentes quanto ao trabalho, à linguagem e aos hábitos culturais suscitaram sentimentos de desorientação, derrota, desesperança ou motivações para renovar ideias e ações.

As rotas de exílio foram bastante diversas. Paris e Santiago foram os principais centros receptores dos exilados brasileiros. Dentre os muitos destinos, México, Argélia, Moçambique, Suécia, Alemanha Oriental e Portugal foram espaços de reunião de brasileiros a trilhar novos caminhos no trabalho, na convivência, na educação e na política. Diante desta realidade, novos projetos pessoais e políticos foram gestados.

1.1- Os regimes militares no Chile e no Brasil

A implantação dos regimes militares que caracterizaram o cenário político da América Latina entre os anos 1960 e 1980 deve ser compreendida considerando uma série de fatores internos e externos aos países que os vivenciaram. Internamente, movimentos sociais que pediam melhores condições de trabalho, diminuição das desigualdades sociais e ampliação da participação política desencadearam uma reação das elites que temiam a desestabilização de seu controle político e econômico. Para controlar tais movimentos, os setores dominantes ampliaram suas relações com os militares, que se autoproclamavam defensores da ordem vigente. Setores da sociedade civil, como a classe média, apoiaram os

regimes políticos instaurados para evitar reformar sociais que consideravam ameaçar sua condição política e financeira.

No plano externo, tais regimes eram apoiados pela política exterior norte-americana que se baseava na manutenção da influência estadunidense no continente e no controle da expansão dos regimes comunistas, que eram respaldados pela URSS. A Revolução Cubana e a instauração do regime comunista em Cuba incentivaram uma política mais rigorosa para deter a expansão do comunismo no continente. Os regimes que controlavam as manifestações sociais receberam amplo apoio dos EUA.

Os regimes militares passaram a adotar a Doutrina de Segurança Nacional, *corpus* teórico que estabelecia a estreita relação entre “Desenvolvimento” e “Segurança Nacional”. Todo grupo de oposição ao regime era considerado inimigo interno, definido como o elemento “subversivo” de uma ordem instituída. Todas as esferas sociais eram controladas por meio de uma forte burocracia centralizada, da institucionalização das práticas violentas de repressão e da censura aos meios de comunicação, aos grupos artísticos e a intelectuais. A repressão social atrelava-se a um modelo econômico cujo alicerce estava na industrialização com participação do capital externo, elevando a dependência econômica.

O Sistema Nacional de Informações (SNI) era o centro do aparato de investigação e repressão no Brasil. Criado em 1964, sob orientação do general Golbery do Couto e Silva, o SNI tinha como principal objetivo “coletar e analisar informações pertinentes à segurança nacional, à contrainformação e à informação sobre questões de subversão interna”.¹⁴ Apresentava Divisões de Segurança Interna (DSIs) que atuavam nos Ministérios e Assessoria de Segurança e Informações (ASIs), que fiscalizava os demais órgãos públicos. Cada uma das Forças Armadas tinha também seu próprio centro de informação: o Centro de Informação do Exército (CIEX), o Centro de Informação da Marinha (CENIMAR) e o Centro de Informação da Aeronáutica (CISA), os quais tinham autonomia para coletar informações de civis e militares.¹⁵

Até 1967, a repressão física cabia ao CENIMAR e às polícias políticas estaduais. O Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e o Destacamento de Operações e Informações (DOI) eram os grupos ligados ao CENIMAR que realizavam as práticas de repressão física direta. Em 1969, com o aumento dos grupos de luta armada, foi criada a

¹⁴ Decreto-Lei nº4341, de 13 de junho de 1964. Apud. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*. (1964-1984). Bauru: Edusc, 2005, p.88.

¹⁵ Para informações detalhadas sobre os grupos de investigações e repressão, ver FICO, Carlos. *Como eles agiam - Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Operação Bandeirantes. O CODI e o DOI foram progressivamente instalados em São Paulo, Rio Janeiro, Bahia, Brasília, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Ceará.

Investigação e supressão das forças inimigas eram os objetivos em nomes dos quais se utilizava a violência deliberada e planejada em técnicas transmitidas aos policiais encarregados das investigações. Sob a ótica da ideologia de Segurança Nacional, todo elemento “subversivo” deveria ser identificado e controlado em nome de uma ordem “pública”. A ausência dos direitos políticos e individuais era assegurada pelos mecanismos legais.

Os Atos Institucionais concediam grande poder ao presidente ao desconsiderar o Poder Legislativo e legitimar um estado de exceção. Publicado em 13 de dezembro de 1968, o AI-5 representou o auge da repressão: o presidente poderia fechar o Congresso e Assembleias estaduais e municipais, cassar mandatos, suspender direitos políticos, confiscar bens e negar *Habeas Corpus*. Em 29 de setembro de 1969 foi promulgada a Lei de Segurança Nacional, cuja premissa era o controle do inimigo interno, impedindo organizações, manifestações e a livre ação da imprensa. A repressão estava amparada legalmente em uma ideologia que propunha a defesa da nação contra uma “subversão” interna, realizada por inimigos do desenvolvimento e da estabilidade social.

A intensificação da repressão respondia ao aumento dos movimentos sociais de oposição organizados por estudantes e trabalhadores. Após a anulação do pluripartidarismo e da intensa repressão aos comunistas, os grupos que defendiam a guerrilha armada aumentaram significativamente. Organizações como a ALN (Ação de Libertação Nacional), a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro) promoveram ações armadas com bastante destaque, como o sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick em 1969, solto em troca da libertação de 13 presos políticos que se exilaram no México. Em resposta, o governo ampliou as práticas de tortura, assassinatos e banimentos. No dia 5 de setembro, o regime promulgava o AI-13 e o AI-14. O primeiro estabelecia que os presos políticos trocados por sequestrados fossem banidos do território nacional e concedia ao governo o direito de expulsar do país o brasileiro que, comprovadamente, se tornasse inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional. O AI-14 estabelecia a pena de morte, prisão perpétua e banimento dos “subversivos”.

Amparado pela Lei de Segurança Nacional, o governo de Emilio Garrastazu Médici fortaleceu monstro repressor. O projeto “Brasil: Nunca Mais” identificou 4.460 nomes de denunciados durante o governo Médici, contra 2.127 no governo Castello Branco. Estes

nomes correspondem a pessoas que sofreram Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e são poucos numericamente se forem realizadas projeções dos casos que não foram contabilizados numa rede de tortura que o próprio governo teve dificuldades para controlar.

No final de junho de 1970 estavam desestruturadas todas as organizações que algum dia chegaram a ter mais de cem militantes. A unificação de esforços colaborou para o trabalho da “tigrada”, mas foi o porão que lhe garantiu o sucesso. Entre 1964 e 1968 foram 308 as denúncias de torturas apresentadas por presos políticos às cortes militares. Durante o ano de 1969 elas somaram 1027 e em 70, 1206. De 1964 a 1968 instauraram-se sessenta IPMs contra organizações de esquerda; só em 69 abriram-se 83 novos inquéritos. O da ALN formou doze volumes, com 3 mil páginas e 143 indiciados. Em apenas cinco meses, de setembro de 1969 a janeiro de 70, foram estourados 66 aparelhos, encarceradas 320 pessoas e apreendidas mais de trezentas armas.¹⁶

A estratégia política do governo unia a propaganda favorável ao regime e a censura às diferentes mídias para mascarar a violência. O elemento mais exaltado pela propaganda oficial era o grande desenvolvimento econômico. Conhecido como “milagre brasileiro”, o modelo de desenvolvimento concretizado entre 1968 e 1973 estava baseado numa aliança entre capitais de Estado, multinacionais e locais e não representava melhoria nas condições de trabalho e renda da maioria da população.

Os índices econômicos cresceram rapidamente¹⁷. Divulgava-se o aumento do Produto Interno Bruto a uma taxa de 11,3 %, o controle da inflação (pouco abaixo de 20 % ao ano), o crescimento das exportações chegando a ultrapassar 1,8 bilhões de dólares, a ampliação do campo de construção civil e o acelerado desenvolvimento das indústrias, principalmente do setor automobilístico. “*O Brasil tornara-se a décima economia do mundo, oitava do Ocidente, primeira do hemisfério sul.*”¹⁸

Seguindo a Doutrina de Segurança Nacional, o desenvolvimento deveria ser direcionado mais à produção que à distribuição da riqueza. Os sacrifícios realizados no presente representariam a construção de uma economia próspera. Este discurso da ESG justificava a diminuição do padrão de vida da maioria da população em favor de uma área favorável ao capital investidor internacional. A faixa dos 5% mais ricos aumentara sua participação na renda em 9% e detinha em suas mãos 36,3% da renda nacional. Já a faixa

¹⁶ GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.159.

¹⁷ Dados do Banco Mundial de 1979 apresentavam uma variação do PIB de 2,9 % em 1964 para 14 % em 1973. Para dados estatísticos do período, ver ALVES, Maria Helena. *Op. Cit.*, p. 391-493.

¹⁸ GASPARI, Elio. *Op. Cit.*, p.208.

dos 80% mais pobres diminuía sua participação em 8,7% em relação ao que tinha em 1960 e ficara com 36,8% da renda.¹⁹

Importantes teóricos legitimavam esse modelo desenvolvimentista, como Mario Henrique Simonsen e Roberto de Oliveira Campos. Nesta concepção, o autoritarismo seria justificável para evitar ameaças à ordem republicana, contendo interesses exacerbados dos grupos sociais e promovendo reformas institucionais que viabilizassem o desenvolvimento nacional.

A partir de 1964, logramos alcançar razoável estabilidade política, sob um regime que alguns cientistas políticos descrevem como “autoritarismo modernizante”, com subsistemas já diferenciados - incluindo partidos políticos, grupos de interesses, tais como sindicatos patronais e trabalhistas, imprensa e meios de comunicação de massa- porém detentores de grau de autonomia temporariamente limitado.²⁰

Muitas denúncias sobre a farsa do Milagre Brasileiro e a repressão no Brasil foram realizadas por órgãos internacionais de defesa dos direitos humanos, pela CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e grupos de exilados no exterior. Frente às pressões internacionais e da sociedade civil, especialmente nos casos de tortura e assassinato do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, o regime militar adotaria uma política mais comedida. Amplos setores da elite e da classe média também pediam medidas concretas de liberalização política, pois já se sentiam ameaçados pela repressão, pelo amplo centralismo político e pela crise do modelo de desenvolvimento econômico a partir de 1973.

A “política de distensão” implantada no governo de Ernesto Geisel tentava satisfazer as reivindicações dos setores de oposição, mas mantinha o controle militar no governo ao promover uma abertura política restrita e gradual.

A distensão da sociedade seria obtida em estágios bem planejados: haveria, em primeiro lugar, a suspensão parcial da censura prévia, seguida de negociações com a oposição para estabelecimento dos parâmetros de

¹⁹ *Idem.*, p. 183.

²⁰ SIMONSEN, Mario Henrique; CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A Nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974, p. 39-41. Apud. ALVES, Maria Helena. *Op. Cit.* p.179. Uma interessante análise do pensamento de Roberto campos em relação à junção do autoritarismo é apresentada por SILVA, Ricardo V.. “Uma Ditadura contra a República: política econômica e poder político em Roberto Campos.” *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, nº 27, nov. 2006, p. 157-170.

tratamento dos direitos humanos. Posteriormente seriam promovidas reformas eleitorais para elevar o nível de representação política. Em seguida, as medidas mais explicitamente coercitivas, inclusive o Ato Institucional Nº5, seriam revogadas, incorporando-se outros mecanismos de controle à Constituição. Meta global da política de “distensão” era concluir a institucionalização do Estado de Segurança Nacional e criar uma representação política mais flexível, de modo a baixar os níveis de dissensão e tensão que havia tornado muito fortes as “pressões”.²¹

A liberalização começaria a ser concretizada no último governo militar. Em 1979, a promulgação da Lei de Anistia possibilitou que os exilados retornassem ao país e que os direitos políticos individuais fossem restabelecidos. Embora a lei favorecesse os integrantes do aparato repressivo, que estavam livres de qualquer acusação, e continuasse definindo como criminosos políticos aqueles que haviam participado da luta armada, foi essencial para a integração da oposição no mecanismo eleitoral que se organizava.

O regime militar brasileiro destacou-se como um dos mais duradouros na América Latina. Em 1964, o Exército em aliança com a elite e setores de classe média pôs fim ao movimento de ascensão de reformas sociais colocadas como plataforma do Governo Goulart. O aumento das organizações de luta armada influenciou o endurecimento da repressão em 1968, que também tinha como objetivo garantir a ordem social que a ideologia de Segurança Nacional considerava necessária para desenvolvimento econômico. As divergências entre os “duros” e “moderados” e a crescente movimentação da sociedade civil contra a ausência de liberdade política e os casos de tortura impuseram um abrandamento do regime, que foi mantido até 1985 por meio do discurso político defensor da construção de uma transição controlada.

No caso chileno, o regime militar seria implantado mais de dez anos após o regime brasileiro, mas empregando uma das mais violentas repressões do continente. A extrema repressão visava garantir a aniquilação dos setores populares, que eram numerosos e bem organizados durante o governo de Salvador Allende. Enquanto no Brasil o objetivo era barrar o acesso dos grupos populares às reformas políticas, no Chile desejava-se acabar com as reformas que já estavam sendo executadas por um governo de forte representação popular. A ideologia de Segurança Nacional também iria orientar, no Chile, a construção do trinômio “repressão, controle político e desenvolvimento econômico”.

²¹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Op. Cit.*, p. 224.

O golpe militar de 1973 no Chile interrompeu uma trajetória de avanços sociais e de amplo desenvolvimento das instituições democráticas. O país teve um desenvolvimento político peculiar: obteve precoce centralização do poder nos anos 1830, constituiu um eficaz sistema partidário e passou por reformas democratizantes desde o governo de Arturo Alessandri nos anos 1920. As liberdades políticas e os direitos sociais foram ampliados a partir de 1938, quando começou o governo de Pedro Aguirre Cerda, eleito representando a Frente Popular, grupo político que unia os partidos Radical Socialista e Comunista.

Em 1964, o governo de Eduardo Frei foi eleito pela Democracia Cristã. Este governo deu continuidade às reformas sociais. O Chile conquistou altos índices de escolaridade, de estabilidade política, de participação política e tradição partidária.

A vitória de Salvador Allende nas eleições presidenciais de 1970 iniciou uma experiência inédita de governo popular marcada por instabilidades e avanços em reformas sociais. Representando a Unidade Popular, frente que reunia as esquerdas chilenas²², Allende venceu as eleições com 36% dos votos; Jorge Alessandri do Partido Nacional obteve 35% e Radomiro Tomic, do Partido Democrata Cristão, conseguiu 28%. Por não ter a maioria absoluta dos votos, Allende apenas conseguiu assumir a presidência depois de um parecer favorável do Parlamento, conseguido a partir de um acordo entre a Unidade Popular e o Partido Democrata Cristão. Tal acordo estabelecia garantias constitucionais como liberdade de associação, de imprensa e de opinião; manutenção do caráter profissional das forças armadas e proibição de organizações armadas paralelas; liberdade de educação e discussão sobre as reformas educacionais; autonomia das universidades, liberdade sindical e permissão para a realização de greves.²³

O objetivo do novo governo era promover a “transição ao socialismo em democracia”. A construção do socialismo seria realizada de forma progressiva e respeitando as instituições. Objetivava-se acabar com a dependência chilena com relação aos países desenvolvidos, ampliar o acesso à terra, modernizar o campo, aumentar os níveis de emprego e diversificar a produção para exportação combatendo a monopolização dos setores industrial e financeiro. Para tais reformas, o Estado deveria controlar os meios de produção fundamentais.

A proposta de criar uma via institucional ao socialismo deparou-se com forte oposição de setores conservadores nacionais e do governo norte-americano. Além disso, não

²² A Unidade Popular resultou da união de diferentes grupos ligados a movimentos socialistas e populares: Partido Comunista (PC), Partido Socialista (PS), Partido Radical (PR) e também dissidências da Democracia Cristã (DC), como o Movimento de Ação Popular Unificada (MAPU) e a Esquerda Cristã (IC).

²³ AGGIO, Alberto. *AGGIO, Alberto. Democracia e Socialismo: A experiência chilena*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 112.

havia uma unanimidade entre a própria esquerda quanto aos rumos a serem adotados para a concretização do socialismo pelo caminho democrático. O grupo de esquerda mais crítico com relação ao governo era o Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), fundado em 1965 pela união de grupos do Partido Comunista e Socialista e do Partido Operário Revolucionário, de tendência trotskista.

As tensões entre a Unidade Popular e a Democracia Cristã ampliaram-se nas eleições de 1971, na qual a Unidade Popular conquistou a maioria dos cargos, e nas discussões quanto à nacionalização do cobre e a expropriações de algumas empresas. A realização da reforma agrária e a implantação das Áreas de Proteção Social provocavam grande descontentamento da elite e de grupos rurais. O assassinato do ex-ministro de Eduardo Frei, Edmundo Pérez Zujovic, pelo grupo Vanguarda Organizada do Povo, provocou maior distanciamento entre a UP e a DC. As ações da direita

visavam desagregar paulatinamente a legitimidade do presidente por meio de um duplo processo: ataque frontal à legalidade das ações governamentais e, simultaneamente, estímulo ao recrudescimento da polarização ideológica, objetivando a neutralização da Democracia Cristã (DC), partido que ocupava o centro do espectro político chileno. O objetivo era levar a situação a um ponto de desinstitucionalização para, em seguida, desfechar o golpe final.²⁴

Era necessário debilitar o alicerce da democracia chilena para desestabilizar a Unidade Popular, que ascendera ao poder graças às instituições democráticas. A direita procurou intensificar os conflitos mobilizando as massas contra o governo. Uma série de paralisações em outubro de 1972 criaram um momento bastante crítico para o governo, vencido graças ao apoio dos grupos populares das diferentes regiões que conseguiram superar crises de abastecimentos decorrentes das greves dos caminhoneiros.

Em 11 de setembro de 1973, o Palácio de La Moneda foi atacado por tanques e aviões das Forças Armadas. Com apoio dos EUA, instaurava-se o governo de uma Junta Militar, cuja missão seria “restaurar a chilenidade, a justiça e a institucionalidade fragmentadas.”²⁵ Era o golpe final para a experiência popular chilena e um marco para a esquerda do continente, que sentia o afunilamento do sistema repressivo em todas as regiões.

²⁴ AGGIO, Alberto. *O Chile de Allende: entre a derrota e o fracasso*. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAÚJO, Maria Paula; QUADRAT, Samanta Viz. (orgs). *Ditadura e Democracia na América Latina. Balanço Histórico e Perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p.79.

²⁵ Ata de Constituição da Junta de Governo (Decreto Lei nº1, de 11-9-1973). A Junta era formada por Augusto Pinochet (comandante em chefe do Exército), Gustavo Leigh (comandante da Força Aérea), César Mendoza (general diretor dos Carabineros). Antunes, Priscila. *Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no*

A maioria daqueles que optaram por deixar o país o mais rapidamente possível procurou asilo nas embaixadas de Santiago. Os militares logo bloquearam o acesso às embaixadas, lotadas de gente à procura de alternativas para sair do país. O Estádio Nacional de Santiago transformou-se no principal espaço de prisões e execuções sumárias. Estima-se 4000 assassinatos políticos, 2000 “desaparecimentos” e entre 3000 e 4000 casos de tortura e prisões.²⁶ Dois meses após a tomada do poder, o governo publicou o Decreto 81, concedendo amplo poder para expulsar do país os elementos considerados inimigos do Estado. Os estrangeiros exilados foram descritos como subversivos inimigos e encontraram muitas dificuldades para sair do país por não terem a documentação necessária.

Logo após a concretização do golpe militar, foi criada a Secretaria Nacional de Detidos (Sendet). Este órgão possuía um Departamento de Inteligência que seria transformado na Direção de Investigação Nacional (DINA) em janeiro de 1974, com o objetivo de informar e zelar pela segurança e desenvolvimento. Comandada por Manuel Contreras, esta instituição estava diretamente ligada ao general Augusto Pinochet e chegou a ter nove mil homens nos momentos de maior atuação e uma série de grupos, brigadas e Departamentos informantes.

Amparada ideologicamente pela DSN e ‘legalmente’ pelo decreto-lei nº1009 de 8 de maio de 1975, que explicitamente lhe facultou capacidades para realizar apreensões, a DINA desencadeou, juntamente com os serviços de inteligência militares, uma guerra interna dentro do país, que conduziu à repressão e eliminação de determinados setores considerados inimigos do Estado.²⁷

A sobrevivência de muitos chilenos e estrangeiros dependeu diretamente da ação de comunidades religiosas e comitês nacionais e internacionais. Estes grupos formaram o Comitê Nacional de Ajuda aos Refugiados (CNAR), apoiado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e pelo Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME). Agiram

Brasil e no Chile. In: FICO, Carlos; FERRREIRA, Marieta de Moraes; ARAÚJO, Maria Paula; QUADRAT, Samanta Viz.(orgs). *Ditadura e Democracia na América Latina. Balanço Histórico e Perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p.45.

²⁶ BRITO, Angela Xavier de.;VASQUEZ, Ana. “On deguste l’amer caviar de l’exil à plusieurs sauces”: Un schéma théorique pour comprendre les exils latino-américains. In: SANTOS, Idelette Muzart Fonseca; ROLLAND, Denis. *L’Exil brésilien en France.: Histoire et imaginaire*. Paris: L’Harmattan, 2008. p.210.

²⁷ Idem., p.129 Entre as ações do órgão no exterior com mais repercussão destacam-se o assassinato do General Carlos Pratts e sua esposa em Buenos Aires no mês de setembro de 1974 e o assassinato de Orlando Letelier e sua secretária em Washington no ano de 1976.

principalmente no auxílio para obtenção de documentos e asilo político. A Europa transformava-se no principal destino de milhares de latino-americanos.

1.2- Os grupos de esquerda no Brasil

A década de 60 foi caracterizada por uma variedade de grupos defensores da guerrilha armada e por uma dinâmica recriação de suas ideologias, estratégias e organização. Estas organizações começaram a ser gestadas a partir de 1961, apresentando alternativas contrárias ao Partido Comunista Brasileiro, que até então era o principal organismo de oposição. A principal crítica ao PCB consistia em seu modelo de ação baseado na centralidade do partido, na ausência de debates sobre teorias e estratégias e na permanência de uma visão etapista e lenta do processo revolucionário. As concepções maoístas e o exemplo da Revolução Cubana eram cada vez mais influentes entre a esquerda brasileira. Os novos grupos defendiam que a violência seria um instrumento legítimo de ação perante o estreitamento da participação política.

Segundo dados do *Projeto Brasil Nunca Mais*, existiram aproximadamente 40 grupos de esquerda agindo clandestinamente no Brasil durante o regime militar. Estes grupos eram formados por uma maioria de jovens de classe média intelectualizados. Estima-se em 386 o número de pessoas mortas pelo regime militar por estarem ligadas a estes grupos de esquerda, principalmente aqueles defensores da guerrilha.

Marco Aurélio Garcia apresenta três fatores a partir dos quais os grupos de esquerda armada divergiam: questionavam se a revolução seria nacional-burocrática ou socialista; debatiam sobre o peso das massas urbanas ou rurais na luta armada, desenvolvida em moldes próximos ao soviético, cubano ou chinês; e discutiam qual seria o tipo de organização necessária ao processo revolucionário (seguindo o modelo marxista-leninista clássico ou procurando exemplo na guerrilha cubana).²⁸

Cisões do PCB deram origem à Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighela, ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), formado por Mário Alves, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender, e às dissidências estudantis em São Paulo, Guanabara e Rio Grande do Sul. Estes grupos consideravam que a revolução brasileira deveria ter um caráter essencialmente socialista, enquanto o PCB aproximava-se da revolução nacional democrática, reafirmando as vias institucionais. Também propunham

²⁸ GARCIA, Marco Aurélio. "Contribuição a história da esquerda brasileira, 1960-1979" *Em Tempo*, s.n.. São Paulo, 1979.

a luta armada de acordo com os modelos soviético, chinês ou cubano, distanciando-se dos moldes clássicos do partido leninista e promovendo uma flexibilidade na organização.²⁹

A ALN foi o primeiro grande grupo de guerrilha urbana, realizando ações expressivas até 1973, quando a repressão sobre o grupo era bastante forte. A organização realizou ações conjuntas com outros grupos armados, como o sequestro do embaixador dos EUA, Charles Burke Elbrick, planejado com o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), e do embaixador alemão, Ehrenfried von Holleben, organizado com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Em 1971, sofreu uma cisão, da qual se originou o Movimento de Libertação Popular (Molipo), formado por grupos treinados em Cuba para a execução da guerrilha rural no Brasil.³⁰

O MR-8 surgiu de uma dissidência do PCB no meio universitário do estado da Guanabara. A organização adotou o nome MR-8 durante o sequestro do embaixador estadunidense, realizando alusão a 8 de outubro, data de assassinato de Che Guevara. A organização defendia a luta armada como um processo político amparado pela maioria da população. Criticava a falta de adequação dos grupos de esquerda à realidade nacional e o distanciamento da vanguarda das massas.

A guerrilha seria revolucionária desde o início- por que transforma as estruturas do capitalismo dependente – e popular – porque responde aos interesses objetivos da imensa maioria da população brasileira.³¹

Entre 1971 e 1972, o MR-8 sofreu vários ataques e prisões e muitos membros partiram para o exílio em Santiago e Paris, onde tentaram recompor sua ação.

A VPR surgiu em 1968 com a união de parte da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM – POLOP) com militantes do Movimento Nacionalista Revolucionário. Participou de ações armadas, das greves operárias e movimentos estudantis. Em julho de 1969, uniu-se aos Comandos de Libertação Nacional – Colina, formando a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR – Palmares). Divergências na nova

²⁹ O burocratismo partidário e o imobilismo eram as principais críticas de Carlos Marighela ao PCB. Ao pedir desligamento do Partido, escreveu: “Solicitando demissão da atual executiva-como o faço aqui — desejo tornar público que minha disposição é lutar revolucionariamente, junto com as massas e jamais ficar à espera das regras do jogo político burocrático e convencional que impera na liderança.”

³⁰ Sobre as relações entre Cuba e os grupos armados no Brasil, ver ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

³¹ Documento intitulado “Linha Política e Orientação para a Prática”, de abril de 1969. In: REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira (orgs.). *REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ & Jair Ferreira (orgs.). Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. 2ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 438.

organização promoveriam a retomada da VPR, que seria por fim desmantelada depois de um massacre de seus militantes em Recife.

A análise da trajetória dos variados grupos armados permite identificar que todos acreditavam na inevitabilidade da revolução e imprescindibilidade da vanguarda na ação de guerrilha. O desenvolvimento das forças produtivas inevitavelmente fracassaria e caberia ao governo popular retomar o desenvolvimento. Havia uma clara mitificação do apoio da sociedade ao movimento armado ou da possibilidade de conquistar este apoio. A visão teórica sobrepunha-se à prática: não se considerava o real envolvimento dos civis com o regime militar, a estrutura de desenvolvimento econômico e as condições fragmentadas da própria esquerda, em constante divergência e divisão.³²

Os militares fragmentaram as organizações através do uso de extrema violência. Em 1972, existiam 20 organizações de esquerda, aproximadamente metade do número estimado pelo Projeto Brasil Nunca Mais. Começava uma nova etapa para os membros destas organizações: traçar os erros cometidos e refletir sobre os novos caminhos perante a desestruturação dos grupos.

1.3- Concepções sobre o exílio

O exílio é um fenômeno político. Ao contrário da migração, cujo deslocamento decorre de uma causa econômica e muitas vezes voluntária, o exílio é uma experiência decorrente de conflitos políticos entre o exilado e o governo de seu país. É essencialmente uma forma de repressão utilizada apelo aparato institucional de um Estado ditatorial: sem liberdade política e em desacordo com o modelo de governo implementado, o exilado deixa o país compelido pela repressão. Por mais que o exilado saia voluntariamente de seu país, houve circunstâncias de grande pressão para que realizasse esta escolha.

As legislações internacionais inserem o exilado na categoria de *refugiado*. A Convenção de Refugiados de 1951, que estabeleceu o ACNUR, determina que um *refugiado* é alguém que “temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país”.³³ O refugiado é protegido

³² Estas conclusões são comuns nos principais estudos sobre a esquerda no Brasil realizados por Marcelo Ridenti, Jacob Gorender e Daniel Aarão Reis Filho. Ver: RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1996.; REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada*. 4ª ed., São Paulo: Ática, 1990.

³³Disponível em http://www.onu-brasil.org.br/doc_refugiados.php. Acesso em 12 de setembro de 2009.

pelo estado de *asilo*, um acolhimento por outro país realizado a pedido voluntário do refugiado que se sente perseguido por causa de dissidência política, de delitos de opinião ou por crimes relacionados com a segurança do Estado.

Viver num país totalmente diferente, impossibilitado de articular um movimento de oposição, poderia ser considerada a máxima representação da *desesperança*. Paradoxalmente, o exílio também se transformou num fenômeno de superação da repressão: para grande parte dos exilados, reconstruir a vida não significava esquecer o país de origem, mas lutar contra o regime político opressor, aproveitando os contextos democráticos dos países que o acolheram para promover estratégias de derrubar o *medo* que imperava sobre sua população, à espera da possibilidade do regresso.

O exílio apresenta-se como uma experiência muito subjetiva e somente pode ser compreendida em sua especificidade política se considerados os valores individuais que lhe são atribuídos. Para todos, transformou-se num fenômeno de *desenraizamento*. A dor de deixar os familiares, o abandono de projetos profissionais e a interrupção de uma vida planejada provocam instabilidades emocionais, aliadas a instabilidades quanto ao próprio futuro numa terra estranha.

Os estudos de Ana Maria Araújo e Ana Vazquez foram pioneiros na abordagem das diferentes dimensões do exílio, observando as questões psicológicas, políticas e sociais. Segundo as autoras, embora o exílio seja uma experiência individual, podem ser identificadas três fases distintas da experiência do exilado: uma fase inicial marcada pelo confronto com novas culturas e as sensações traumáticas da saída do país de origem; um momento intermediário de “*transculturação*”, caracterizado pelo contato com um contexto muito diferente, no qual necessitará criar mecanismos de adequação e sobrevivência, de compreensão e superação do estranhamento; e um período de *abalo de mitos*, quando novas ideias são criadas a partir da confrontação com os novos lugares e o indivíduo revê suas opiniões sobre seu país e sobre os locais de exílio.³⁴

O trauma da saída do país de origem reside tanto na quebra de projetos de vida quanto na violência com que ocorre. Muitos saem clandestinamente de seus países e precisam negar sua própria identidade. Para os militantes políticos que sofreram o exílio, este representava uma derrota para o opressor. O exílio era concebido inicialmente como um intervalo, vivenciado a partir de criações de mitos sobre o país de origem, da revolução que nele se realizaria e de um retorno compensador frente às dores sofridas.

³⁴ Apud. ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 46-47.

O emprego, a educação, o círculo de amizades e o nível de envolvimento com a realidade dependiam da posição assumida: ou se vivia o exílio, ou se suportava a contingência. Muitos não conseguiram conviver com as diferenças e a suspensão de um mundo que parecia tão sólido. Para além do mundo real, o exílio marcava também um impacto no mundo subjetivo. Lidar com a profusão de sentimentos como a saudade, a incerteza, a insegurança e a solidão demandava estratégias nem sempre fáceis de alcançar. Para alguns, o trabalho e os estudos suprimam as lacunas da vida vaga que se abrira. Para os militantes de esquerda, o envolvimento com movimentos sociais transformou-se na possibilidade de manterem vivas suas concepções.

É natural que o exilado, por ter sido bruscamente afastado da sua terra natal e do seu passado, sinta “*uma necessidade urgente de reconstituir sua vida rompida, preferindo ver a si mesmo como parte de uma ideologia e de um povo triunfante*”, ou que ainda queria e iria triunfar³⁵. Enxergar o povo de origem – o povo do qual tão orgulhosamente faziam parte, e pelo qual consideravam que haviam sido forçados a sair do país – como um povo que havia se rendido ao regime político opressor, seria uma derrota tão grande para os militantes de esquerda que a situação do exílio se tornaria insuportável. Portanto, era mais confortável enxergar a população do país como desinformada ou reprimida, mas com potencial para o movimento de massas, logo, um povo pelo qual ainda valia a pena lutar.

Muitos exilados se autoproclamaram os defensores de sua pátria. Este mito do heroísmo foi preponderante nas experiências iniciais de exílio e estavam ligados diretamente aos movimentos políticos que aqueles indivíduos organizavam. Numa visão estreita da participação popular, acreditavam na mobilização das massas do país que haviam deixado através de uma campanha de denúncia e de doutrinação política. O apego ao passado advém de uma necessidade de resistir às transformações tão complexas na nova realidade e permite ao indivíduo manter suas raízes com a ideologia e a cultura de origem, assim como criar uma atividade que considere essencial para recuperar estas raízes:

É frequente que os grupos políticos percam de vista que o povo ainda vive em suas pátrias e que pode e deve, segundo suas visões, orientar a recuperação democrática e que ninguém pode substituí-lo nesse papel protagonista e heroico. É ele quem vive as novas situações, quem conhece as forças atuantes e quem procurará soluções para as quais os exilados podem prestar sua ajuda, mas sem que isto implique pretender dirigi-las de acordo com as soluções que já pertencem ao passado e que provavelmente

³⁵ SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.59.

sejam impraticáveis na atualidade. O exílio político tende a ficar congelado sobre a data em que se produziu, a história continua e a sociedade do país evolui fora destas posições. São as aspirações gerais, suas demandas básicas, aquelas que o exílio pode fazer suas, mas não suas concretas operações que responderão a sua visão interna das possibilidades e conveniências.³⁶

A própria experiência cuidou de desmentir os mitos do exílio. A necessidade de trabalhar, de estudar e de interagir com a sociedade, num período de tempo maior do que se esperava passar fora do país, criou uma nova leitura do próprio exílio, uma autoavaliação e um redescobrimento do país de origem a partir da contraposição com o país de exílio. Segundo Edward Said,

a maioria das pessoas tem uma consciência de uma cultura, um cenário, um país; os exilados têm consciência de pelo menos dois desses aspectos, e essa pluralidade de visão dá origem a uma consciência de dimensões simultâneas, uma consciência que – para tomar emprestada uma palavra da música – é contrapontística.³⁷

Tal contraposição é importante quando se procura pensar nas imagens criadas do país de origem e do país em que se vive o exílio, incluindo emoções e experiências de ampliação de uma imagem anterior, adquirindo uma visão mais *sistêmica* dos fenômenos.

O “abalo de mitos” redefiniu o papel do exílio como espaço para ação, e não como momento de espera, e uma nova visão do país e da revolução passou a ser construída nas mentes dos exilados, numa aproximação conjunta de indivíduos na mesma condição. Muitos modelos que antes eram buscados apenas na teoria ou fatos históricos começaram a ser encontrados na própria experiência.

Maria Helena Moreira Alves utiliza a expressão *cultura do medo* para se referir ao impacto da repressão no país e descrever um estado generalizado formado pelo *silêncio* imposto pela censura, pelo sentimento de *isolamento*, decorrente da ausência de apoio do poder representativo de Estado e da fragmentação da ação conjunta contra o regime, e pelo sentimento de *desespero*, retraindo a oposição e minando expectativas³⁸.

Dentro desta *cultura do medo*, o exílio foi um forte instrumento de repressão, a partir do qual o regime baniou todos aqueles que eram considerados inimigos internos e uma

³⁶ RAMA, Angel. La riesgosa navegación del escritor exiliado. In: Nueva Sociedad. nº35, março-abril 1978, p.14.

³⁷ SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.59.

³⁸ Alves, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*. Bauru: Edusc, p. 205.

ameaça à Segurança Nacional. Viver num país totalmente diferente, impossibilitado de articular um movimento de oposição, poderia ser compreendido como a máxima representação da *desesperança*. Mas, paradoxalmente, o exílio também se transformou num fenômeno de superação daquela *cultura do medo*: para grande parte dos exilados, reconstruir a vida não significava esquecer o Brasil, mas lutar contra o regime militar, aproveitando os contextos democráticos dos países que o acolheram para promover estratégias para derrubar o *medo* que imperava sobre sua população, à espera da possibilidade do regresso.

1.4- Os brasileiros no exílio

O exílio de brasileiros durante o regime militar ocorreu em dois momentos específicos: após o golpe de 1964, quando muitos políticos e intelectuais simpatizantes ou ligados ao governo João Goulart foram obrigados a sair do país, e após o recrudescimento da repressão com a aprovação do AI-5 em 1968. Apesar das individualidades que o exílio comporta, configuraram-se duas gerações de exilados bastante distintas quanto às atividades exercidas pelos indivíduos, suas ideologias políticas e expectativas de inserção no país de exílio e de retorno ao Brasil.³⁹

Entre os exilados da geração de 1964 estavam Leonel Brizola, Plínio de Arruda Sampaio, Adão Pereira Nunes, Salvador Romano Lozzaco, Ib Teixeira, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Paulo Freire e Francisco Julião. Eram líderes de movimentos comunistas ou populares, professores universitários e intelectuais que se dirigiram principalmente ao Uruguai. Em sua maioria, eram pessoas ligadas ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) ou ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), adeptos do reformismo social que era defendido pelo governo de João Goulart.

Os intelectuais desta geração puderam inserir-se profissionalmente nas universidades e institutos de pesquisas. O professor Paulo Freire foi convidado para trabalhar em vários países, estabeleceu-se durante muitos anos em Genebra, no Conselho Mundial das Igrejas. Mário Pedrosa, importante figura da esquerda e reconhecido crítico de artes, foi convidado para ser professor no Instituto de Arte Sul- Americana do Chile e em seguida organizou o Museu de Arte Moderna, que logo se transformou no Museu da Solidariedade.

³⁹Consideramos a concepção de geração apresentada por Jean François Sirinelli. Segundo o autor, a geração é “compreendida no sentido de estrato demográfico unido por um acontecimento fundador que por isso mesmo adquiriu uma existência autônoma.” *Génération et histoire politique. Vingtième Siècle. Revue d'histoire*. nº. 22, abril-junho de 1989, p. 67-80.

A segunda geração de exilados enfrentou uma repressão política muito maior, pois o governo militar ampliou a repressão promulgando o AI-5. Grande parte dos exilados era formada por estudantes e operários ligados aos grupos de guerrilha urbana ou pequenas organizações de esquerda com orientação marxista-leninista. Estes grupos realizavam uma valorização exacerbada do papel das massas e da vanguarda no processo de revolução socialista. Eram ideologicamente mais radicais que a geração de exilados de 1964, pois haviam vivenciado os grandes movimentos de oposição após a implantação do golpe de 1964, como passeatas, greves, movimentos estudantis, organização de sequestros e a luta armada.

Embora a discussão sobre as ideias de guerrilha no Brasil tenham se iniciado no seio da esquerda brasileira já na década de 60, valorizando-se os exemplos da Revolução Cubana, as ideias de Debray e Che Guevara, os líderes que saíram para o exílio não tiveram tempo de se voltar à organização da guerrilha. Apenas os que ficaram no país e que não eram os grandes líderes das organizações envolveram-se diretamente com a luta armada.

A Guerrilha do Araguaia foi a maior representação da ação de guerrilha no Brasil. Militantes do PC do B passaram a viver entre a população da longínqua região do Araguaia, na região norte. Depois de quase dois anos e três campanhas militares, o movimento foi reprimido violentamente pelas tropas do governo.

A tentativa de realizar o modelo de guerrilha a partir do exílio foi protagonizada por Leonel Brizola. O líder político coordenou a construção do Movimento Nacionalista Revolucionário, organização que unia antigos membros das Forças Armadas exilados, membros da POLOP, do Partido Socialista e da Ala Vermelha. O grupo voltava-se à concretização das técnicas de guerrilha cubana e tentaram empreender a chamada Guerrilha do Caparaó, foco guerrilheiro na região de Minas Gerais. A tentativa foi sufocada pelas tropas do governo em 1967.⁴⁰

As grandes reorientações da esquerda ocorrem a partir de 1964, enquanto ocorre o enrijecimento do regime militar. As subdivisões em diferentes grupos indicaram a procura por novas alternativas que superassem as avaliações pessimistas sobre a atuação da esquerda. Procurava-se explicar por que a esquerda não conseguira concretizar sua tarefa. O distanciamento com relação às massas foi apontado como uma das principais causas. A partir de 1968, a fragmentação dos grupos de esquerda pela repressão impuseram uma avaliação muito maior do problema da esquerda. Neste contexto, o exílio surge como uma alternativa política.

⁴⁰ Ver MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai*. Dissertação de Mestrado, Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2006.

A percepção do exílio dos brasileiros que deixaram o país em 1968 foi oposta à ideia de exílio da primeira geração. Inicialmente, o exílio foi concebido como uma fuga: o exilado seria o derrotado, numa vergonhosa condição de desistência de um projeto. Com a intensificação da repressão em 1968, algumas organizações de esquerda como o MR-8 e a ALN criaram núcleos no exterior. Defendia-se uma nova visão do exílio: o exilado teria possibilidades de colaborar com a ação da esquerda no Brasil, coletando e divulgando informações do Brasil e dos países do exílio, ampliando a dimensão das denúncias contra a Ditadura e refletindo sobre a melhor organização do grupo para vencer o aparato repressivo.

Ao avaliar as diferenças entre as duas gerações do exílio, Denise Rollemberg afirma:

(...) a geração de 1964 sentiu muito mais o golpe como uma derrota do que a geração de 1968, que viveu este impacto com mais intensidade, anos depois em 1973, com o golpe no Chile. Para a geração de 1964, a luta estava muito associada à defesa do passado anterior ao golpe, à preservação de uma tradição que merecia mudanças, nos limites de um projeto de reformas. A geração de 1968, ao contrário, negava e desprezava a experiência pré-1964. A luta deveria ser travada em outro patamar, a partir de um marco zero, que julgava inaugurar. O ano de 1968 anunciava esta mudança.⁴¹

A afirmação da historiadora identifica que as gerações tinham experiências e projetos antagônicos. Enquanto a primeira geração permanecia no reformismo e na tentativa de superar a estrutura do Partido Comunista, a segunda Geração rompia com os parâmetros de política existentes ao propor uma ação radical das esquerdas pautada na revolução popular que desconfigurasse completamente a ordem vigente.

Por que será justamente o golpe chileno a dar à segunda geração a ideia de derrota? Podemos afirmar que isto decorreu das esperanças que se colocavam naquele modelo popular. Por mais que fossem realizadas críticas à via institucional, o Chile permanecia como um reduto onde o movimento operário ainda tinha força para criar o *novo*.

Permanecendo no exílio enquanto o regime militar mantinha-se fortalecido, muitos exilados envolveram-se diretamente com o movimento chileno e com programas de oposição à Ditadura. Theotônio dos Santos era filiado ao Partido Socialista Chileno e dirigia, em 1973, o Centro de Estudos Socioeconômicos da Universidade do Chile. Eder e Emir Sader, Rui Mauro Marini e Marco Aurélio Garcia eram todos mais ou menos simpatizantes das posições do MIR.

⁴¹ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e rades*. Rio de Janeiro: Recordo, 1999, p.51.

A desconstrução da vida pessoal e política provocada pelo exílio foi acompanhada pela construção de novas visões sobre o Brasil e o próprio continente latino-americano. No Chile, os brasileiros aproximaram-se dos grupos armados e partidos políticos e ampliaram a percepção da esquerda no continente:

Mas chegando ao Chile verifiquei aquilo que todo brasileiro verifica quando pisa solo hispano-americano: que não entendia nada de América espanhola e que era imprescindível para pensar o Brasil, conhecer os problemas da gente irmã, dominada pelo mesmo sistema imperialista.⁴²

Dentre os impactos negativos para os grupos de esquerda latino-americanos, o golpe chileno em 1973 foi extremamente significativo para redirecionar os planos que tomavam o governo popular como exemplo ou suporte para a construção de uma nova realidade. O golpe provocou um novo exílio dentro do exílio. Os brasileiros uniram-se a chilenos, uruguaios, argentinos e bolivianos em outros grandes centros mundiais, principalmente Paris, onde compartilharam novas e velhas experiências, disputando espaços numa sociedade competitiva e cada vez mais populosa⁴³. Essa multiplicidade de gente em Paris foi relatada pelo professor Luiz Hildebrando:

Entre os refugiados vindos antes de 68 não havia praticamente o estudante sem recursos. Eram poucas pessoas, com algum suporte cultural e financeiro, que encontraram na Europa daquela década um ambiente de expansão dos organismos universitários e instituições de pesquisas, facilitando-lhes a inserção profissional. Mesmo os poucos estudantes que vieram puderam conseguir bolsas de estudos, dada a quantidade relativamente limitada de exilados. A partir de 70, a situação inverteu-se. As várias centenas de brasileiros à procura de asilo chegam acompanhadas por milhares de chilenos, uruguaios e argentinos, numa disputa acirrada pelo mercado de trabalho. A Europa já não se encontrava mais numa fase de prosperidade- na França, como em outros países, a taxa de desemprego vinha aumentando constantemente. Para os brasileiros, havia ainda a agravante falta de documentação, mesmo o governo militar chileno, apesar

⁴² Depoimento de Marcio Moreira Alves. In: UCHÔA CAVALCANTI, Pedro Celso; RAMOS, Jovelino (orgs.). *Op. Cit.*, p.229

⁴³ Em agosto de 1973, um mês antes do golpe chileno, a ONG Cimade contara 1500 brasileiros na França. Este número era estimado entre 2500 e 5 mil após o golpe chileno. No Uruguai, a ditadura vigorou entre 1973 e 1985. No Paraguai, o regime controlado por Alfredo Stroessner perdurou de 1954 a 1989. O presidente foi reeleito em pleitos marcados pela fraude, por sete mandatos consecutivos (em 1958, 1963, 1968, 1973, 1978, 1983 e 1988). Forçou os líderes democráticos a se exilarem. O golpe militar argentino ocorreu em 1976 e perdurou até 1983 e representou a Ditadura mais violenta, pois promoveu 30 mil sequestros e obrigou 2,5 milhões de argentinos a se exilarem.

da violência que desencadeou ao tomar o poder, forneceu passaportes a seus exilados.⁴⁴

A inserção dos exilados na Europa foi mais difícil do que fora na América Latina, pois se estreitava as possibilidades profissionais e a própria movimentação da esquerda, que iniciava uma autocrítica mais acentuada, tomando o golpe do Chile como o marco de uma derrota do movimento na América Latina.

A organização de grupos culturais e políticos na colônia dos brasileiros foi fundamental como meio resistência e aproximação no exílio. A formação dos comitês revelou interesses de luta contra a Ditadura a partir do exílio e de unificação dos exilados em torno de projetos políticos e culturais. O Comitê Brasileiro pela Anistia e os grupos de mulheres obtiveram grande destaque entre as organizações de brasileiros no exterior.

O Comitê Brasileiro pela Anistia foi organizado em 1975 por brasileiros e personalidades francesas favoráveis à luta pelo fim do regime militar no Brasil. Promovia debates, conferências e publicação de textos sobre a Ditadura Militar. Defendeu a anistia para todos os presos políticos e exilados e levantava a bandeira da construção da democracia no Brasil.

As brasileiras exiladas compuseram o grupo mais bem organizado e atuante no exílio. Muitas manifestantes propuseram um novo papel para a mulher nos grupos de esquerda e no exílio, uma ação mais efetiva em projetos que movimentassem os exilados e fortalecessem as mulheres nas condições do desterro. O primeiro grupo surgiu no Chile: chamava-se *Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior* e fora fundado por Zuleika Alambert, antiga militante do PCB. O *Comitê* chegou a ter 250 filiadas e promovia passeatas e trabalhos voluntários. A ação de maior destaque do Comitê foi a organização do *Seminário Latino-Americano de Mulheres*, visando discutir a problemática da mulher no América Latina com a participação de militantes de diferentes países.

O *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris* uniu brasileiras militantes do Grupo Campanha a partir de outubro de 1975 para debater e organizar movimentos a favor dos direitos femininos. Entre as ações, incluíam-se campanhas de libertação de presas políticas e participação em movimentos feministas franceses. Muitos artigos de jornais e revistas produzidos pelos exilados concederam espaço para debater temas como aborto, igualdade salarial e liberdade sexual.

⁴⁴ MACHADO, Cristina Pinheiro. *Os exilados: Cinco mil brasileiros à espera de anistia*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979, p.127-128. Luiz Hildebrando foi emitido da Universidade de São Paulo após a promulgação do AI-1. Também foi demitido em 1964 da Universidade de Ribeirão Preto depois da publicação AI-5. Pesquisador de renome internacional, seguiu a carreira no Instituto Pasteur em Paris.

1.5- Os exilados brasileiros no Chile: “do paraíso ao inferno”

“Depois do Inferno, o Paraíso. Saboroso, caloroso e sorridente, pura esperança e muita ingenuidade.”⁴⁵ Assim descreveu Maria Auxiliadora Lara Barcellos sua chegada ao Chile depois de ser libertada entre os setenta prisioneiros trocados pelo embaixador alemão. O Chile era idealizado como a melhor alternativa para o exílio por estar mais próximo do Brasil e manter instituições democráticas sólidas. A vitória de Salvador Allende representaria a possibilidade de criação de um governo essencialmente popular, que atraía a atenção da esquerda latino-americana.

Segundo Cícero Viana, advogado que se exilou no Chile, Suécia e Portugal, havia 280 asilados no Chile no fim de 69, seiscentos em 70 e, quando ocorreu o golpe militar de 1973, cerca de quatro mil.⁴⁶

As pessoas que estavam no Chile atuavam de diversas formas. Houve os que se integraram à sociedade chilena, os que estudaram, e até mesmo os que deram uma contribuição positiva ao processo revolucionário do Chile. Mas houve também os que cometeram erros, com um certo infantilismo, fruto de leituras mal assimiladas e ingenuidade política.⁴⁷

As duas gerações do exílio encontraram-se em Santiago. A partir de 1968, a capital chilena transformou-se no primeiro grande centro receptor de exilados brasileiros. No momento em que o AI-5 foi promulgado, ampliando a repressão e os exílios voluntários ou forçados, o Chile vivenciava uma crescente movimentação democrática no governo de Eduardo Frei. A candidatura de Salvador Allende representou a possibilidade de fazer parte de um projeto para o qual o Brasil estava fechado. Estes exilados possuíam ideologias bastante díspares entre si e compuseram uma colônia bastante heterogênea, conforme as descrições de José Maria Rabêlo:

O primeiro, quando chegaram os pioneiros, aqueles companheiros que saíram do Brasil no período seguinte ao golpe. Eram como vimos, pessoas com experiência e formação profissional acima da média- ministros, deputados, médicos, advogados, professores, economistas, jornalistas- que encontraram sertã facilidade para empregar-se. O segundo momento

⁴⁵ COSTA, Albertina de Oliveira. *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p.318.

⁴⁶ MACHADO, Cristina Pinheiro. *Op. Cit.*, p.97

⁴⁷ Idem, p.99-100.

coincidiu com o endurecimento do regime militar a partir de 1968. A leva que então aportou no Chile, integrada por gente mais jovem, principalmente um grande número de estudantes, operários, militares, que em sua maioria tiveram alguma participação na luta armada, iria enfrentar obstáculos muito maiores na busca de trabalho.⁴⁸

Parte dos exilados preferiu reconstruir as organizações nos moldes vivenciados no Brasil. No Chile ressurgiram a ALN, a VPR, o MR-8 e a VAR Palmares. Não havia ainda uma redefinição clara do papel daquelas organizações no exílio e buscava-se manter as estratégias dos grupos na clandestinidade, aproveitando a vivência no exterior para incentivar as ações. Reinaldo Guarany conta que a ALN dera instruções a seus militantes, que desembarcaram em janeiro de 1971, para não aceitarem trabalho nem se inserirem socialmente. Deviam aguardar as orientações do núcleo brasileiro. Alfredo Sirkys também descreve a ausência de um maior envolvimento da organização política com o contexto do exílio:

Aparelho da VPR. Reunião com Fernando, Magda e Olegário. Ficaram muito perplexos com as notícias que eu trouxe sobre a saída de Lamarca da Organização. Na sua última carta, ele pedira que eu levasse sua posição aos companheiros do exterior.

Discuti com os do Chile e o passo seguinte da missão seria Cuba. Levar a posição de Lamarca para os companheiros que estavam lá no treinamento. Passados os primeiros dias de surpresa, a VPR, no Chile, tomou uma posição coletiva (deviam ser uns 30) de repúdio à posição do seu ex-comandante e deu o assunto por encerrado.

O Clima no Chile não era de muita autocrítica. Os reparos à orientação dos grupos armados eram de ordem tática, e a maioria dos companheiros da minha organização ainda não questionava o militarismo e o vanguardismo da nossa prática, mas atribuíam conforme afirma Olegário, a nossa derrota ao atraso dos preparativos para a guerrilha no campo.⁴⁹

Os grupos ligados às suas organizações políticas no Brasil intensificavam uma segregação entre os exilados no Chile. Mas não eram apenas os posicionamentos políticos que provocavam divergências entre os brasileiros exilados. Havia grande disparidade entre

⁴⁸ RABÊLO, José Maria, RABÊLO, Tereza. *Diáspora: os longos caminhos do exílio*. São Paulo: Geração Editorial, 2001, p.42.

⁴⁹ SIRKIS, Alfredo. *Roleta Chilena*. Rio de Janeiro: Record: 1982.

as funções exercidas, pois os exilados mais especializados tinham melhores cargos e salários.

De maneira superficial, mas bem próxima da realidade, poderíamos dizer que aquela minissociedade se dividia em três níveis: os funcionários internacionais, que constituíam a *burguesia* do exílio; a *classe média*, com os que trabalhavam em repartições do governo chileno, nas universidades, nas empresas estatizadas, nos organismos internacionais não oficiais, como era inicialmente meu caso; e, por fim, o proletariado, reunindo os estudantes, os empregados em empresas privadas e os companheiros mantidos pela *caixinha*.⁵⁰

A caixinha era uma instituição que obtinha fundos para auxiliar os exilados brasileiros que chegavam ao Chile. Incluía bolsas de estudos e doações eram realizadas por organismos internacionais como o Conselho Mundial das Igrejas. Verbas deste fundo foram aplicadas na construção de um restaurante em Providencia, bairro de classe alta em Santiago. O objetivo era obter mais recursos financeiros para auxiliar os exilados. Denúncias de apropriação indevida de dinheiro por alguns integrantes da Caixinha fragilizaram a ação da instituição.

Quando o golpe de Estado ocorrido em 1973, a seção de preparação de refeições estava em funcionamento e foi colocado sob a proteção da ONU. Os dois principais gestores do fundo nunca foram presos, pelo contrário, eles continuaram a trabalhar fornecimento de alimentos aos refugiados nas embaixadas e presos no Parque Nacional Stadium. É difícil discernir exatamente o que aconteceu, mas os gestores foram acusados de peculato e de trabalhar para os serviços de informação do Governo brasileiro e da junta chilena.⁵¹

As diferenças se estendiam também à concepção do exílio, mostrado uma fragmentação maior de posicionamentos teóricos. O grande grupo político que representaria os exilados no exterior e promoveria ações de denúncia da Ditadura era o Comitê de Denúncia da Repressão no Brasil, formado por exilados da primeira geração, como Herbert

⁵⁰ RABÊLO, José Maria, RABÊLO, Tereza. *Op. Cit.* p. 83-84.

⁵¹ ROLLEMBERG, Denise. *The Brazilian Exile Experience: Remaking Identities Latin American Perspectives*, 2007, v.34, p.81.

de Souza. A publicação do *Frente Brasileiro de Informaciones* era a principal forma de promoção das atividades de denúncia.

O grupo *Campanha* surgiria como o grande opositor ao CDR. Defendendo uma forma mais agressiva de atuação dos exilados, baseada na mobilização dos mesmos num projeto revolucionário, preservando a ideia marxista leninista de tomada de poder. Havia duas visões de ação no exílio, características das divergências peculiares à esquerda, entre radicalismos que compunham a vertente dos grupos de onde vinham a geração de exilados de 1968, e uma posição mais moderada, assumida pela maioria dos que formavam a geração dos que partiram em 1964.

Em 1973, o golpe chileno promoveria uma nova inflexão nestas divergências. A maioria de dirigiria à Europa, principalmente Paris, participando de uma conjuntura distinta de ideias. As experiências no Chile, no entanto, foram fundamentais para a concepção de posturas mais realistas de concepção da realidade, do mundo transitório do exílio e do futuro que se queria construir a partir dele.

Apolônio de Carvalho, que pertencia ao PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), demonstra essa perda de paradigmas ao afirmar:

Em 1973, com o completo desbaratamento de nossa organização, sob os golpes da repressão, o que era uma temeridade transformou-se em impossibilidade. A volta ao país, para a grande maioria dos numerosos exilados brasileiros que se espalhavam então um pouco por quase toda a Europa, ficava cada vez mais condicionada a mudanças na situação política de nosso país.⁵²

O golpe militar de 1973 fez os brasileiros reviverem o exílio em seu maior grau de instabilidade. Famílias exiladas fugiram da violenta repressão tentando entrar em embaixadas superlotadas para conseguir asilo político. Quem era clandestino precisou buscar novas identidades. Os exilados, que foram recebidos com festejos no início da década eram agora alvos preferenciais dos *carabineros*:

A alguns minutos do toque de recolher, a meio caminho da Embaixada da Argentina, nossas chances eram essas: ou saltávamos para dentro dos jardins e ganhávamos asilo político, ou ficávamos na rua, em pleno toque de recolher. Se ficassemos na rua seríamos certamente presos e teríamos, pelo menos, algumas noites de tortura para explicar o que estávamos

⁵² CARVALHO, Apolônio de. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.p.220.

fazendo no Chile, durante a virada sangrenta que derrubou a Unidade Popular.⁵³

1.6- A imprensa dos brasileiros no exílio

A imprensa dos exilados funcionou como espaço de *aproximação* dos brasileiros no exílio, de *socialização* de experiências e ideias, de *revisão* de concepções sobre o Brasil e as organizações de esquerda e de uma *ação* pela palavra, que se considerava capaz de concretizar movimentos de combate ao regime militar.

A maioria das publicações superou a vinculação partidária e promoveu debates entre diferentes grupos de esquerda. A colaboração com informações sobre o Brasil e a esquerda no mundo unia as diferentes publicações. Havia reproduções de artigos da imprensa brasileira e de periódicos clandestinos no Brasil e no exílio, divulgavam-se listas de desaparecidos políticos e textos de denúncias sobre a violência utilizada pelo regime, além de artigos escritos pelos exilados analisando as diferentes conjunturas e a trajetória da esquerda.

Para os grupos de esquerda, a imprensa é considerada um órgão revolucionário, essencial para informar e discutir ideias e estratégias de ação. No exílio, os impressos tornaram-se ainda mais relevantes, pois mantiveram os vínculos entre os militantes, preservaram e reavaliaram referenciais teóricos dos grupos de esquerda e promoveram a reunião, seleção e divulgação de informações, atingindo diferentes países. Este uso da imprensa no exílio configura o que Jean François Sirineli destacou como sociabilidade intelectual:

As revistas conferem urna estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão - pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem — e de exclusão — pelas posições tornadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. Ao mesmo tempo em que um observador de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são, aliás, um lugar precioso para a análise do movimento das ideias. Em suma, urna revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e

⁵³ GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* 7ª ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1979, p. 35.

espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão.⁵⁴

Os brasileiros publicaram materiais na Suécia, Itália, Suíça, Dinamarca, Noruega, Holanda, Alemanha Oriental, Alemanha ocidental, Portugal, Inglaterra, México, Costa Rica e Argentina. Santiago e Paris foram os principais locais de circulação destes impressos, devido ao grande número de exilados que receberam.⁵⁵

Esta imprensa era sustentada por uma rede de colaboração entre os exilados que funcionava com doações ou assinaturas dos exemplares. Mais do que o fornecimento de dinheiro para a impressão, qualquer um poderia contribuir com informações. Havia amplo espaço para participação, pois se considerava um veículo de relacionamento entre os exilados vivendo em situações tão dispersas. Comunicar e mobilizar eram ações essenciais.

Alguns periódicos funcionaram como informativos sobre o Brasil fornecendo reproduções de trechos de reportagens da imprensa brasileira. Os recortes de jornais eram compartilhados por correspondência e fielmente apresentados nas páginas dos periódicos. Informar sobre o que ocorria no Brasil era uma forma de manter o vínculo do exilado com o país e auxiliá-lo em suas reflexões sobre os rumos do Brasil para que projetassem estratégias de ação para um possível retorno ou se promovesse algum movimento em defesa da transformação do Brasil. Este tipo de imprensa foi bem representada pelo *Conjuntura Brasileira*, que circulou em Paris a partir de 1974. Depois de um breve editorial, o periódico apresentava recortes fotocopiados de diferentes matérias da imprensa brasileira. Era um dos periódicos mais lidos no exílio, já que apresentava baixo custo e uma variedade de informações.

Outra vertente dos periódicos baseava-se no jornal ou panfleto ligado apenas aos grupos armados. Objetivava discutir os problemas do grupo no exílio através da reprodução de documentos da organização, artigos de seus líderes, depoimentos e descrições da história do grupo. Um exemplo desta tipo de imprensa foi a revista *Brasil Socialista* (Paris), criada em janeiro de 1975 pelo MR-8, pela APML e pelo Política Operária. Era uma revista fechada, com uma orientação política determinada, defensora do objetivo de “organizar a resistência dos trabalhadores e construir o partido revolucionário do proletariado”.

As publicações com maior circulação entre a comunidade exilada eram aqueles que abriam oportunidade para as diferentes posições políticas e também se dedicavam à

⁵⁴ “Os intelectuais”. In. REMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 249.

⁵⁵ Uma lista detalhada dos periódicos é apresentada em ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: Entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

informação sobre o que ocorria no Brasil e no exílio. Esse gênero de imprensa foi preponderante após o golpe de 1973, pois refletia um período de reavaliação da ação da esquerda exilada, fragmentada pelo exílio e pelos erros teóricos e práticos adotados. Progressivamente, o debate era considerado a melhor alternativa para os exilados reverem e criarem trajetórias.

A revista *Debate* destaca-se entre os inúmeros títulos por ser a mais duradoura. Existiu entre 1970 e 1982 e foi idealizada por João Quartim de Moraes, ex-membro da VPR. Também publicada no Chile com o nome *Teoria y Práctica*, circulava em Paris e tinha como objetivo promover discussões entre os exilados sobre a situação brasileira e a revolução. Os colaboradores eram na maioria intelectuais de classe média e alguns tinham origem proletária. Os inúmeros artigos evidenciavam a revisão das posturas da esquerda e a abordagem de novos temas, como o feminismo e a democratização.⁵⁶

A imprensa do exílio possibilitou manter a unidade dos grupos ou rompê-la. Deu voz ao exilado para refletir sobre sua trajetória e denunciar a Ditadura Militar. Aproximou os grupos brasileiros e estes com a comunidade dos países de exílio, reconstruindo identidades e ampliando horizontes políticos e culturais.

1.7- A imprensa dos brasileiros exilados no Chile

Os periódicos produzidos em Santiago revelam as tensões, posições políticas, influências, atividades e evoluções da esquerda exilada. Representaram o início de uma revisão dos militantes de esquerda, aproximação e distanciamento teórico com relação ao Brasil.

As diferentes publicações apresentavam denúncias de atos contra os direitos humanos praticados pelo regime militar, trocas de informações sobre o que ocorria no Brasil, divulgações de programas das organizações clandestinas, reproduções de reportagens da imprensa brasileira, fotografias, charges e dados sobre o desenvolvimento econômico e controle político da Ditadura brasileira.

Existia uma ampla rede de colaboração, com trocas de informações entre residentes no Brasil, exilados na Europa e membros de outros periódicos. Com circulação mensal, os impressos eram vendidos principalmente nas livrarias de Santiago ou através de assinaturas que incluíam entregas para diferentes países. Contribuições financeiras voluntárias também

⁵⁶ Para uma análise pormenorizada da revista, ver ROLLEMBERG, Denise. Debate no exílio. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, p.291-339.

auxiliavam a manter a circulação dos impressos, mas todos vivenciaram grandes dificuldades de produção e tiveram que vencer a barreira da clandestinidade, já que a repressão do regime militar brasileiro extrapolava as fronteiras do país.

A maioria desses periódicos surgiu no início da década de 70⁵⁷ e, com exceção do *Campanha*, as publicações deixaram de existir em 1973. Todos revelaram em suas críticas as características do período mais repressivo do regime militar, o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Em geral, os artigos denunciavam a intensa repressão com a divulgação de nomes de desaparecidos e torturadores e discutiam uma possível volta ao Brasil, considerando a derrota do regime com o aumento dos movimentos de esquerda e da pressão internacional contra o autoritarismo no país. Estratégias de oposição no exílio e de ação da esquerda em âmbito nacional eram debatidas considerando as derrotas sofridas pela guerrilha e a necessidade de valorizar todos os movimentos rurais e urbanos em andamento.

A primeira meta da análise destes materiais foi compreender quais eram seus objetivos. Todos mantinham a oposição à Ditadura Militar, mas dois posicionamentos são identificados: periódicos voltados mais à informação sobre o Brasil e a luta travada contra a Ditadura no Brasil e no exílio e impressos dedicados à propagação e discussão de projetos de revolução. Em torno do primeiro posicionamento destaca-se o *Frente Brasileño de Informaciones*, cujos textos destacavam a necessidade de mostrar dados sobre o Brasil encobertos pela censura, revelando à comunidade internacional e de exilados o que “de fato” ocorria. O segundo posicionamento é evidente nos jornais diretamente ligados às organizações de esquerda, como o *Resistência* e *Outubro*, e ganha destaque na proposta do *Campanha*, cujo lema “Fazer do exílio uma campanha de luta” propunha unir toda a comunidade dos exilados num movimento internacional de construção da vanguarda revolucionária. Embora o segundo tenha se dedicado a informar sobre a situação brasileira e a denunciar abusos do regime, a informação estava atrelada a uma estratégia de luta mais radical.

Em relação à proposta da “denúncia como arma”, é bastante relevante a campanha promovida contra a violação dos direitos humanos, descrevendo a tortura institucionalizada, a ausência de quaisquer garantias individuais e as precárias condições de vida da população escondidas sob os índices de desenvolvimento apresentadas pelo governo brasileiro. Esta postura é visível em muitos fragmentos de diferentes periódicos, como o *Teoria y Debates*:

⁵⁷ A edição chilena do *Resistência* foi publicada em 1969; *Termas y Debates* em 1970; *Cartas Chilenas e Palmares* em 1971; *Outubro* e *Campanha* em 1972. O *Juventud Brasileña por la Solidaridad Antiimperialista, la Paz y la Amistad* foi publicado a partir de junho de 1973, desaparecendo em breve com os fatos que antecederam o golpe de 1973, como a maioria dos impressos.

(...) julgamos que a divulgação de acontecimentos e a publicação de artigos interpretativos vinculados a estas preocupações são sempre bem vindas, por um lado, porque ajudam a romper a barreira do silêncio que os meios de comunicação burgueses impõem aos problemas da revolução (salvo quando é para torcer ou mutilar) e, por outro, por que contribuem para enriquecer a discussão que se processa hoje, em todos os níveis, sobre a Revolução brasileira e latino-americana.⁵⁸

Para que tais informações fossem divulgadas, era necessária uma ampla rede de colaboração, com trocas entre residentes no Brasil, exilados na Europa e membros de outros periódicos. É indicativa desta necessidade de aprofundar as relações entre os exilados a comum reprodução de textos de outros periódicos ou divulgação de nomes novos impressos pela maioria dos jornais de exilados.

A forma como os dados eram apresentados revelam leituras peculiares do contexto brasileiro. Ao procurar traçar a imagem de Brasil desenvolvida nestes impressos, procuramos contrapor temáticas semelhantes sobre o país de acordo com as orientações teóricas dos jornais. Antes do golpe chileno, os principais temas relacionados ao país estudados são o acelerado crescimento econômico, a vida dos trabalhadores urbanos e rurais e sua mobilização e as ações repressivas, destacando-se a censura e a tortura. Após o golpe, o que podemos observar no *Campanha* reestruturado em Paris é a diversificação de temáticas e a avaliação da condução da democratização e da anistia.

O primeiro periódico produzido pelos brasileiros exilados no Chile foi o jornal *Brasil Hoy*. Foi publicado com interrupções entre 1965 e 1973 pelo Movimento Sindical Brasileiro. Inicialmente, apresentava pequenas notícias baseadas em dados recolhidos da imprensa brasileira. Na década de 70, com uma diagramação mais moderna, já continha editoriais refletindo sobre o contexto brasileiro, especialmente a questão da tortura e do “milagre econômico”.

O jornal ainda definia o Partido Comunista como o grande núcleo de oposição do regime. Foi um periódico criado por exilados da primeira geração, defensora do modelo do partido revolucionário. Sua meta era informar para conseguir o apoio da população contra o regime militar.

Este boletim tem por finalidade informar ao público internacional sobre o que ocorre no BRASIL HOJE, ou seja, aclarar o que a censura de imprensa que existe em nosso país impede que se saiba no mundo. A Ditadura

⁵⁸ *Teoria y Debates*. Santiago, nº1, setembro de 1970. Todas as citações dos periódicos foram traduzidas do espanhol.

Militar fascista que governa o Brasil está empenhada, através de uma fantástica mobilização de propaganda, apresentar o país como realizador de um “milagre econômico”. Nós mostraremos a verdade simplesmente, na medida de nossas forças. Esperamos contribuir assim à formação do BRASIL DE AMANHÃ.⁵⁹

Representando os movimentos armados, obtiveram destaque o *Resistência*, elaborado pelo MR-8 e pela ALN, o jornal *Unidade e Luta*, produzida pela Tendência Leninista da ALN, e o *Palmares*, cujo grupo produtor não era divulgado. Estas publicações discutiam problemas ligados a seus grupos, reproduzindo textos oficiais que abordavam as novas ações no Brasil e no exílio e analisavam a conjuntura brasileira segundo a teoria política adotada pela organização.

Unidade e Luta foi publicado entre 1971 e 1973 e tinha como objetivo realizar a “reunificação dos marxista-leninistas” brasileiros. Produzido pela Tendência Leninista da ALN e por militantes sem organização política definida, afirmava:

A atomização e a dispersão têm sua história. É a história da predominância da influência da ideologia pequeno-burguesa sobre o marxismo-leninismo no movimento revolucionário. Hoje, quando a esquerda se mobiliza para a autocrítica, é necessário ter em vista que no campo ideológico a luta principal é contra essa influência, que se manifesta no Brasil através do militarismo e do pacifismo. É necessário que os marxista-leninistas conduzam esse processo, levando às últimas consequências a luta ideológica.⁶⁰

Com um posicionamento semelhante, a revista *Palmares* circulou em dezembro de 1971. Representa o periódico clandestino sem identificação precisa que estava ligado a um grupo com claro objetivo de refletir sobre os rumos da ação revolucionário perante a grande derrota que os movimentos de esquerda sofreram no Brasil.

O objetivo desta revista é contribuir para implementar o debate ideológico entre os múltiplos setores da esquerda revolucionária. Esta tarefa é extremamente importante sobretudo para uma esquerda como a brasileira,

⁵⁹ *Brasil Hoy*, Santiago, setembro e outubro de 1972, p.1.

⁶⁰ *Unidade e Luta*, Santiago, maio e junho de 1972, p.1.

que cometeu erros desvios que conduziram a uma situação de grave crise na qual se encontra submerso hoje o povo revolucionário.⁶¹

A revista condenava o reformismo da esquerda, cada vez mais distanciada das massas e da ação revolucionária concreta. Defendia a aglutinação da esquerda brasileira e o debate das estratégias adequadas. Entre os princípios a serem debatidos, propunha refletir sobre a transformação da revolução brasileira numa revolução continental, criar um partido revolucionário proletário que garantisse a hegemonia e que houvesse vinculação entre a luta armada das vanguardas e as lutas concretas das massas.

O *Resistência* também foi publicado em Paris e Argel. Surgiu em 13 de dezembro de 1968, mesmo dia em que o governo promulgava o AI-5. Possuía circulação mensal e propunha-se a publicar informações não divulgadas pela imprensa oficial censurada. Transformou-se num veículo de informações e debates sobre o próprio movimento. No Chile, o exemplar de maio de 1969 definia que o periódico em espanhol tinha como objetivo fazer o povo latino-americano conhecer até que ponto haviam chegado as atrocidades do Brasil e como se desenvolviam as discussões mais importantes da esquerda revolucionária.⁶²

Estas publicações diretamente ligadas aos grupos armados do Brasil tiveram pouca circulação. Os periódicos de maior destaque em Santiago foram aqueles que uniram informação e reflexão sobre a esquerda no contexto do exílio: *Cartas Chilenas*, *Frente Brasileiro de Informaciones e Campanha*.

Cartas Chilenas foi organizada pelo jornalista José Maria Rabêlo, pelo advogado Cícero Viana e Edmur Fonseca. Foram publicados sete números entre 1971 e 1972⁶³ com uma tiragem aproximada de 300 exemplares por edição. O objetivo central da publicação era informar sobre o que ocorria no Brasil para mobilizar a comunidade dos brasileiros e dos países de exílio para a necessidade de combater o regime ditatorial brasileiro. A censura impunha um mascaramento do que realmente ocorria no Brasil, logo era função dos exilados mostrarem a verdadeira face do país. O editorial “Uma notícia desmoralizante” de maio de 1971 afirmava:

O prosseguimento da luta, os novos e sistemáticos golpes desferidos pelas forças revolucionárias vão desmascarando pouco a pouco a chantagem da falsa informação e as mentiras maciçamente difundidas pela imprensa,

⁶¹ “Puede el reformismo ser juez?”, Santiago, n.1, p.1

⁶² *Resistência*, Santiago, n.1, maio de 1969.

⁶³ Apenas quatro números de *Cartas Chilenas* estão disponíveis no Centro e Documentação e Memória da Unesp. Consideramos que a publicação possui uma visão semelhante ao *Frente*, a utilizamos como importante fonte complementar.

rádio e tevê estrangulados (...) o que estamos assistindo agora é tão somente o começo de um grande gesto que há de levar, sobre os escombros dos tiranos de hoje e seus patrocinadores internacionais, à conquista de uma nova sociedade, libertada do medo, da fome e da exploração.⁶⁴

O *Frente Brasileiro de Informaciones* e o *Campanha* representavam os dois principais posicionamentos existentes na imprensa analisada. O *Frente* dedicava-se mais à exposição de informações sobre o Brasil e a luta travada contra a Ditadura no Brasil e no exílio. Os textos destacavam a necessidade de mostrar dados sobre o Brasil que haviam sido encobertos pela censura, revelando à comunidade internacional e de exilados o que “de fato” ocorria. O *Campanha* voltava-se à concretização da ação revolucionária, divulgando e debatendo projetos da esquerda. Com o lema “Fazer do exílio uma campanha de luta”, o periódico propunha unir toda a comunidade dos exilados num movimento internacional de construção da vanguarda revolucionária. Embora tenha também se dedicado a informar sobre a situação brasileira e a denunciar abusos do regime, a informação estava atrelada a uma estratégia de luta mais radical.

⁶⁴ *Cartas Chilenas*, ano I, nº2, p.1.

MORENA Em a 238

ASMOB-MILANO
ARCHIVIO STORICO DEL
MOVIMENTO OPERAIO
BRASILIANO

FUNDO ROBERTO
MORENA
1902-1978

Exemplar do periódico *Brasil Hoy* dedicado à análise da situação econômica e social do Brasil. Os artigos procuravam analisar a disparidade entre a pobreza e o desenvolvimento econômico acelerado.

Exemplar mimeografado do Resistência publicado no Chile pelo MR-8.

Capa de *Temas y Debates*. O símbolo era apresentado na capa de todos os exemplares, remetendo à resistência e luta dos trabalhadores.

CARTAS CHILENAS

segunda epoca

Santiago, 22 feb. 1972

Año II

N. 4

B R A S I L : LA ESTRATEGIA GENERAL DEL SUBIMPERIALISMO

El expansionismo brasilero tiene tres objetivos: America del Sur, Antartida y Africa.

En nuestro continente, se contemplan dos tipos de accion: apoyo a gobiernos sumisos (Bolivia) y la intervencion (armada?) en paises "hostiles" (Chile, Guyana, Uruguay).

A Antartida quiere llegar como pais "colindante" y a Africa a traves de una Restauracion Imperial con Portugal y sus colonias.

objetivo # 1 EL GENDARME DEL CONTINENTE

Chile, Uruguay, Guyana, Bolivia y Argentina son los blancos del fascismo brasilero en America. Los primeros por "ideologia" (Chile por su gobierno izquierdista; Uruguay con el MLN y el FA junto a la frontera; Guyana con Chedi Jagan y su poderoso Partido Progresista del Pueblo).

Con Argentina, la competencia: Brasil busca un liderazgo sin contestacion. Y por Bolivia esta el acceso a los Andes. (pp. 2, 3, 4 y 5)

objetivo # 2

UNA ANTARTIDA BRASILEÑA

"Un enorme continente helado, rico en minerales, desafio constante a la investigacion cientifica y de considerable importancia politica, esta a la espera de Brasil. Nuestro gobierno exige su inclusion en el Tratado de la Antartida, del cual fue inexplicablemente excluido".

La revelacion la hace la nueva y sofisticada revista mensual "Contexto", editada en Sao Paulo, en su numero 1, de diciembre pasado y constituye el reconocimiento publico del segundo objetivo estrategico del subimperialismo brasilero.

Prosigue la revista: "A Brasil caberia la parte central del Mar de Weddel, entre los meridianos 28 y 53 grados oeste. En la parte oceanica, reivindicamos las islas Orcadas y Georgia del Sur, que Inglaterra y Argentina han venido disputando. En la parte continental (...) existen tres bases militares: la de Belgrano, de Argentina; la de Ellsworth, de EE.UU., cedida al Instituto Antartico Argentino y la de Shackleton, de Gran Bretana".

La "Antartida Brasileira" comprende un area de 550.000 km² (casi la superficie de Chile) y es riquisima en petroleo, uranio, torio, carbon, diamantes, cobre, etc.

Estrategicamente, representaria la extension de las fronteras fisicas de Brasil al extremo sur del Continente y un acceso seguro al Pacifico, anhelo secular de los grupos expansionistas brasileros.

Brasil sostiene juridicamente su reivindicacion Antartica en base a un supuesto derecho de defrontacion, que deriva de su auto proclamada condicion de "mas gran potencia del Atlantico Sur".

objetivo # 3

REINTEGRACION BRASIL-PORTUGAL-COLONIAS PORTUGUESAS

Un imperio colonial (imperio mismo), con la restauracion de la familia real brasilera (Orleans y Braganza) y el gobierno fascista ejercido por un primer ministro (ya escogido), una poblacion de 125 millones de personas (la 5 del mundo) y 12 millones de km² (la segunda nacion en territorio) distribuidos por cuatro continentes (America, Europa, Africa y Asia) - he ahi el sueno de los grupos de extrema derecha que controlan el gobierno brasilero.

Este imperio se haria con la reconstitucion de la comunidad luso-brasilera (Portugal y Brasil) y las colonias portuguesas de Africa y Asia (Mozambique, Angola, Guinea, Cabo Verde y una serie de islas y enclaves asiaticos). Un miembro de la parasitaria familia real brasilera seria el nuevo imperador, con lo cual Brasil retrocederia a su organizacion politica del siglo pasado. El Primer Ministro seria el de Finanzas, Antonio Delfino Netto, el principal artifice del "milagro economico brasilero".

Como primera manifestacion expresa sobre este proyecto, "Jornal do Brasil" 7.2.72, publica una larga entrevista con el Embajador de Senegal (unico pais negro que mantiene relaciones normales con Portugal) sr. Assano Bassirou, que declara: "Debe formarse una gran comunidad afrolusobrasileña: Portugal y Brasil estan ligados a Africa, que la mayor union solo traera beneficios".

Capítulo II

Frente Brasileño de Informaciones: A denúncia como arma

As informações divulgadas pela imprensa no exílio possuíam duas funções primordiais e interdependentes: manter o vínculo com a realidade brasileira e promover um processo de transformação do país a partir do exílio. Na expectativa do retorno e na manutenção das ideias de oposição ao regime militar, era necessário observar as características econômicas e políticas da Ditadura e como a sociedade vivenciava e se rebelava contra o autoritarismo. Para o *Frente Brasileño de Informaciones*, a reunião de dados sobre o país possibilitava apresentar denúncias contra o regime, buscando a visibilidade internacional para as arbitrariedades cometidas contra os direitos humanos, bem como dar relevância às lutas promovidas internamente pelos movimentos operários, pela Igreja, organizações clandestinas de intelectuais e estudantes, de modo a demonstrar o descontentamento da sociedade brasileira em relação à Ditadura e ampliar o apoio a sua causa.

As informações eram reunidas em regime de colaboração entre os exilados e os residentes no Brasil. Os periódicos apresentavam textos e cartas enviados por colaboradores, recortes de reportagens dos principais veículos brasileiros de comunicação, artigos da imprensa alternativa dos grupos que ainda lutavam clandestinamente em território brasileiro e até mesmo textos referentes à história do movimento de esquerda no país, reunindo documentos antigos de partidos e jornais operários. Somavam-se a estes materiais informações reunidas na imprensa do país em que estes intelectuais estavam exilados e de jornais relevantes nos EUA e Europa. Progressivamente, os periódicos também começaram a incluir textos de outros jornais e revistas produzidos no exílio, o que promovia uma interação entre os grupos produtores e entre as comunidades dos exilados. Era possível conhecer como os brasileiros viviam nos diferentes espaços de exílio e compartilhar ideias sobre o Brasil, o exílio e as ações dos grupos de esquerda.

A informação deveria desencadear a reflexão e a ação. Cada artigo procurava transformar os dados em debates, mantendo um diálogo que desse dinamismo à condição do exílio, de modo que esta condição não fosse tomada como estagnação e falta de perspectivas. A informação era apropriada e divulgada de acordo com o posicionamento ideológico do periódico, mas sempre era apresentada como uma *verdade* resgatada das brumas impostas pela repressão do regime brasileiro. Cada jornal se colocava como um

olhar iluminador sobre a realidade brasileira, mascarada pela censura do regime, e tomava como objetivo a difusão de uma imagem positiva do país. Este propósito é expresso com clareza na maioria das propostas divulgadas em editoriais e capas, como se observa no objetivo escrito em 1972 pela comissão redatora do *Brasil Hoy* :

Este boletim tem por finalidade informar ao público internacional o que acontece no *Brasil Hoy*, ou seja, esclarecer o que a censura da imprensa que existe em nosso país impede que se saiba no mundo. A Ditadura Militar fascista que governa o Brasil está empenhada, através de uma fantástica mobilização de propaganda, em apresentar o país como realizador de um “milagre econômico”. Nós mostraremos simplesmente a verdade, na medida de nossas forças. Esperamos contribuir assim com a formação do Brasil de amanhã.⁶⁵

O objetivo central era promover o rompimento da censura, a construção de um novo país a partir do conhecimento da situação brasileira e o apresentar uma *verdade* capaz de mobilizar a comunidade internacional. Para a grande maioria, as páginas dos jornais possibilitavam denunciar os crimes da Ditadura Militar, promovendo seu enfraquecimento ao ampliar as bases de oposição. A *verdade* significava identificar as nuances da repressão, a exploração econômica da classe burguesa, buscando despertar o proletariado para a união e ação revolucionária. Para além da *ação informativa*, a maioria dos periódicos defendia uma *prática formativa*, divulgando pressupostos teóricos em direção à prática revolucionária. Longe da imparcialidade e da condição descritiva da informação, a *verdade* decorria de uma *leitura específica de mundo*, a propagar a oposição ao regime ditatorial.

A imprensa vincula interesses e um projeto de intervenção, por mais que se conceba como veículo imparcial. Ao apresentar um fato, os recortes necessários às apresentações já são indícios de uma escolha, compondo uma ação parcial. Ao se propor desnudar a verdade encoberta pela Ditadura, os impressos já se colocavam como ideologicamente opostos a outra construção: o discurso do regime militar.

Independentemente da posição política assumida pelos periódicos, estes tiveram papel fundamental na divulgação de fatos sobre o país tanto para a comunidade brasileira, como para a ação de denúncia da repressão no Brasil. A divulgação de listas de desaparecidos políticos, nomes de torturadores, práticas de perseguição e assassinato de presos políticos (como o famigerado “Esquadrão da Morte”) e estimativas sobre o nível

⁶⁵ *Brasil Hoy*, Santiago, nº 1, setembro e outubro de 1972, p.1. Todos os excertos dos impressos utilizados foram traduzidos do espanhol.

socioeconômico da população auxiliaram a romper o filtro que a censura criara. Ao formarem comitês e unirem-se a movimentos pelos direitos humanos e organizações políticas, os exilados ampliavam a circulação de informações e ideias. Se os periódicos não tinham a circulação esperada para ampla denúncia, estes conseguiam, no entanto, estimular produtores e leitores a ampliar o “boca a boca” e os debates para ações concretas de denúncias realizadas em torno de organismos internacionais.

2.1- A Frente Brasileira de Informação

O *Frente Brasileiro de Informaciones* integrava uma rede de denúncia da Ditadura Militar iniciada por Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco, pelo ex-deputado Márcio Moreira Alves, por Violeta Arraes (irmã do ex-governador que vivia exilada na França), por Almerly Bezerra e Everaldo Norões. Eram publicados boletins com o mesmo nome na Argélia, França, Alemanha, Holanda, Inglaterra, Itália, México e Estados Unidos. Esta grande rede de informações foi nomeada *Front Brésilienne de Information* (FBI) ⁶⁶.

O movimento foi financiado e dirigido diretamente por Miguel Arraes. Eleito governador de Pernambuco em 1962 pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro), foi destituído do cargo em 1º de abril de 1964, quando o governo provisório da Junta Militar interferiu nos governos estaduais para assegurar o controle de todas as regiões ao novo regime e controlar a oposição. Arraes negou-se a deixar o governo e foi preso durante um ano. Partiu para o exílio na Argélia, recebendo do governo daquele país grande apoio político e financeiro. De Argel, Arraes organizou a Frente Brasileira de Informação, cujo objetivo seria realizar uma denúncia da Ditadura brasileira divulgando dados que eram mascarados pela censura do país.

A Argélia passava por uma profunda transformação nos anos 1970. O Coronel Houari Bourmédiénne assumiu o governo em 1965 por meio de um golpe de estado. Bourmédiénne foi integrante do movimento argelino de libertação ao lado do líder Ahmed Ben Bella e participou ativamente da guerra pela independência ao lado da Frente de Libertação Nacional (FLN). Como chefe do Estado-maior do governo no exílio, desde 1960, Bourmédiénne ajudou Ben Bella a subir ao poder em 1962, embora três anos mais tarde o tenha derrubado. Instituiu uma série de transformações no país, como a arabização do ensino

⁶⁶ Os integrantes do grupo referiam-se à Frente Brasileira de Informação pela sigla FBI, por isso a utilizamos neste texto, embora ressaltamos que a sigla seja comumente utilizada para indicar a agência de investigação norte-americana (Federal Bureau of Investigation) .

e a nacionalização de empresas que ainda estavam nas mãos dos antigos colonizadores franceses. Em âmbito internacional, Houari Bourmédiène destacou na defesa do Movimento dos Países Alinhados e por defender uma via política diferente em meio à bipolaridade da Guerra Fria.

Miguel Arraes recebia auxílio financeiro do governo argelino e mantinha contato direto com o FLN, que era o partido oficial. Como a Argélia dispunha-se a defender os movimentos socialistas, pela própria característica de seu regime de governo, muitos líderes de grupos de libertação africanos mantinham contatos com os dirigentes de Argel, como era o caso dos movimentos de libertação de Angola, Moçambique, cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Miguel Arraes entrou em contato com os líderes destes grupos e assumiu uma posição relevante em Argel.

A historiadora Luci Grangeiro Cortez estudou a trajetória de vários nordestinos exilados e identificou a relevância internacional de Miguel Arraes a partir de vários depoimentos. Segundo a autora,

Da Argélia, Arraes desenvolveu intensa atividade política, tornando-se uma liderança respeitada no terceiro Mundo, tendo colaborado na elaboração da *Declaração Universal dos Direitos dos Povos*, em 4 de julho de 1976, uma iniciativa da Liga Internacional pelos Direitos e a Libertação dos Povos, presidida pelo senador italiano Lelio Basso. Diante de sua atuação e liderança, atraiu a esse país vários exilados, principalmente Almeri Bezerra de Mello, Manuel Messias, Aécia Gomes de Matos, Nailton Santos, Frank Svensson e outros. Ameri Bezerra de Mello desenvolvia uma atividade mais política na Argélia ao lado de Miguel Arraes, e, pela habilidade que tinha em falar outros idiomas, como o francês, italiano, espanhol, ajudou-os nos contatos mantidos na Europa, criando também um boletim sobre o que se passava no Brasil, o Boletim Brasileiro de Informações, que adquiriu certa credibilidade.⁶⁷

A criação da Frente Brasileira de Informação foi favorecida pela presença de Arraes em Argel e por seu destaque como líder político, já se apresentava como um opositor ao regime militar brasileiro e envolvia-se com grupos de esquerda africanos. A aproximação com lideranças europeias foi fundamental para aumentar a repercussão das denúncias sobre o Brasil realizadas pelo *Front*.

⁶⁷ CORTEZ, Lucili Grangeiro. *O Drama Barroco dos exilados do Nordeste*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2003, p. 330-331.

O *Front Brésilien d' Information* transformou-se numa estrutura política que se propunha a estabelecer uma complexa rede de informações na América e na Europa para efetivar o combate à Ditadura brasileira através da denúncia. Segundo João Bosco Feres, responsável pela elaboração do *Front* na seção holandesa, o grupo recebia contribuições de diferentes grupos de esquerda, como o Partido Comunista e a Vanguarda Popular Revolucionária, além de intelectuais, artistas e intelectuais.⁶⁸ O conteúdo das publicações era produzido no escrito central localizado na Argélia. Militantes de esquerda no Brasil enviavam informações à organização central e cada país possuía um grupo de exilados que organizava a distribuição. Eram distribuídos na Itália, estados Unidos, Holanda, França e Chile. Os artigos eram traduzidos para a linguagem do país e poderiam ser incorporados novos textos de acordo com a realidade local. Também eram enviados exemplares para militantes que viviam em Cuba e na União Soviética.

Yara Gouvêa era integrante da VPR e fez parte da equipe da Frente Brasileira de Informação em Argélia. Permaneceu em Argel até agosto de 1979 e colaborava com os trabalhos de arquivo e redação do boletim⁶⁹. Segundo Yara, o objetivo do *Front* era denunciar toda a ausência de liberdade de expressão, a violência empregada pelos organismos de repressão e as condições socioeconômicas. Havia também espaço para a divulgação das arbitrariedades cometidas pelas Ditaduras latino-americanas. Sobre o processo de produção do jornal, Yara afirma:

As informações chegavam de múltiplas fontes, inclusive da Anistia Internacional e diversas Associações dos Direitos do Homem. Os companheiros, os membros das igrejas (católica e evangélicas), que permaneceram no Brasil na luta pela restauração dos direitos e pela volta à democracia, nos mantinham perfeitamente informados do que ocorria em nosso país.⁷⁰

O público-alvo era formado por jornalistas, acadêmicos, sindicalistas e partidos políticos que realizavam assinaturas. Alguns números chegaram a ser enviados ao Brasil. Os custos de produção dos boletins eram pagos por Miguel Arraes, que recebia apoio financeiro do governo argelino. Além da manutenção dos recursos, Arraes também redigia parte das matérias publicadas.

⁶⁸ Entrevista concedida ao Diário de Pernambuco para a edição de 16 de setembro de 2009. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/2009/09/16/especial10_0.asp. Acesso em 20 de novembro de 2009.

⁶⁹ Em co-autoria com Danielle Birck, Yara Gouvêa relatou suas memórias do exílio no livro *Dois Vozes*. São Paulo: Editora de Cultura, 2007.

⁷⁰ Entrevista com Yara Gouvêa concedida por e-mail em 16 de fevereiro de 2010.

Marcio Moreira Alves foi outro importante organizador do *Front*. Segundo Yara Gouvêa, “por ele transitavam todos os jornais e as revistas brasileiros que eram encaminhados a Argel. Por ele e por Violeta Arraes Gervaiseau também chegavam a maior parte das denúncias do que se passava no Brasil.” Márcio Moreira Alves também realizava intermediações entre exilados brasileiros na Europa e em Argel.

Os jornais do Front foram publicados até 1975. A finalização das atividades decorreu de divergências entre os grupos que o distribuíam. Havia uma centralidade da organização em Miguel Arraes e não existia de uma estrutura organizada de produção, embora as redes de informação e denúncia fossem complexas. Para Yara Gouvêa, não havia coesão entre os participantes.

Havia certa divisão de tarefas, Dr. Arraes, por exemplo, era redator, mas não se ocupava das outras tarefas. Como eu era a mais jovem da equipe parecia até normal que recaísse sobre mim a parte da datilografia das matérias no estêncil, rodar o estêncil no mimeógrafo, fazer a expedição dos boletins. Mas Everardo Norões, enquanto permaneceu em Argel, estava sempre presente nestas tarefas. Tanto ele quanto eu também redigíamos as notícias, sobretudo as denúncias sobre as arbitrariedades. Os membros da equipe da Frente vinham de diferentes horizontes e por mais que Miguel Arraes tentasse definir os objetivos da publicação, arquivar o grande material que chegava até nós não era tarefa simples. Cada novo exilado que chegava queria refazer todo o arquivo e adotar novos critérios. O que mais nos faltava era a humildade. Humildade que, com toda sua sabedoria sertaneja, Miguel Arraes nunca conseguiu nos transmitir.

As relações eram bastante complicadas. Tínhamos trazido para o exterior os problemas que não soubemos resolver no Brasil e o clima entre os grupos era de muita desconfiança e pouca transparência. Éramos, ademais, muito jovens e ainda pouco preparados para a vida e, sobretudo para a vida no exílio em que tudo toma dimensões maiores – até a dor.⁷¹

Membros da Frente presentes na Europa começaram a questionar o controle do movimento. Defendiam a mudança da equipe redatora e maior autonomia. Estas divisões foram enfraquecendo progressivamente o *Front*.

Arraes sabia que dando total autonomia, como era reivindicado, e descartando a pouca colaboração que tinha, o trabalho até então feito se desmantelaria – o que efetivamente aconteceu. A VPR apoiava a Frente

⁷¹ Idem.

Brasileira de Informação, mas a única pessoa a ter mantido uma colaboração frequente fui eu. É preciso se recordar também que a VPR, naquele momento, passava por uma decomposição total, que tem no episódio da queda dos companheiros traídos por Cabo Anselmo em Olinda seu último ato. A VPR naquele momento já não era mais nada e muito menos podia ter qualquer supremacia na Frente Brasileira de Informação.⁷²

O *Front* foi indubitavelmente a maior expressão da oposição dos brasileiros no exterior. O general Médici a descrevia como “uma campanha sistemática de difamação do Brasil no exterior”. Ganhou prestígio entre governos europeus e envolveu os exilados numa rede de denúncias ao regime militar a tal ponto que causou preocupação aos líderes do governo brasileiro.

Buscando a amplitude para a denúncia, faltou ao *Frente* a estrutura de um organismo. Centralizado em Argel, não conseguiu contemplar as diferentes necessidades dos grupos que o compunham.⁷³ A ausência daquela estrutura decorria da própria conjuntura do exílio, mas também uma proposta frágil de atuação. Os boletins buscavam criar um aspecto apolítico, como se a não vinculação a uma vertente ou outra lhe conferisse maior legitimidade. A seguinte declaração de Yara Gouvêa ilustra tal proposta:

A Frente Brasileira de Informação em Argel, apesar de ter feito vários e importantes editoriais, nunca se apresentou como a posição política de um grupo específico de esquerda definido. Como salientei, no Chile se adotou uma posição autônoma com relação ao trabalho feito em Argel. Sem dúvida alguma o alcance dos boletins da Frente Brasileira de Informação produzidos em Argel não permitia concretizar uma movimentação efetiva dos exilados. Éramos uma Frente de informação e não uma Frente partidária, ou de movimentos de esquerda, definindo uma plataforma partidária ou programas partidários. Além dos boletins informativos, foram elaborados muitos estudos analíticos sobre as opções socioeconômicas do Governo Militar, sobre a Amazônia, sobre a Questão Nacional. Era um esforço de compreensão de nossa realidade e nesse esforço não havia espaço para ilusões políticas.⁷⁴

Embora buscasse reunir as forças políticas para apenas refletir sobre a condição do Brasil, isto certamente não destituiu da ação do *Front* um caráter político. O *Front* desejava

⁷² Ibid.

⁷³ Ibid. Para Yara Gouvêa, “os maiores erros da Frente Brasileira de Informação foram os de não ter podido constituir uma verdadeira equipe e de não ter podido dar continuidade ao trabalho, desmantelando parte dos ricos arquivos”.

⁷⁴ Idem.

minar as bases da Ditadura por meio da divulgação de dados que contrariavam a imagem positiva que o governo brasileiro queria apresentar ao mundo. Esta ação pressupõe uma alternativa política. Embora os diferentes grupos compartilhassem deste objetivo, divergiam sobre as estratégias para alcançá-lo.

Em uma carta a Márcio Moreira Alves, Miguel Arraes afirmava:

A partir do próprio Front- e por mais que pretendamos ficar numa posição de divulgadores – seremos inapelavelmente levados a estar ligados ao que se realiza dentro do Brasil. As vagas internas irão nos afetar, sem dúvida, e devemos estar bem amarrados para não sermos levados por uma delas. A ligação com o interior– exigência sobre a qual estamos de acordo– significaria que não queremos fazer um boletim de exilados, mas interpretar a luta do nosso povo. Para fazer o Front, temos que nos situar, portanto, diante da realidade interna do país e face às diferentes organizações que atuam dentro. O Front buscaria uma caução política no conjunto delas, de modo a ganhar em força e representatividade. Isto é certo e devemos marchar neste sentido.

Como marchar neste sentido? A resposta é função da tarefa que nos cabe. Não só fazer o Front, mas trabalhar no sentido de que surja, no Brasil, uma força capaz de derrubar a Ditadura e o imperialismo. O Front é um dos instrumentos a serem utilizados no desempenho desta tarefa. Olhando por esse ângulo, os métodos para marchar no sentido indicam assumem maior importância. Algumas questões preliminares também se colocam: ao entendermos que nenhuma organização pode isoladamente fazer a revolução, não podemos ligar as atividades apenas a uma delas. Deveríamos buscar, por isso, uma caução política do conjunto delas no exterior (...). Neste caso, uma organização isolada ou conjunto delas não representa, de fato, a revolução brasileira. (...)⁷⁵

O que se procurava desenvolver era uma unidade política, com estratégias definidas para uma ação conjunta no exterior que tivesse relação direta com o movimento de oposição interna. Mas a tendência de Arrais de ligar-se a grupos armados, como a ALN, não foi bem aceita por importantes membros que participavam das ações do *Front*, como Almino Afonso, Armênio Guedes, Zuleika Alembert e Márcio Moreira Alves. No Chile, o grupo do Front manter-se-ia contrário aos novos posicionamentos, dedicando-se à denúncia da Ditadura , mantendo o boletim, promovendo debates e organizando livros. Este grupo

⁷⁵ Carta de Márcio Moreira Alves a Miguel Arraes, escrita entre junho e julho de 1970. Apud. MIR, Luís. *A revolução impossível*. São Paulo, Best Seller, 1994, p. 645-646.

denominava-se Comitê de Denúncia da repressão no Brasil e procurou criar laços maiores entre o *Front* e a realidade chilena.

2.2- O Comitê de Denúncia da Repressão no Brasil

De todos os países, o Chile era o que mais mantinha autonomia na divulgação das informações na produção do *Front*.⁷⁶ A edição chilena começou a ser produzida em dezembro de 1969 pelo *Comitê de Denuncia de la Represión en Brasil*. Foi o primeiro periódico expressivo a circular no Chile com envolvimento de brasileiros exilados e apoio de militantes chilenos interessados em divulgar internacionalmente o autoritarismo no Brasil.

O *CDRB* apresentava-se como o principal grupo organizado dentro da colônia de brasileiros no Chile. Seu principal objetivo era empreender ações que mobilizassem o apoio da comunidade latino-americana e internacional contra a Ditadura Militar e mantinha relação com os grupos que também publicavam boletins na Argélia e Europa. Frente à proposta de uma movimentação internacional de exilados, o movimento recebeu contribuição de exilados sem uma vinculação direta a um grupo de esquerda e por membros de grupos inicialmente bastante díspares.

A produção do boletim era parte de um conjunto de ações voltadas à denúncia da Ditadura brasileira. Promoviam-se participações em congressos, envio de documentação para organismos internacionais de proteção aos direitos humanos, publicação de livros e criação de programas de rádio. O *Frente* realizava propagandas destes programas referindo-se a eles como “denúncias dos trabalhadores chilenos sobre a Ditadura brasileira”. Os dois programas chamavam-se “La verdad en Brasil” e “Informaciones de Brasil” e eram veiculados pela rádio Luís Emilio Recabarren.

Entre os membros do grupo, podemos destacar o ex-deputado Márcio Moreira Alves, os economistas Maurício Dias David e José Serra, a cineasta Tetê Moraes e Armênio Guedes, jornalista e ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Eram pessoas que haviam deixado o Brasil em 64 e que apresentavam formação distinta. Segundo José Serra, era “um grupo plural”, formado por pessoas que acreditavam numa saída democrática e outras que viam a necessidade de uma revolução socialista.⁷⁷

⁷⁶ O boletim produzido em Argel não continha artigos voltados à comunidade do exílio, mas poderiam ser inseridos textos de acordo com a realidade do país no qual era distribuído. A informação sobre o grau de independência da publicação no Chile é apresentada por Yara Gouvêa.

⁷⁷ Depoimento prestado no programa Roda Viva, da TV Cultura, durante entrevista a Armênio Guedes, em 11 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/programa/pgm1119>

Armênio Guedes confirma sua participação no CDR da seguinte forma:

Eu, quando cheguei ao Chile, tinha uma garotada, principalmente de estudantes saídos de São Paulo, estimo eu, que foi a massa maior de exilados no Chile. Eu ali, representando o "partidão", uma coisa horrorosa para eles, aquela coisa velha, e sei lá, conservadora, da revolução conservadora. Mas conversava com eles e dizia: "olha, eu estou aqui para conversar com vocês, não estou aqui para discutir a minha ideologia ou a sua ideologia". Se a ditadura deve ser derrubada, se nós devemos vencer a ditadura politicamente através de uma mobilização de massa, tem que começar lentamente e tem que partir de que nós fomos derrotados. Temos que ter paciência, não é só audácia. Não é isso que nós queremos discutir. É como organizar a denúncia da ditadura, os crimes da ditadura, não é? Vamos mobilizar a opinião pública mundial para ser um fator importante, uma pressão de fora para dentro, no sentido de apressar o fim da ditadura, não é?

Nós tínhamos um boletim de... Chamava FBI - Frente Brasileira de Informação... Tinha um programa na rádio da CUT. Tínhamos um comitê de solidariedade para com as pessoas que chegavam. Chegamos a organizar um restaurante onde as pessoas iam comer, os refugiados iam comer mais barato, mas, ao mesmo tempo, era uma fábrica de alimentação para fornecer alimentação para os restaurantes de fábrica, não é? Enfim, nós tínhamos muita atividade. Fazíamos muita coisa. Mas depois que chegamos a esse acordo, esse comitê a que o Serra se referiu aqui era, realmente, uma coisa muito lúcida, muito unitária. E nós ficamos não só companheiros, como amigos e fazíamos o nosso trabalho... Tinha uns "malucóides" ainda, aqueles que usavam boina, [com foto ou estrela de] Che Guevara e tal. Mas, acabavam trabalhando e fazendo alguma coisa dentro daquela linha geral. Isso nós conseguimos.⁷⁸

O que unia pessoas diferentes quanto à idade e posição política era a tentativa de promover a denúncia da Ditadura Militar. A relação entre os exilados no Chile com outros da Frente Brasileira de Informação se realizava essencialmente por correio. A troca de artigos para a impressão no Chile e de informações sobre o regime brasileiro era constante e feita de forma discreta, para tentar evitar a repressão, conforme indica o depoimento de Maurício Dias David:

⁷⁸ Entrevista concedida ao programa da TV Cultura, Roda Viva em 11 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/programa/pgm1119>.

Muitos de nós pagamos até hoje um duro preço por esta atividade que se fazia na clandestinidade, cercada do maior sigilo. Durante muito tempo as reuniões semanais se faziam na minha casa, no centro de Santiago, em frente ao prédio central da Universidad Católica – onde eu e Beatriz estudávamos – em reuniões comandadas pelo José Serra.⁷⁹

O *FBI* diferenciava-se dos demais periódicos produzidos no Chile por conter uma grande quantidade de informações sem se ater a reproduções de artigos da imprensa brasileira ou dedicar-se demasiadamente à defesa da ideologia revolucionária. A crítica à Ditadura era construída a partir da apresentação de informações não veiculadas pela mídia brasileira que mostrassem as contradições do projeto de “desenvolvimento e segurança” defendido pelo governo e revelassem duramente a violação aos direitos humanos realizada principalmente através das práticas de tortura.

O periódico afirmava que seu objetivo era romper o bloqueio imposto pela Ditadura à divulgação dos fatos que aconteciam no interior do Brasil, concebendo a denúncia como uma contribuição à luta de todo o povo contra a Ditadura que “lhe oprime, menosprezando cotidianamente os mais elementares deveres humanos”.⁸⁰ A *verdade do fato* seria, portanto, a principal arma desta luta:

As notícias transmitidas pelo *FBI* são recolhidas entre todas as organizações de resistência brasileiras. Uma equipe de militantes de ideologias diversas é encarregada de selecioná-las e verificá-las. Todas as notícias divulgadas são absolutamente verídicas e objetivas. Os combatentes da resistência brasileira não se interessam a divulgar mentiras. *Nossa arma é a verdade.*⁸¹

Para um jornal que fazia sérias denúncias, apresentar-se sob a imagem de *objetividade* e *verdade* significava resguardá-lo da comparação com panfletos revolucionários cujas informações seriam de pouca aceitação na comunidade internacional. Ao divulgar nomes de presos políticos, desaparecidos, torturadores e relatos de tortura, o jornal apresentava dados relevantes para os órgãos defensores dos direitos humanos,

⁷⁹ DAVID, Maurício Dias. “ Marcito, antes de tudo um jornalista”. Depoimento prestado por ocasião da morte de Márcio Moreira Alves. Disponível em: <http://www.conversaafiada.com.br/antigo/?p=7086>. Acesso em 22 de janeiro de 2010.

⁸⁰ *Frente Brasileño de Informaciones*. Santiago, número 1, fevereiro de 1971. Grifo no original.

⁸¹ Trecho de uma carta em francês sem datação publicada pelo *FBI* para divulgar nomes de torturadores. Apud ROLLEMBERG, Denise. A imprensa no exílio. In: CARNEIRO, Maria Luíza Tucci (org). *Minorias Silenciadas: História da censura no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2002, p.60.

procurando a transformação das condições do país através da via institucional. A movimentação popular deveria ocorrer no sentido de incentivar a aceleração das transformações das instituições a caminho da supressão dos problemas sociais e controle político autoritário. Assim, o jornal não se vinculava diretamente a posições radicais de ação, o que atrairia críticas de exilados com posicionamentos mais radicais.

Os temas recorrentes no *FBI* são comuns aos demais impressos: imperialismo, “Milagre Econômico”, tortura e movimentos de trabalhadores. A densidade do tratamento, no entanto, foi bastante superior, pois eram embasados em dados estatísticos da economia brasileira, textos variados da imprensa oficial e estudos detalhados da tortura que consideravam depoimentos de presos políticos. O boletim foi pioneiro na divulgação de listas de nomes de torturadores, torturados e desaparecidos, descrevendo em pormenores as práticas de tortura. Ao tratar do “Milagre Brasileiro”, as argumentações eram baseadas em dados de pesquisa do país, compondo uma leitura eficiente da temática econômica, o que denota escritores capacitados para tal análise.

É importante ressaltar que seus escritores eram intelectuais, professores, economistas, advogados e estudantes, que utilizavam seus conhecimentos específicos em prol do desenvolvimento da denúncia, construindo e socializando informações que desembocassem em ações práticas de combate à Ditadura.

Pode-se caracterizar o *FBI* como um mediador para a ação dos exilados brasileiros e uma voz internacional para aqueles que estavam no país. A tão divulgada caixa postal 2594 no centro de Santiago recebia cartas, pedidos de assinaturas e pedidos de informações sobre o Brasil. Através de uma rede de colaboração para troca de informações, o *Frente* representava um importante papel frente à rede de brasileiros que na África e Europa também publicavam o periódico, pois seus produtores puderam apresentar mais informações sobre a América Latina e Brasil para os demais exilados, já que estavam mais próximos do país e vivenciavam uma experiência inédita de governo popular num continente onde o autoritarismo se expandia cada vez mais. O *Frente* não atrairia a unanimidade de todos, outros grupos como o *Campanha* começariam a criticá-lo como alternativa política. Desconsiderando tal contraponto, o *Frente* foi a melhor representação da ação que via na informação a melhor arma.

2.3- A imprensa censurada

A censura possibilitou que o regime militar aplicasse a repressão e controlasse todas as esferas político-sociais sob a propagação de uma imagem positiva de um país em acelerado desenvolvimento econômico. Sua aplicação era exercida por uma complexa estrutura institucional de investigação e punição. O controle do acesso e divulgação da informação estava generalizado na sociedade, restringindo expressões artísticas, controlando as manifestações públicas e a produção cultural.

Dentro de seu projeto de acusação do regime ditatorial, a imprensa no exílio considerava essencial ressaltar a impossibilidade que a população tinha para manifestar seu descontentamento e revelar a real situação do país. O fato de os jornais e revistas não poderem informar livremente era uma parte de uma repressão onipresente, que, associada a uma propaganda ideológica divulgada através manipulação dos meios de comunicação, tinha como objetivo controlar o próprio pensamento. Vejamos um exemplo de descrição da censura diária no Brasil denunciada pelos exilados:

A mais recente modalidade de censura no Brasil é o controle da importação de livros.

Assim, no Rio de Janeiro, a livraria Leonardo da Vinci – que vende livros de procedência francesa e que é frequentada por intelectuais e estudantes- é obrigada a apresentar à polícia política a relação das pessoas que solicitaram a importação de livros assim como dos títulos requeridos. É assim que a elementar liberdade de aquisição de um livro pode converter-se em um crime político e ser sancionada pelos tribunais da Ditadura.

Por ironia, a Constituição Política do Brasil garante a liberdade de crença, pensamento e ideologia e, segundo as vozes da Ditadura, aquela Constituição encontra-se em plena vigência.⁸²

A censura estava acima do âmbito legal. Depois da repressão acentuada a partir de 1968, o que se considerava democracia e liberdade estaria apenas no discurso formal empregado para legitimação do regime. Os impressos tinham como finalidade contrapor este discurso com a realidade, fazendo aquilo que a imprensa nacional não poderia fazer, não queria ou fazia com extrema dificuldade.

Como resultado das intervenções nas redações, prisões de jornalistas e proibições de jornais e revistas, publicações foram organizadas clandestinamente visando romper as barreiras à informação e traçar estratégias para o combate à Ditadura. Em sua maioria ligados às organizações de esquerda, os panfletos e jornais alternativos adquiriram um

⁸² *Frente Brasileño de Informaciones*. Santiago, março de 1971, p. 12.

caráter de debate e formação de ideias que orientavam a oposição e a diferenciação entre os grupos de esquerda num contexto de muitas divisões destas organizações. Segundo Bernardo Kucinsky,

o que identificava toda a imprensa alternativa era a contingência do combate político-ideológico à Ditadura, na tradição de lutas por mudanças estruturais e de crítica ortodoxa a um capitalismo periférico e ao imperialismo, dos quais a Ditadura era vista como uma representação.⁸³

A oposição ao regime ditatorial e as críticas ao modelo capitalista compuseram o foco dos impressos no exílio. Embora algumas sejam expressões diretas das organizações de esquerda, como o *Resistência*, outros conseguiram ampliar aqueles temas e modelos da imprensa alternativa. Se observarmos o caso do *Campanha* e do *FBI*, vendidos em livrarias e com um número de assinantes considerável em diferentes países, estes passavam a ter uma base comercial para manutenção e eram produzidos num contexto de liberdade de expressão, embora ainda fosse necessário deixar de reconhecer a autoria das produções frente à expansão da repressão no Cone Sul. Tais casos indicam a expansão do modelo alternativo na organização de impressos que conseguiu variação temática, ampliação das relações entre posicionamentos de esquerda através da promoção de debates e compartilhamento e informações, mantendo críticas à Ditadura que puderam ser lidas não apenas por um público restrito de brasileiros, mas também por intelectuais e militantes políticos dos países do exílio.

A grande imprensa brasileira foi uma das principais fontes para tratamento das informações e debates teóricos. Os impressos apresentavam os dados divulgados por jornais de circulação nacional ou reproduziam artigos que lhes possibilitassem reforçar os pontos negativos do regime: repressão, imperialismo, desigualdade social, exploração dos trabalhadores etc. Ao se proclamarem porta-vozes das verdades que a Ditadura não permitia que a imprensa divulgasse, os impressos do exílio enalteciam a censura sofrida pela imprensa discutindo como as informações se atrelavam ao projeto governamental de propagação de uma imagem positiva do país.

A censura não se realizava apenas através da presença da figura do censor nas redações. Assumiu formas drásticas, como o fechamento das redações, perseguição e prisão dos jornalistas. Perseguidos por sua atividade crítica, muitos jornalistas partiram para o

⁸³ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: EDUSP, 2ª ed., 2003, p. 16.

exílio, onde utilizaram sua experiência na produção de jornais oficiais ou alternativos. Mas é importante salientar que enquanto páginas estampavam receitas ou poesias, havia outra repressão não palpável aos leitores: a censura econômica. Através do corte da propaganda oficial aos meios de comunicação e da falta de liberalização de verbas para as empresas que queriam importar maquinários e modernizar suas redações, o governo controlava a ação das direções dos jornais, que cediam frente à possibilidade da bancarrota ou do rápido crescimento sob as orientações do governo. O regime conseguia, assim, controlar a mídia e fazê-la agir segundo seus interesses de construção de uma imagem positiva e estratégica da nacionalidade, pautada sob os lemas “desenvolvimento” e “segurança”.

Com base em informações enviadas por colaboradores no Brasil ou apresentadas por órgãos de imprensa ou instituições de outros países, os exilados procuravam romper a imagem oficial construída pelo Brasil no exílio e, conseqüentemente, desnudar os problemas do país para as demais nações, legitimando a oposição da população brasileira e de exilados ao regime ditatorial. Para vencer a censura, era necessário discernir a propaganda do Estado e compreender o que estava nas entrelinhas. Para isso, era fundamental buscar informações que os membros dos grupos de esquerda em contato direto com a população pudessem identificar.

Os jornais dos exilados não se ativeram à imagem da imprensa como vítima da censura. Não deixaram de conceber a grande imprensa como um mecanismo de difusão da ideologia da classe burguesa. Os principais jornais em circulação eram duramente criticados por sua vinculação com o governo. É o caso de *O Estado de São Paulo* e *Jornal da Tarde*, ambos pertencentes à tradicional família Mesquita⁸⁴.

Fundado em 1875, com o nome de *A Província de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* procurou unir jornalismo e política. Consolidou-se como defensor do liberalismo e durante a evolução política nacional procurou intervir no sistema político associando a ideologia liberal a um forte conservadorismo, expresso na defesa da manutenção da hegemonia política das classes sociais tradicionais e à exclusão dos movimentos populares dos círculos de poder através do apoio à Ditadura.

Segundo o *Frente*, *O Estado de São Paulo* era “defensor ardoroso dos Estados Unidos e da política de inversão estrangeira no Brasil, como também da livre empresa e da competência. Antes do golpe de 1964, o diário combatia o governo de Goulart. Se referiria

⁸⁴ Sobre o caráter liberal de *O Estado de São Paulo* e sua relação com a política brasileira, ver CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. *O Bravo matutino- imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-ômega, 1980. Para informações sobre o apoio do OESP à Ditadura e sua posição frente à censura, ver AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-78) - o exercício cotidiano da dominação e da resistência (O Estado de S. Paulo e Movimento)*. Bauru: EDUSC, 1999.

abertamente às conspirações que se desenvolviam e insistia na necessidade de um golpe de estado para frear a ‘comunização’ do país.”⁸⁵ De fato, a família Mesquita posicionou-se a favor da instauração do regime militar procurando conter a participação popular. A defesa de um estado forte justificava-se pela manutenção da ordem, sustentada na defesa da propriedade individual. Segundo Maria Aparecida de Aquino, existia uma

postura de favorabilidade a uma intervenção em um governo constitucionalmente eleito, sem que isso, na opinião dos responsáveis pelo jornal, representasse uma quebra nos preceitos da professada e defendida democracia liberal, na medida em que, por parte dos governantes estariam sendo cometidos vários atos que patenteavam o abuso do poder em detrimento dos direitos naturais dos homens (exemplos: manobras de continuísmo, promoção de subversão da ordem, exortação à ilegalidade por parte do chefe da Nação, tolerância para com a sublevação de alguns em detrimento das classes produtoras).⁸⁶

A ideologia do *OESP* se estendia ao *Jornal da Tarde*. Fundado em 4 de janeiro de 1966 e dirigido por Mino Carta, apresentava uma linguagem mais irreverente e um projeto gráfico mais moderno e atrativo. Ao se analisar o *Jornal da Tarde*, observa-se a comum apresentação de matérias favoráveis ao desenvolvimento econômico do regime. Muito mais do que o apoio à política econômica, o jornal apoiou as decisões políticas do governo principalmente as que diziam respeito ao combate à oposição armada. O discurso governamental em relação à tortura também foi estampado nos editoriais do *JT*. Mesmo em relação à censura, tema criticado pelo periódico, tratou-se da defesa da liberdade de imprensa apenas para os jornais considerados responsáveis. Esta defesa foi seletiva e não englobou todos os meios de comunicação.⁸⁷

Ligados às esferas governamentais, e sendo um mecanismo de legitimação da economia e da sociedade da época, os órgãos de imprensa da família Mesquita apenas se posicionaram contra o governo quando houve a intensificação da censura. Em fevereiro de 1970, Médici aprovou o decreto-lei nº 1077, instituindo a censura prévia, o que provocou a reação dos poderosos órgãos de imprensa em defesa do princípio liberal da expressão sem restrições. E mesmo com relação à censura, não houve uma crítica mais ampla, voltada ao combate às restrições à livre expressão em toda a sociedade. Segundo Anne Marie Smith,

⁸⁵ Santiago, novembro de 1972, nº 37, p.19.

⁸⁶ AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura Imprensa, Estado Autoritário (1968-78) - o exercício cotidiano da dominação e da resistência* (O Estado de S. Paulo e Movimento). São Paulo. Dissertação de Mestrado, USP, 1990, p. 19.

⁸⁷GAZZOTTI, Juliana. *Jornal da Tarde (1966-75): ideologia e Ditadura Militar*. Tese de doutorado, São Carlos: UFSCAR, 2004, p. 96.

no confronto com a censura, O Estado de São Paulo não buscou um desvelamento público da censura. Antes, avançou mediante comunicações particulares a membros do gabinete e do congresso. Seu único foro relativamente público era a SIP, na qual os donos do Estadão faziam discursos para donos de outros jornais do hemisfério.⁸⁸

2.4- Diplomacia e regime militar

O tema do *imperialismo* é recorrente nos impressos de esquerda e é apresentado como a expansão da hegemonia da classe burguesa. Embora a ação norte-americana apareça como relevante, os impressos analisados apresentam o Brasil como o grande protagonista do imperialismo na América Latina. A preocupação central dos artigos é a difusão do modelo ditatorial pelos países do continente. Embora sejam mencionados os interesses norte-americanos como representantes do modelo capitalista que se almejava destruir, os objetivos dos impressos ainda estão bastante atrelados à crítica à Ditadura brasileira, o que se compreende se considerado o objetivo central destes impressos de promover a derrubada da Ditadura brasileira através da divulgação das informações veladas.

As denúncias sobre a intervenção da Ditadura brasileira na América Latina não deixaram de figurar entre os principais artigos, reunindo informações da situação de cada país e de como o Brasil estaria influenciando principalmente na região do Cone Sul. O interesse brasileiro sobre os países da região era descrito como pressuposto de uma política desenvolvimentista voltada à hegemonia continental, que incluía a supressão das formas democráticas de governo seguindo a orientação de contenção dos movimentos populares. O acordo entre Brasil e Portugal, a visita do Ministro do Exterior à África, a intervenção na Bolívia e o interesse brasileiro na exploração da Antártica são interpretados como elementos indicadores dos interesses expansionistas do Brasil e uma ameaça mundial, o que legitimaria inicialmente uma união dos povos latino-americanos, mais ameaçados por aquela política, contra a Ditadura brasileira, tomada como inimigo continental.

O *Frente* destacou-se na promoção de denúncias para alertar o continente sobre os interesses brasileiros nos países vizinhos. Entre as informações, acompanhou as movimentações das tropas brasileiras na fronteira do Mato Grosso com a Bolívia e divulgou o fato do embaixador brasileiro em La Paz ter entregado 100 mil dólares ao novo ditador

⁸⁸ Apud. GAZZOTTI, Juliana. *Op. Cit.*, p. 135.

boliviano, Hugo Banzer.⁸⁹ Ao se efetivar o golpe boliviano, o jornal defendia que seria o momento de buscar ações práticas para evitar novas intervenções e realizava novos alertas. O principal alerta era feito ao Uruguai. O *FBI* publicava que informações da imprensa brasileira revelavam que o país construiria uma base aérea em Santa Maria, na fronteira do Uruguai com o Rio Grande do Sul, onde seriam abrigados 112 aviões elaborados com tecnologia italiana. Corroborando a denúncia, o boletim afirmava que o semanário uruguaio *Marcha* havia mostrado em 1969 que o Uruguai era região estratégica para o comando militar brasileiro e publicara declaração do embaixador argentino de que havia um plano de invasão e ocupação do Uruguai, o chamado Plano Trinta horas. Reunindo informações de diferentes fontes, o jornal conseguiu ver com clareza fatos que realmente viriam a ocorrer.

Segundo os impressos, o Brasil desrespeitava as fronteiras e legislações internacionais, buscando efetivar sua influência política e evitar a existência da democracia no continente, pois esta seria uma ameaça ao autoritarismo do regime militar. Para o *FBI*, a política externa brasileira sob comando do ministro Mario Gibson Barbosa regredira ao modelo adotado no século XIX de intervencionismo no continente:

Em 1970, tropas brasileiras estavam preparadas para invadir o Uruguai. O General Canavarro Pereira defendia a tese de invadir a Bolívia quando Torres chegasse ao poder. Dois meses depois, o general brasileiro Hugo Betelenos era expulso da Bolívia acusado de tentar promover um golpe militar para derrubar Torres e de entregar 100 mil dólares aos golpistas. Na posse do novo presidente Allende, o Ministério das Relações Exteriores enviava como representante uma delegação sem importância alguma, enquanto outros países enviavam Conselheiros e representantes de uma delegação de alto nível.⁹⁰

Indícios do envolvimento do Brasil no golpe chileno eram apresentados como alerta pelos textos da imprensa dos exilados. Com o recrudescimento dos conflitos sociais internos, a movimentação popular era vista como urgente para evitar a ofensiva da burguesia

⁸⁹ Moniz Bandeira, afirma que “a Casa Militar do presidente Garrastazu Médici, chefiada pelo general João Batista Figueiredo, ofereceu aos adversários do governo do general Juan José Torres, através do ex-coronel Juan Ayoroa, dinheiro, armas, aviões e até mercenários, bem como permissão para instalar áreas de treinamento perto de Campo Grande (Mato Grosso) e em outros locais próximos da fronteira. E o golpe de estado, deflagrado, finalmente, pelo general Hugo Banzer, contou com aberto apoio logístico do Brasil, cujos aviões militares, sem ocultar as insígnias nacionais, descarregaram fuzis, metralhadoras e munições em Santa Cruz de la Sierra, enquanto tropas do II Exército, comandado pelo general Humberto Melo, estacionavam em Mato Grosso, prontas para intervir na Bolívia (onde alguns destacamentos penetraram), se necessário fosse.” BANDEIRA, Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e Integração na América do Sul (Da Triplíce Aliança ao MERCOSUL: 1870-2003)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.416 - 417.

⁹⁰ *Frente Brasileño de Informaciones*, “La nueva diplomacia brasileña”. Santiago, 1971, p.9.

nacional, apoiada pelos EUA, que desencadearia a implantação de um regime autoritário que pusesse fim às conquistas populares no Chile.

Segundo os responsáveis pela publicação das denúncias, a solução encontrada para barrar o imperialismo no continente seria destruir seu maior representante na região: o regime militar brasileiro. Para tal, era fundamental criar uma união continental em torno do combate ao autoritarismo no país. Fazia-se necessário movimentar as forças políticas e sociais através da informação e criar um mecanismo de oposição pela união dos grupos internacionais:

É indispensável que a opinião pública latino-americana tenha conhecimento do perigo que o regime fascista brasileiro representa para o continente. Não é uma simples Ditadura gorila, mas um regime intervencionista que tem o propósito de exportar seu “modelo” de desenvolvimento baseado na superexploração dos trabalhadores, na submissão ao imperialismo e na brutal repressão. Somente a mobilização das forças progressistas e anti-imperialistas da América Latina pode deter novas agressões da Ditadura brasileira ao continente.⁹¹

A ameaça da Ditadura brasileira estava no dia a dia dos exilados na América Latina. Seu combate era parte da própria sobrevivência de seus projetos e expectativas no novo país. Toda a crítica à política exterior brasileira ancorava-se também na experiência de perseguição que os exilados sofriam no exílio, que exacerbava ainda mais o sentimento de uma ameaça em expansão.

Encontram-se na imprensa dos exilados menções a vários exemplos da influência da Ditadura na vida dos exilados. A burocracia na obtenção de documentos era um dos indícios de que havia um projeto para dificultar a permanência dos exilados no país e continuar a controlá-los:

O Consulado do Brasil em Santiago adotou agora uma nova modalidade de repressão, tentando abarcar até os brasileiros residentes no Chile. A técnica de negar documentação de todo tipo a quem a solicita. Desta forma, passaporte, reconhecimento de documentos, cartas de poder, tudo é negado aos brasileiros residentes no Chile. Até mesmo os que não são exilados políticos são atingidos pela repressão.

⁹¹ *Frente Brasileño de Informaciones*. Santiago, 14 de agosto de 1971, p. 9.

O cônsul, senhor Murilo Moreira Mello, parece esquecer-se da carta das Nações Unidas, para a qual a documentação constitui um direito elementar da pessoa humana.⁹²

Exemplo mais grave de intervenção do regime militar na vida dos exilados foi o processo de investigação movido com representantes enviados aos países de exílio. Em vários momentos, os jornais apresentam denúncia da presença de investigadores brasileiros no Chile. Manter a clandestinidade era essencial para não ser pego por uma repressão institucionalizada que extrapolava as fronteiras nacionais. O fortalecimento da união e troca de informações seria crucial para resistir àquela repressão:

Nos últimos dias, dezenas de policiais brasileiros estão invadindo Santiago. Em são maioria são jovens que chegam disfarçados de turistas e buscam os centros onde normalmente os brasileiros se reúnem (...)

Deve-se questionar por que chegam num momento em que a direita espera aproveitar as eleições para conspirar contra o Governo. Não há dúvidas de que têm intenção de aproveitar o momento para exercer sua vingança contra os que continuam lutando no exterior, desenvolvendo sua denúncia contra a Ditadura Militar.

Não podemos aceitar calados mais este crime contra as leis chilenas que proíbem investigações de policiais estrangeiros dentro do país. Cada companheiro que reconheça um policial brasileiro tem o dever de denunciá-lo ao Governo Popular, entregando o máximo de dados possíveis que ajudem nas investigações.⁹³

2.5- Reversos de uma imagem: o “Milagre Brasileiro”

A grande preocupação dos impressos era desmistificar a imagem do “Brasil Grande Potência” perpetuado nos slogans do governo Médici. O ataque à economia representava atacar a legitimidade que o regime militar visava construir em torno da ideia de *desenvolvimento* e *segurança*. Entender as especificidades econômicas do país significava compreender a realidade do Brasil no contexto capitalista internacional e desmascarar mecanismos de exploração da classe, projetos imperialistas das potências econômicas e interesses subimperialistas do Brasil.

⁹² *Frente Brasileño de Informaciones*, abril de 1971, p. 14.

⁹³ *Frente Brasileño de Informaciones*, n.6, 1º de março de 1973, p.7.

O modelo de desenvolvimento adotado considerava necessário criar condições estruturais para o aumento do investimento estrangeiro. O capital estrangeiro alavancaria o desenvolvimento nacional e viabilizaria a concretização do plano de desenvolvimento brasileiro. O beneficiamento do capital externo se realizava através de programas de estímulos à exploração multinacional de setores econômicos relevantes, como energia e bens duráveis, e era acompanhado do expressivo aumento da desigualdade social, com intenso arrocho salarial. A dívida externa aumentou de US\$ 4,5 bilhões, em 1966, para 12,6 bilhões, em 1973, e seria mais do que o triplo em 1978.

Este modelo de desenvolvimento associado ao autoritarismo pode ser entendido partir da associação entre burguesia e Forças Armadas no que Guillermo O'Donnell nomeou "Estado burocrático-autoritário". As Forças Armadas e as empresas privadas estabelecem uma coalizão que excluem política e economicamente as camadas populares. A administração baseia-se nas relações entre o Estado, Forças Armadas e empresas privadas, ou seja, a decisão parte dos grupos que compuseram o regime autoritário e são implantadas segundo normas burocráticas, objetivos práticos e ausência de ingerência de demais setores sociais. Os Estados Burocrático - Autoritários transformam as formas de acumulação de capital e inserem a sociedade num processo de aprofundamento de um capitalismo industrial, mais periférico e dependente.⁹⁴

A vertente teórica preponderante naquele contexto era a teoria da dependência, que criticava o dualismo "centro" e periferia para explicar a realidade brasileira que havia sido o esteio das explicações cepalinas. Segundo os estudos da CEPAL, o desenvolvimento desigual e a propagação desigual de tal desenvolvimento teria dado origem aos diferentes papéis econômicos. Para superar a condição periférica, o Brasil deveria alcançar amplo desenvolvimento industrial. A teoria da dependência preponderante nas décadas de 60 e 70 procurava superar esta visão periférica e desenvolvimentista relacionando a economia a outros fatores sociais, políticos e históricos. A abordagem de maior destaque, a de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, buscava resgatar as diferenças históricas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e compreender o desenvolvimento de acordo com as especificidades políticas e sociais latino-americanas. Entre os grupos de esquerda, a ideia de dependência era

⁹⁴ O'DONNELL, Guillermo. *Reflexões sobre os Estados burocrático-autoritários*. São Paulo, Vértice, 1987.

vista de uma ótica mundial, onde haveria desenvolvimento desigual e combinado, com os países avançados submetendo os atrasados: daí a ideia da impossibilidade de revoluções democrático burguesas comandadas pelas burguesias dos países atrasados. Caberia ao proletariado conduzir as tarefas da revolução democrática, no mesmo processo em que se faria a revolução socialista; a articulação internacional do capitalismo também daria aos países atrasados um papel chave para a ruptura revolucionária mundial, para além dos limites nacionais.⁹⁵

A mais coerente crítica divulgada pelos impressos dos exilados ao modelo brasileiro foi apresentada pelo *FBI*. Segundo o periódico, *o crescimento econômico do Brasil se fazia a custo de um rebaixamento real dos salários dos trabalhadores, da entrega do país ao imperialismo e do crescimento de uma produção de luxo voltada ao consumo de poucos e à exportação*.⁹⁶ A debilidade deste modelo residia na ameaça inflacionária e ao caráter antipopular do processo. No seio do regime estariam as bases para sua fragmentação inevitável.

Conhecer as fissuras do modelo desenvolvimentista que seria a bandeira da Ditadura representava munir-se dos mecanismos para acelerar a bancarrota, ressaltando as debilidades e promovendo a decadência da imagem desenvolvimentista propagada pelo governo. Criticavam-se os dados estatísticos, comparava-se o desenvolvimento econômico com a situação real da população brasileira e procurava-se mostrar os interesses corporativos por trás das grandes obras que eram defendidas como essenciais para a completa infraestrutura desenvolvimentista.

Analisando dados divulgados sobre o desenvolvimento brasileiro em 1970, o *FBI* criticava a informação oficial de que o Brasil teria crescido 9% em 1970, repetindo índices de 1969. Segundo o periódico, não teria passado dos 6%. Isto evidenciaria que o projeto desenvolvimentista já não conseguia os mesmos patamares iniciais e buscava mascarar os dados para que o país continuasse sendo visto como excelente local de investimentos. No artigo “Brasil 1970 - nadie frena este país”, o *FBI* afirmava que “o que se passou a reconhecer a partir dos primeiros sintomas de recessão econômica nos últimos meses de 1969 era o fato de a economia não ir tão bem assim, e que convinha estimular ao máximo a expectativa dos ‘empresários’ e a confiança geral, nacional e internacional nos ‘destinos da nação’, com o objetivo de evitar uma crise mais profunda do capitalismo no Brasil?”⁹⁷

⁹⁵ RIDENTI, Marcelo. “Ecos de Trotsky na esquerda armada brasileira (1964-1974)”. Estudos de Sociologia, v.2, n.2, 1997, p. 94. Destacaram-se teóricos como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Gunder Frank.

⁹⁶ Id. Santiago, maio de 1972, p.5. Editado em espanhol.

⁹⁷ *Frente Brasileño de Informaciones*. Abril de 1971, p.8.

Sobre a participação do capital estrangeiro, o periódico destacava como os mecanismos de isenções de impostos beneficiavam o investimento em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento nacional, principalmente a Amazônia e o Nordeste. O maior exemplo utilizado para a crítica foi a construção da Transamazônica, empreendimento que fazia parte do chamado Plano de Integração Nacional. Para o *FBI*, a construção da Transamazônica representava uma “tentativa de enquadrar essa região nos esquemas que regem as relações do capitalismo brasileiro com os interesses das corporações multinacionais.”⁹⁸ A crítica se estendia à forma como as empresas se beneficiavam da construção da estrada, favorecidas pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia:

A SUDAM, organismo estatal destinado a “desenvolver” a Amazônia, criou um sistema de estímulos a custa de fundos públicos verdadeiramente formidável.

As empresas que operam no Brasil, nacionais e estrangeiras, de cada cinco cruzeiros que devem pagar de imposto de renda, podem transformar até 75 em recursos para investir na Amazônia.⁹⁹

O ministro da economia Delfim Neto era acusado de conciliar politicamente os diferentes interesses dos grupos burgueses interessados em se favorecer política economicamente. As divergências dentro da administração (“duros” contra “moderados”) e a necessária balança de interesses entre as pressões dos grandes industriais do sudeste e do capital internacional eram apresentadas pelos impressos como um sistema economicamente pouco voltado aos interesses do Estado Nacional, perpetuando os interesses privados ou dos grupos socioeconômicos dominantes:

Ao mesmo tempo está obrigado a tratar de conciliar os apetites devoradores dos vários grupos imperialistas com os agressivos interesses da nova burguesia arrivista de São Paulo e os interesses da burguesia nacional, industrial e financeira do Centro Sul. Tudo isto sem esquecer-se da luta “política” no interior dos diversos grupos militares com pretensões de poder hegemônico “centralizado”, na qual sua própria posição de “poder contingente e restrito” se vê permanentemente ameaçada.¹⁰⁰

⁹⁸ *Frente Brasileño de Informaciones*. Março de 1971, p.2.

⁹⁹ *Frente Brasileño de Informaciones*, abril de 1971, p. 3.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 9-10.

Desenvolvimento associado ao capital internacional, exploração do trabalho péssimas condições de vida da classe trabalhadora e camponesa, censura repressão por tortura não justificariam o desenvolvimento econômico que, embora reconhecidamente expressivo em dados, não passava a ser um concreto desenvolvimento nacional.

Chamamos a atenção da opinião pública latino-americana sobre a terrível armadilha que a Ditadura brasileira busca armar e seus adeptos nas classes dominantes da América Latina. Para eles não importa a liberdade se têm automóveis de luxo. O “modelo brasileiro” é apresentado como um exemplo de desenvolvimento que se deve imitar. O “Esquadrão da Morte” já foi exportado ao Uruguai e Bolívia. A exportação do “modelo brasileiro” para a América Latina é uma grave ameaça para todo o continente.¹⁰¹

A adoção deste modelo para todo o continente significava a expansão do regime autoritário que o tomava como esteio para a repressão. A imagem favorável do desenvolvimento exploratório e desigual precisava ser clara para que fosse combatido conjuntamente no continente. Era preciso buscar outro modelo de desenvolvimento. Além da teoria socialista, a prática lhes apresentava um caminho: era necessário olhar para Cuba e resistir à expansão capitalista. Num artigo intitulado “Brasil y Cuba: dos alternativas para Latinoamérica”, descrevendo a participação de Cuba na reunião da CEPAL em Quito, o *FBI* destacava:

Cuba, ao dizer que crescimento econômico não é desenvolvimento, que crescimento econômico não é benefício para o trabalhador que o produz (como os dados demonstram) desmascarou o caráter do modelo que o imperialismo tem tentado impor no Brasil com a Ditadura Militar.

O delegado cubano ao reafirmar em nome de seu governo e do povo cubano a necessidade de uma firme posição contra o imperialismo ianque como única possibilidade de um desenvolvimento real, de um desenvolvimento que signifique melhora de nível de vida e liberdade para as grandes massas trabalhadoras, nos mostrou mais uma vez qual deve ser nosso caminho. Somente uma política econômica independente e anti-imperialista pode trazer para o povo seu verdadeiro desenvolvimento.¹⁰²

¹⁰¹“A ofensiva publicitária da Dictadura”, *Frente Brasileño de Informaciones*, maio de 1972, p. 5.

¹⁰² *Campanha*, Santiago, n.8, 1 de maio de 1973, p. 5.

Sobre a participação do capital estrangeiro, o periódico destacava como os mecanismos de isenções de impostos beneficiavam o investimento em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento nacional, principalmente a Amazônia e o Nordeste. Áreas fundamentais para o desenvolvimento da nação como saúde e educação recebiam pouco investimento, enquanto se privilegiavam indústrias de base e infraestrutura de transporte cujos níveis de empregabilidade e criação de renda eram pífios, deixando a população ainda mais pobre:

O Brasil não tem nenhum “milagre” a oferecer. Economicamente é um país débil que começa uma nova etapa da dependência latino-americana sobre a base de uma cruel exploração de seu povo em favor do grande capital internacional.

Ainda que houvesse “Milagre”, este jamais justificaria nem poderia desvincular-se da cruel repressão, em todos os níveis, desencadeada sobre o povo.¹⁰³

A crítica ao “milagre brasileiro”, portanto, fazia-se contra um modelo de desenvolvimento que se espalhava sobre a América Latina. Era preciso combatê-lo com a melhor arma: a informação. O milagre era uma construção do regime militar e a imprensa no exílio buscava mostrar as bases desta edificação, para que os problemas que a propaganda e as estatísticas encobriam viessem à tona e corroborassem os objetivos de deposição do governo militar.

2.6- Em defesa dos direitos humanos

A tortura foi um mecanismo institucional de repressão e seu combate foi certamente a maior bandeira levantada no exterior pelos exilados. Ligada a uma complexa rede de informação e repressão, a tortura de prisioneiros visava à obtenção de informações sobre grupos de esquerda em ação clandestina, com objetivo explícito de conseguir através da violência física ou psicológica a delação de nomes de companheiros, localizações e ações programadas, ou eliminar opositores com táticas cruéis.¹⁰⁴ Estas práticas promoveram

¹⁰³ “Milagro económico o super explotación”, *Frente Brasileiro de Informaciones*, agosto de 1973, p.15.

¹⁰⁴ Baseamo-nos na definição de tortura apresentada por Marcelo Viñar: “A tortura é todo dispositivo intencional, quaisquer que sejam os meios utilizados, engendrada com a finalidade de destruir as crenças e convicções da vítima para privá-la da constelação identificatória que a constitui como sujeito. Este dispositivo é aplicado pelos agentes de um sistema de poder totalitário e é destinado à mobilização pelo medo da sociedade governada.” VIÑAR, Marcelo e Maren.. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 1992, p.60.

paradoxalmente a concretização dos planos de domínio do regime como sua fragilidade, progressivamente revelada com um movimento organizado interna e externamente de denúncia e condenação.

O *Frente* propunha-se a divulgar os atores daquilo que chamou de “política oficial do Estado”. Não apenas divulgava cartas, relatos e listagens de nomes de torturadores e presos políticos sob ameaça, mas principalmente procurava detalhar o sistema de repressão que o governo brasileiro negava existir ou definia como exceção cometida por um grupo de insubordinados. Tais informações endossavam as críticas promovidas por organizações nacionais no exterior. Embora atribuisse as denúncias a organizações *subversivas* interessadas em macular a imagem do governo no exterior, o movimento de acusação da violação dos direitos humanos alcançou grandes proporções que promoveriam revisões no governo Geisel, dentro de sua política de diminuição do rígido caráter repressivo implantado no período de Médici.

Investigação e supressão das forças inimigas eram os objetivos em nome dos quais se utilizava a violência deliberada e planejada em técnicas transmitidas aos policiais encarregados das investigações. A tortura institucionalizada era acompanhada de abusos que a gigantesca rede de repressão permitia existir. Sob a ótica da ideologia de Segurança Nacional, todo elemento “subversivo” deveria ser identificado e controlado em nome de uma ordem dita “pública”.

O enrijecimento do regime com o AI-5 promoveu o aumento do mostro repressor. O projeto “Brasil: Nunca Mais” identificou 4.460 nomes de denunciados durante o governo Médici, contra 2.127 no governo Castello Branco. Estes nomes são pessoas que sofreram os famosos IPM’s e são poucos numericamente se forem realizadas projeções dos casos que não foram contabilizados numa rede de tortura que o próprio governo teve dificuldades para controlar.

O *Frente* entrevistou os 70 prisioneiros que chegaram ao Chile em troca do embaixador suíço na edição de fevereiro de 1971. A transcrição dos relatos dava maior credibilidade às denúncias, pois eram presos políticos que, longe do país, poderiam expressar suas experiências detalhadamente e corroborar as denúncias já feitas pelo impresso com relação à tortura. As denúncias enfatizavam as prisões arbitrárias em invasões de locais privados, a incomunicabilidade do preso e as técnicas de tortura, entre as mais comuns eram os choques elétricos, os afogamentos e o “pau de arara”.¹⁰⁵ Um desses relatos

¹⁰⁵ Barra de ferro atravessada entre os punhos amarrados e as dobras dos joelhos que era suspensa para que o preso ficasse à mercê de outras violências, como choques, palmatórias, queimaduras, socos etc. Uma descrição pormenorizada de cada técnica é apresentada em Arquidiocese de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 34-42.

era o de Ubiratan de Souza¹⁰⁶, que descrevia a morte de Eduardo Leite, apelidado de Bacuri, militante da ALN (Ação Libertadora Nacional) detido pela Operação Bandeirantes em 1970.

Estava com as pernas paralisadas quando foi entregue à Polícia Política de São Paulo (DOPS) onde lhe aplicaram o sucre da verdade, e o pentotal, mas ele não falou. Posteriormente, os diários do governo anunciaram a fuga de Bacuri, fato que não ocorreu, pois se encontrava consigo em la prisão, conjuntamente com outros 50 companheiros. (...) Eduardo foi tirado da cela pelo Esquadrão da Morte, comandado pelo Delegado Sérgio Paranhos Fleury e levado a uma praia de Santos, onde foi encontrado morto em 6 de dezembro.¹⁰⁷

O caso de Bacuri destaca-se pela forma brutal do assassinato e pela criação da história oficial para encobrir a tortura, culpando o acusado pela fuga e a morte em uma troca de tiros. Com a imprensa nacional censurada, divulgando aquilo que era forjado como prova, a imprensa do exílio tinha voz e amplitude para acusar e teve papel importante na arregimentação de forças defensoras dos direitos humanos.

Era necessário mostrar a tortura como ação oficial e recorrente do regime. Para além das salas de tortura, envolvia uma imensa rede que era aprovada pelo governo. Foram apresentadas acusações contra policiais, delegados e mesmo médicos que na consulta de presos omitiam socorro ou prestavam informações de auxílio na tortura, bem como legistas que faziam falsos relatórios, omitindo as reais causas da morte. Altas patentes do Exército e da Justiça também eram denunciadas. Em declaração ao *FBI*, Lúcio Nogueira e Antônio Expedito afirmavam que os tribunais militares eram extensões das salas de tortura:

Nos dias de seções nas Promotorias Militares (...) o exército ocupa o edifício com suas tropas, não permitindo que os réus conversem com seus advogados. Os juízes não ouvem nossas palavras e brincam durante todo o tempo. (...)

Entre os juízes é corrente haver algum que torturou o réu durante a fase do 'interrogatório'.¹⁰⁸

A violência não era denunciada como ação esporádica, mas institucionalizada, dotada de uma *técnica* alimentada e aplicada como crucial para o fortalecimento do regime

¹⁰⁶Os nomes eram na maioria pseudônimos, tentando manter a clandestinidade como meio de defesa contra a repressão para além das fronteiras nacionais.

¹⁰⁷ *Frente Brasileño de Informaciones*, fevereiro de 1971, p. 3.

¹⁰⁸ *Frente Brasileño de Informaciones*, Santiago, n.1, fevereiro de 1971, p.3.

militar. A ação dos DOPS realizava-se com apoio dos centros de investigação das Forças Armadas e compunha-se numa forma de prisão arbitrária e de torturas sucessivas para adquirir informações. As ações mais destacadas eram aquelas que representam a face mais prática da máquina repressiva do governo ao usar cruel violência em práticas de extermínio: a Operação Bandeirante (OBAN) e o Esquadrão da Morte.

Frente à multiplicação das ações dos grupos armados, a Operação Bandeirante foi fundada em São Paulo e, depois de agir um ano como instrumento extralegal de repressão, passou a integrar as instituições do Estado sob o nome DOI/ CODI II (Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna do Exército). Agia em diversas capitais, nas quais o DEOPS se tornou apêndice desta operação, com exceção de São Paulo.

A mais revoltante ação foi o “Esquadrão da Morte”, denunciada pelo procurador da justiça Hélio Bicudo. A organização dedicava-se ao extermínio do que o regime chamava “subversivos” e tinha apoio do governador paulista Abreu Sodré, membros da hierarquia militar e ministério público. O governo descrevia as ações como exceções protagonizadas por grupos policiais e militares rebeldes, embora fosse órgão apoiado pelo regime e que tinha como um dos principais chefes Sérgio Paranhos Fleury, delegado do DOPS de São Paulo e famoso por sua eficácia na prisão e tortura de “subversivos”¹⁰⁹.

O procurador da Justiça Helio Bicudo foi afastado antes de apresentar sua oitava denúncia contra o Esquadrão da Morte.¹¹⁰ As investigações ficariam a cargo do Departamento de Investigações Criminais (DEIC), órgão vinculado à polícia política. As denúncias de Hélio Bicudo foram divulgadas pela imprensa do exílio, assim como as ações da Ditadura para encobrir as ações do Esquadrão da Morte. Publicando fotos, artigos discutindo as informações de Hélio Bicudo e organizando um boletim específico trazendo o tema como reportagem de capa, o *FBI* revelava que o esquadrão era instrumento institucionalizado da violência e que deveria ser averiguado pela comunidade internacional como uma intensa violação dos direitos humanos, a se espalhar para além das fronteiras nacionais:

Um de seus principais chefes, Sergio Fleury, é ao mesmo tempo o chefe da repressão política em São Paulo, tem realizado importantes missões policiais no exterior (como Paris, Uruguai, Chile). Os métodos repressivos

¹⁰⁹ Sobre a biografia de Fleury e suas ligações com o grupo de extermínio, ver SOUZA, Percival de. *Autópsia do Medo*. São Paulo: Globo, 2000.

¹¹⁰ Hélio Bicudo relatou as experiências de investigação deste caso em *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. São Paulo: Martins Fontes / Pontifícia Comissão de Justiça, 1976.

do “esquadrão” são hoje exportados ao exterior, seja para fazer chegar até lá a repressão contra revolucionários brasileiros, seja para formar grupos de orientação similar em outros países.

A tortura e os assassinatos associavam-se à progressiva eliminação dos grupos em clandestinidade e ao enrijecimento da Ditadura. Para além do sentimento de uma derrota progressiva dos projetos revolucionários, havia a dor pelo assassinato cruel dos companheiros. Entre os muitos relatos, destacamos o de Yara Golvêa, encarregada da publicação do Frente Brasileira de Informação em Argel, que narra seu sentimento frente à morte de companheiros no Recife:

Naquele momento, o telefonema só faz aumentar seu tremendo sentimento de dor, que é consolidado pela chegada em Argel de Japa. Com efeito, Japa confirma que os companheiros haviam sido traídos pelo Cabo Anselmo. Esclarece também que a VPR já tinha a desconfiança que Anselmo trabalhava pela repressão no momento em que a organização deixou que os companheiros voltassem ao Brasil num esquema que envolvia a participação dele.

Com Japa, organiza a denúncia, ainda que tardia, do traidor, do triste líder dos marinheiros, daquele que tampouco teve o escrúpulo de proteger sua companheira Soledad, grávida de vários meses de um filho seu, assassinada com o mesmo grupo de companheiros. As fotos de Anselmo, antes da plástica, feita em Cuba, e depois da plástica são divulgadas pela Frente Brasileira de Informação. Mas o mal estava feito.¹¹¹

O depoimento de Yara revela a permanência do vínculo organizacional no exílio e como a repressão conseguira arduamente penetrar nestas organizações.

Em outubro de 1971, o *FBI* publicava uma edição extra de seu boletim analisando o assassinato de Carlos Lamarca, líder da VPR. Morria um dos mais importantes líderes do movimento de esquerda. Numa leitura crítica do jornal *O Globo*, classificado pelo artigo de capa como “ultraconservador”, o *FBI* mostrava o papel colaborador da imprensa brasileira no processo de encobrir um “assassinato a sangue frio” e divulgar o fato como uma vitória do regime, descrevendo o “ritual macabro” do assassinato de Lamarca.¹¹² Realizava também a descrição do falso suicídio de Iara Yaveberg, companheira do guerrilheiro, mostrando as

¹¹¹ GOUVÊA, Yara e BIRCK, Danielle. *Op. Cit.*, p. 61. Mario Japa era codinome de Chizuo Ozava. Cabo Anselmo era pseudônimo de José Anselmo dos Santos, que passou a agir como espião para a polícia política. Os militantes da VPR retornaram do exílio para um encontro em Recife. A partir das informações de Anselmo, foram capturados e assassinados pela polícia.

¹¹² Criticava-se artigo de *O globo* de 20 de setembro de 1971. Edição extra, s/d.

contradições da imprensa e do governo nas acusações e revelando uma clara ação de extermínio:

Estranhamente, essa mesma imprensa noticiava a participação de Iara, horas antes de sua morte, em ações armadas no Rio de Janeiro, a mais de mil quilômetros de Salvador. Além disso, muitos diários reproduzindo declarações de autoridades policiais, haviam já noticiado a prisão de Iara um mês antes, o que foi posteriormente desmentido por essas mesmas autoridades. O mais provável é que a morte de Iara tenha ocorrido na prisão devido às torturas.¹¹³

A divulgação dos assassinatos ou ameaças de presos políticos buscava atingir âmbito internacional. Uma das formas mais comuns de denúncia foi a montagem de comitês, principalmente para auxílio de presos políticos ameaçados. Um comitê representativo da imprensa foi o Comitê Manuel da Conceição. O líder camponês foi preso nove vezes. Entre 72 e 76, ficou encarcerado ininterruptamente três anos e meio. Enquanto o líder camponês estava preso, um grupo suíço organizou o Comitê Internacional Manoel Conceição, coordenado por *Marguerit Emirie*. Até conquistar a liberdade, diferentes impressos do exílio averiguavam em que condições estava preso, alertando sobre as ameaças a sua vida.

Averiguando o papel internacional dos comitês, em especificidade sobre o Comitê de Denúncia de Repressão pode-se afirmar que teve um papel importante na defesa dos direitos humanos. A rede de denúncia incluía também a produção de livros, como “Pena de morte no Brasil: dos fatos à Ditadura fascista” e “Brasil: repressão e tortura”, assinados por Rodrigo Alarcón. Condensavam as informações do boletim, destacam listas de torturadores e detalhavam casos que comprovavam a tortura como parte de uma máquina estatal.

Algumas denúncias internacionais contra a Ditadura eram divulgadas pelo *FBI*, com transcrição de documentação. Era necessário revelar à comunidade brasileira a evolução do processo de acusação formal da Ditadura Militar. Destacam-se as denúncias feitas à 27ª seção da Comissão dos Direitos do Homem e das Nações Unidas numa ação conjunta da Comissão Internacional de Juristas, da Comissão das Igrejas para Assuntos Internacionais do Conselho Ecumênico de Igrejas e da Federação Sindical Mundial. O jornal reproduziu dois documentos daquela denúncia formal enviada à ONU: “Estudo sobre a situação no Brasil revela violações constantes e sistemáticas os direitos do homem” e “Discurso que o secretário geral da Comissão Internacional de Juristas, Mr. Niall Mac, um chamado comum

¹¹³ Id., p.5.

ao governo brasileiro”, que pedia abertura para investigação da Comissão Interamericana dos Direitos do Homem e era assinada por 17 organizações internacionais, dentre as quais, a Anistia Internacional.

2.7- O Tribunal Bertrand Russel

O Tribunal Bertrand Russel II foi certamente o movimento de maior repercussão. Organizado por Lélío Basso, jurista, professor e membro do Partido Socialista Italiano, visava resgatar a experiência do tribunal organizado em Londres no ano de 1966 por Bertrand Russel para criticar as ações cometidas pelos EUA na Guerra do Vietnam, tomando-se agora como centro a denúncia dos regimes militares no Brasil. Presidido por Jean Paul Sartre e tendo Basso como relator, o Tribunal realizou três seções: a primeira ocorreu em Roma, em março e abril de 1974; a segunda em Bruxelas, de 10 a 18 de janeiro e 1975; a terceira em Roma, entre 10 e 17 de janeiro de 1976. A Ditadura Militar foi tomada como um modelo das diferentes Ditaduras que assolavam a América Latina.¹¹⁴

A iniciativa de realização de um Tribunal de denúncia das violações cometidas pela Ditadura brasileira teve influência direta dos exilados brasileiros organizados no exterior. Membros do Comitê de Denúncia da repressão no Brasil reuniram-se com Lélío Basso durante o seminário *“Transição ao socialismo e experiência chilena”* ocorrido entre setembro e outubro de 1971 na capital chilena e discutiram a possibilidade de organizar o movimento:

(...) Basso se reuniu com os exilados brasileiros do Comitê de Denúncia da Repressão no Brasil (CDRB), entre os quais se encontravam Almino Affonso (Ministro do governo Goulart), Armênio Guedes y Herbert José de Souza. Esse Comitê era presidido por Pablo Neruda, quem – com o apoio do Presidente Allende e de seu conselheiro, também colaborador do Presidente Goulart, Darcy Ribeiro- pediu a Basso que se ocupasse do Brasil e que denunciasse os delitos cometidos pela Ditadura Militar. Basso aceitou imediatamente o árduo compromisso que significava convocar um “segundo” Tribunal Russell – depois daquele promovido por Bertrand Russell sobre o Vietnam-, para o qual foi constituído um Comitê executivo composto pelo mesmo Basso, Sartre y Vladimir Dedijer. Em 1971,

¹¹⁴ Para maiores informações sobre o trabalho do tribunal, ver ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ninguém podia imaginar que aquele tribunal que seria convocado para o caso de Brasil transformar-se-ia logo em um tribunal internacional (...)¹¹⁵

A ação era louvada pelos impressos brasileiros como uma ação concreta de mobilização e uma vitrine de acusação que atrairia os olhos de todo o mundo. Mas, o *FBI* não deixava de destacar os possíveis empecilhos criados pelo regime brasileiro. O empreendimento seria eficaz se fosse acompanhado de uma movimentação internacional:

É evidente, no entanto, que a Ditadura utilizará todos os meios para impedir que o tribunal venha a reunir-se, como foi tentado pelos Estados Unidos quando se tratava de julgar os crimes no Vietnam. Nesta ocasião, vários países, inclusive a França, foram pressionados e acabaram por proibir a instalação do último julgamento do tribunal em seu território. O êxito da iniciativa dos Professores Lelio Basso e Vladimir Dedijer dependerá fundamentalmente da capacidade de mobilização das forças democráticas de todo o mundo.¹¹⁶

O Tribunal não teve caráter oficial, foi antes uma iniciativa particular que acabou por receber apoio de intelectuais renomados, dos grupos de esquerda e dos defensores dos direitos humanos. Conseguiu, no entanto, ter grande impacto mundial ao apresentar denúncias de violações dos direitos humanos contra o Brasil, Chile, Uruguai e Bolívia, destacando a legislação opressiva, a violência institucionalizada e a acentuação de problemas sociais pela adoção de modelos de desenvolvimento elitistas.

Outro movimento de grande impacto na imprensa exilada foi a denúncia à repressão promovida pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), já que esta adquiria amplitude internacional, principalmente pelo fato de que líderes importantes como Dom Hélder Câmara e Dom Paulo Evaristo Arns buscaram contato com o Vaticano e prestaram depoimento à imprensa internacional, numa oposição direta à Ditadura.¹¹⁷ Apresentavam-se notas dos discursos dos bispos, corroborando a ideia de que a oposição à Ditadura era cada vez maior, incluindo setores relevantes da sociedade. A Igreja, em particular, teve fundamental importância na divulgação dos atos de tortura e assassinatos, mobilizando a opinião pública contra regime.

¹¹⁵ MULAS, Andrea. "Las relaciones político-jurídicas entre Lelio Basso y el CEREN en los años de gobierno de la Unidad Popular". *Revista Universum*, n° 20, vol. 1, Universidad de Talca, 2005, p. 85.

¹¹⁶ "Tribunal Bertrand Russel", março de 1972, p. 26.

¹¹⁷ Para observação das relações entre Igreja e governo militar, em especial a chamada "Comissão Bipartite", que reunia militares e religiosos para discutir assuntos nacionais, ver SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na Ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

A causa da defesa dos direitos humanos associava-se à causa do fim do autoritarismo. O FBI centrou-se na ação informativa, combativa e organizativa de denúncia. Outros periódicos, porém, viam na projeção de estratégias ligadas a concepções revolucionárias uma forma de fazer a informação aliar-se à ação revolucionária, resgatada e revista segundo o contexto do exílio.

frente brasileño de informaciones

comité de denuncia de la represión en brasil • santiago • chile

UN ARTICULO DONDE SE ANALISA LAS DIVERSAS TENDENCIAS Y GRUPOS EN QUE SE DIVIDEN LOS MILITARES BRASILEÑOS. LAS CORRIENTES VAN DESDE LOS SEGUIDORES DE LAS IDEAS DEL MARISCAL CASTELLO BRANCO HASTA SUS OPOSITORES NACIONALISTAS-FASCISTAS.

GORILAS PARA TODOS LOS GUSTOS

(TEXTO PAG. 2)

en este número

BOLETIN DE NOVIEMBRE DE 1971
AÑO III N.25 E°4

EL TEATRO DENUNCIA A LA DICTADURA	8
IMPERIALISMO BRASILEÑO	9
LOS DUEÑOS DE BRASIL	12
SIGUE CONFLICTO IGLESIA-DICTADURA	14
GOBIERNO REGALA EMPRESA DE AVIACION	15
ENTREVISTA A PELE	16
LAS FRONTERAS IDEOLOGICAS DEL EJERCITO ...	18
NUEVAS VIOLENCIAS DE LA DICTADURA	21
ANOTACIONES	22

Capa do *Frente Brasileiro de Informaciones* com crítica aos militares brasileiros. A figura do gorila era frequentemente utilizada para representar os governantes do regime militar.

FRENTE
BRASILEÑO DE INFORMACIONES
COMITE DE DENUNCIA A LA REPRESION EN BRASIL

LAS GUERRILLAS CAMPESINAS

LA GRAN FARSA

Las "elecciones" municipales en Brasil realizadas el 15 de noviembre tuvieron características muy especiales. El desinterés de la gente fue tan grande que el primer problema de la dictadura fue conseguir candidatos. Estos necesitaban el visto bueno de los "organismos de seguridad". Las ciudades más importantes del país -donde hay oposición y la dictadura no tiene posibilidad de ganar ni siquiera una elección controlada- fueron declaradas área de seguridad nacional y no hubo comicios. El sistema de computo de votos también es original. El Tribunal Superior Electoral declaró que los resultados solamente seron conocidos dentro de un mes.

A USTED LO NECESITO!

SI TIENES ALGUNA VOCACION POLITICA Y HUMANIDADES COMPLETAS, CONSIDERA EL GOLPE MILITAR DE 1964 COMO UN HECHO IRREVERSIBLE. TE RUEGO QUE TE CANDIDATEES A REGIDOR POR CUALQUIERA DE LOS DOS PARTIDOS.

NOVIEMBRE DE 1972 - AÑO IV - Nº 37 - Eº 15

Boletim número 37 do Frente Brasileiro de Informaciones. Destacava artigos criticando o sistema eleitoral do regime militar brasileiro.

FRENTE
BRASILEÑO DE INFORMACIONES
COMITE DE DENUNCIA A LA REPRESION EN BRASIL

FEBRERO / MARZO 73

Nº 20

EJERCITO BRASILEÑO
PREPARA INVASION DE
PAISES VECINOS PARA
"REDEMOCRATIZARLOS"

Pag. 3

Parte Tribunal B. Russell

Dictadura será enjuiciada

ARMORI-MILANO
ARCHIVIO STORICO DEL
MOVIMENTO OPERAIO
BRASILIANO

Edição dedicada ao Tribunal Bertrand Russel.

Crítica apresentada pelo *Frente Brasileño de Informaciones* ao “imperialismo” brasileiro na edição número 25, de novembro de 1971.

Charge representando o regime subimperialista brasileiro. Divulgada junto ao artigo “Los militares brasileños en el golpe boliviano”. *Frente Brasileño de Informaciones*, n.29, março de 1972.

FRENTE

BRASILEÑO DE INFORMACIONES

COMITE DE DENUNCIA A LA REPRESION EN BRASIL

LISTA
DE 152
PATRIOTAS
ASESINADOS

Brasile
Doc.72/91

150
AÑOS
DE

DEPENDENCIA

AÑO III - N. 35/36 - Eº 15
SEPTIEMBRE/OCTUBRE DE 1972

Capa de edição dedicada à abordagem do "Milagre Brasileiro".

frente brasileño de informaciones

comité de denuncia de la represión en brasil • santiago • chile

BOLETIN DE AGOSTO DE 1971 E° 2

AÑO III N. 22

ESCUADRON DE LA MUERTE

porque sigue impune

EDITORIAL pag. 2 - TEXTO pag. 3

ASMOB-MILANO
ARCHIVIO STORICO DEL
MOVIMENTO OPERAIO
BRASILIANO

en este número

ESTADOS UNIDOS ENTRENA POLICIA BRASILEÑA...5
LIBROS.....10
¿"MILAGRO ECONOMICO" O SUPEREXPLOTACION?...12
LAS LUCHAS CAMPESINAS.....16

Boletim que destaca as ações do Esquadrão da Morte.

REPORT TO UNCTAD III

Committee for the Denunciation of Repression in Brazil
Santiago, Chile april 1972

Committee for the Denunciation of Repression in Brazil
Santiago, Chile april 1972

94

frente brasileño de informaciones

comité de denuncia de la represión en brasil • santiago • chile

BOLETIN DE MARZO DE 1972
AÑO III - Nº 29 - Eº 5

Em a 75

EL MILAGRO BRASILEÑO

A edição sobre o Milagre Brasileiro trazia uma charge bastante representativa da ideia de exploração e desigualdade existente por trás da imagem de “Brasil: grande potência”.

FRENTE

BRASILEÑO DE INFORMACIONES

COMITE DE DENUNCIA A LA REPRESION EN BRASIL

Doc. 72/90

LA PENETRACION BRASILEÑA EN AFRICA

Reiniciada

Huelga de Hambre

¿APERTURA?

¿Habrá amnistía en septiembre? Garrastazu será reemplazado el próximo año? ¿Quién será el nuevo dictador de turno? ¿Cómo influyen en eso las contradicciones entre las corrientes de los militares? ¿Hasta cuándo resistirá el "milagro económico" a la tensión social? (pag. 6)

AGOSTO 1972 - N° 34 - E° 10

ASMOR-MILANO
ARCHIVIO STORICO DEL
MOVIMENTO OPERAIO
BRASILIANO

Capa do exemplar dedicado à reflexão sobre a sucessão de Garrastazu Médici.

Capítulo III:

Fazer do exílio uma *Campanha*

O jornal *Campanha* destaca-se entre as publicações dos exilados brasileiros por três razões: foi o único periódico que conseguiu reestruturar-se em Paris após o golpe chileno de 1973, construiu uma ampla rede de leitores e tinha um projeto político que colocava o jornal como principal instrumento revolucionário. Seguindo o modelo da imprensa como mecanismo para movimentar as forças sociais na realização de uma revolução socialista, o periódico tinha como lema “Fazer do exílio uma campanha de luta”.

A publicação começou a circular em 28 de setembro de 1972 e tinha uma tiragem mensal de 6000 exemplares, dos quais seiscentos eram enviados para assinantes em países como Argentina, França e EUA. Cada exemplar tinha aproximadamente 20 páginas que reuniam artigos, trechos de correspondências enviadas por exilados, reproduções de documentos de diferentes grupos de esquerda, fotografias e ilustrações. Estas características são surpreendentes se forem consideradas as dificuldades para organização dos grupos políticos no exílio, já que ainda se temia as represálias do regime militar brasileiro, que vigiava os exilados através do CIEX.

O *Campanha* procurava responder dois grandes questionamentos da esquerda exilada: Como manter a oposição à Ditadura Militar e fazer do exílio um momento de efetiva atuação da esquerda brasileira? Como construir um movimento massivo de oposição no exílio, superando as distâncias entre os exilados que viviam em países tão distintos sofrendo perseguição política? A solução apontada pelo jornal consistia na promoção de um debate entre os brasileiros exilados para a organização de movimentos de oposição ao regime militar brasileiro em diversos países exílio. O projeto revolucionário calcava-se na releitura da ideia de vanguarda social, que seria composta pelos exilados e setores que conseguissem mobilizar com o objetivo de derrubar o autoritarismo no Brasil.

Enquanto o *Frente Brasileño de Informaciones* se dedicava a descrever casos de tortura e a desmentir com um grande corpus teórico a ideia de “Milagre Brasileiro”, o *Campanha* considerava necessário aproximar os exilados e convencê-los de seu projeto político, que se estruturava sobre a seguinte plataforma: movimentar os trabalhadores e intelectuais nos países de exílio para organizar movimentos em diferentes regiões que gradativamente configurassem uma revolução socialista. O projeto de revolução no Brasil

estava atrelado a um projeto de revolução internacional no qual o exilado cumpria a função de catalisador.¹¹⁸

O contexto de exílio no Chile impôs a necessidade de realizar reorientações nas ideias e nas estratégias traçadas. A reorganização do jornal em Paris após o golpe militar de 1973 e a progressiva “liberalização controlada” do regime militar brasileiro criou novos problemas para aquele modelo teórico.

Essa trajetória de transformações pode ser dividida em três fases. O primeiro período antecede o golpe de 1973. Foram onze edições publicadas entre 28 de setembro de 1972 e 05 de agosto de 1973. A décima segunda já havia sido elaborada, mas não foi distribuída devido ao golpe militar.¹¹⁹ Esses exemplares identificam a organização da proposta do *Campanha* e sua evolução enquanto alternativa política para os exilados, opondo-se diretamente ao CDRB. Os artigos buscavam conciliar a proposta de formação de uma vanguarda social e de uma frente proletária com a disposição para o debate entre distintos grupos da esquerda exilada.

A segunda fase inicia-se com a reestruturação do periódico em Paris em 03 de janeiro de 1974. Este período é caracterizado por uma profunda revisão dos problemas da esquerda e da situação do exílio a partir da avaliação da experiência chilena. Progressivamente, observa-se maior aproximação com os problemas dos exilados latino-americanos e a intensificação do debate entre os diversos grupos de esquerda no exílio.

A terceira fase inicia-se em 1975, quando a publicação passa a ser denominada *Cadernos de Campanha*. Impressos em português, os exemplares concediam espaço para o movimento feminista do Grupo Campanha, incluía textos de diferentes intelectuais (alguns já com menções de nomes dos autores) sobre as teorias socialistas, a redemocratização no Brasil e as condições dos movimentos estudantil e operário.

3.1- A Fração Bolchevique e a organização do *Campanha*

Os criadores do *Campanha* pertenciam ao grupo Fração Bolchevique, que teve origem em 1970 a partir de uma dissidência da OCML-PO (Organização de Combate Marxista Leninista -- Política Operária), grupo carioca também conhecido como “Nova

¹¹⁸ Os limites e lacunas deste projeto serão analisados no decorrer deste capítulo.

¹¹⁹ Esta edição foi destruída pelos próprios militantes para que não fosse apreendida pela polícia chilena durante o período de terror do golpe.

Polop”, pois retomava alguns princípios da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM — Polop)¹²⁰.

A ORM — Polop foi organizada em 1961 por grupos de Minas Gerais que eram dissidentes do trabalhismo, por um grupo paulista influenciado pelas ideias de Rosa Luxemburgo e por egressos da Juventude Socialista do PSB do Rio de Janeiro. A organização defendia que a classe operária não deveria realizar qualquer tipo de aliança com a burguesia, como preconizava a teoria etapista da revolução socialista. Deveria organizar seu próprio partido unindo as forças dos trabalhadores urbanos e rurais, para que se respeitassem os interesses e opiniões dos próprios trabalhadores e se evitasse a burocracia do Estado Socialista tal qual se observava no regime soviético.

Com referências nos teóricos socialistas, tratava-se de formar um partido da classe operária, *autônomo e oposto* aos da burguesia (Karl Marx), um *partido de quadros* (Lenin), com a finalidade de *estudar, propagar e organizar*. Estudar a teoria revolucionária. Propagá-la unto à classe operária. Organizar essa classe de forma independente no jogo político acional. Três tarefas fundamentais eram então traçadas: criar um programa para um partido operário; recrutar jovens militantes operários para a organização; e influir sobre o desenrolar da luta de classes no país.¹²¹

Um dos pontos principais defendidos pelo grupo era a constituição de uma Frente Revolucionária de Esquerda. Esse princípio foi mais bem sistematizado na reconfiguração da Polop em Partido Operário Comunista (POC), em meados de 1967. Embora tenha tentado fortalecer-se com a nova formação, o grupo foi acusado de ser burocrático por algumas alas adeptas da luta armada imediata. Ocorreram duas dissidências: em Minas Gerais, formaram-se os Comandos de Libertação Nacional e em São Paulo a VPR. A POC ficou bastante fragilizada e teve pequena atuação até 1968, quando parte de seus dirigentes passaram a aceitar a teoria de guerrilha urbana e constituíram a POC — Combate. Os que não aceitaram o modelo de luta armada constituíram a Organização de Combate Marxista Leninista – Política Operária (OCML – PO). Entre os princípios anunciados destacava-se a estratégia de formar uma frente de trabalhadores por meio da “conscientização” do operariado pelos

¹²⁰ No exílio, a OCML-PO editou a revista de debates *Brasil Socialista*, em conjunto com a Ação Popular (AP) Socialista e o MR-8.

¹²¹ REIS, Daniel Aarão Reis. Classe Operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária — Polop (1961- 1986). In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.1, 2007, p.57. Grifo no original. Para informações sobre dissidências da Polop, ver RIDENTI, Marcelo. Esquerdas armadas urbanas (1964 – 1974). In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas: Editora da Unicamp, v.6, 2007, p.118-126.

militantes inseridos no movimento operário. Realizavam-se comitês de empresa e de bairros e denunciava-se o papel controlador dos sindicatos, controlados pelas políticas do regime militar.

Os militantes que formariam a Fração Bolchevique discordavam da OCML-PO quanto ao trabalho político junto à classe operária. Consideravam necessário unir diferentes grupos operários em torno de problemas vivenciados por todos. Nilton Santos foi um dos dirigentes do setor operário da Fração. Ex-integrante da UNE, do PC e da PO, representou o grupo no exílio, sendo responsável pela edição do *Campanha*. Ele descreve a origem do grupo da seguinte forma:

Éramos por um lado o que a esquerda armada chamava marxista, por que nós apostávamos em mobilizações de massa, até poderiam ser violentas, mas eram manifestações de massa, e nós não nos alinhávamos com o PC. Nós não éramos reformistas, nós tínhamos uma visão de esquerda revolucionária. Aí nos identificavam como trotskistas, mas nós não éramos, pois nós viemos da PO, que por sua vez vem da esquerda alemã, da oposição de esquerda que havia na Internacional Comunista, e quem forma nossa semente é um alemão que vem de fora. Ele trouxe ideias da esquerda alemã, que não era a posição do Trotsky. Era uma oposição ao stalinismo. A Fração surge como uma crítica a esta história, por ser doutrinista, por achar que poderia convencer o mundo pelas ideias. A PO fez a crítica ao reformismo em 64, teve o golpe, e por isso ganhou influência na esquerda inteira, mas quando a esquerda foi influenciada por ela, não foi capaz de oferecer uma alternativa prática. Então acabou sendo atraída pelo debréismo, pelo espírito cubano.¹²²

A Fração Bolchevique ampliou suas bases no movimento estudantil e operário e aumentou seus quadros em São Paulo, integrando grupos anteriormente ligados ao Partido Operário Comunista (POC). O grupo publicou o jornal *Pavio* entre 1970 e 1971. O princípio do movimento era a formação de uma vanguarda social da classe operária, ideia defendida na publicação do texto “*Na luta contra a Ditadura, formar a vanguarda socialista*”, publicado em 1972 no exterior. A ideia da vanguarda socialista representava a maior aproximação com a classe operária. Criticava-se a ideia do partido que embora se considerasse representante dos operários, não era formado por eles e não lutava pelos problemas práticos dos trabalhadores. Para os militantes, a mera doutrinação não estimularia a revolução. Acreditavam que a classe operária deveria formar seu próprio partido, já que o

¹²² Entrevista com Nilton Santos. Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 2010.

Partido sempre planejado pelos grupos de esquerda permanecera na teoria socialista, alijada da vida do operariado. Radicalizava-se o princípio construído pela Polop de maior integração com classe operária, buscando alternativas práticas para que isto ocorresse. Segundo Nilton Santos:

Não se ganha a classe operária com ideias, se ganha com ações. Nós queríamos construir a vanguarda social da classe operária. E para construir a vanguarda social, nós temos que nos juntar a ela, nas lutas que está fazendo e tentar ajudá-la a se radicalizar.¹²³

Em 1971, a organização sofreu perdas de militantes ligados ao setor estudantil. Segundo Nilton Santos, o grupo decidiu que dirigentes dos demais setores deveriam deixar o país durante um curto período para criar a impressão de que o movimento havia acabado. Os militantes (dentre eles Nilton Santos) exilaram-se no Chile com o intuito de manter um núcleo da organização naquele país para reorganizar a resistência.

Essa proposta foi comum a todos os grupos de esquerda que se organizaram no exterior para fugir da repressão. Acreditavam no breve retorno e no fortalecimento do grupo. Progressivamente, com o desmantelamento da maioria dos grupos armados, o exílio deixou de ser avaliado como um período de resistência provisória para ser um momento privilegiado de atuação.

Perante a impossibilidade do retorno, devido à perda de contatos com o Brasil e à intensa repressão empregada pelo regime, era necessário envolver-se diretamente com a realidade chilena e com a colônia de exilados no Chile, que crescera muito desde 1968. Nilton Santos relata sua necessidade de maior envolvimento político no Chile da seguinte forma:

A mesma visão diferente que possuíamos aqui permaneceu no Chile. Lá tinha a esquerda armada que queria ir a Cuba para se formar ou conseguir dinheiro, sem conseguir voltar. Nós começamos a ver a oportunidade que se colocava no exterior: era uma realidade que permitia as relações internacionais que nós não tínhamos, pois não éramos nenhuma das matrizes tradicionais. Permitia recursos, experiências e articulações com outros povos, recursos. E havia a colônia que estava perdida. Quantas pessoas trabalhavam no Frente Democrático? Dez pessoas. Havia talvez dois mil exilados. Era uma atividade que não envolvia as pessoas, dirigida

¹²³ Id.

ao público chileno ou para as organizações. Não havia uma alternativa de massa para a colônia.

Nós queríamos construir uma alternativa de massa para a colônia, nós tínhamos que mobilizar a colônia, com a denúncia, mas também na relação com o Brasil, criando espaços de crescimento político dela (debates, atividades, lutas) e uma relação com a própria realidade chilena que traria para ela uma nova experiência, vinculando esta vanguarda social que existia (não era só quadro de organização, pois havia exilados culturais e estudantes).¹²⁴

O *Campanha* foi criado, portanto, para mobilizar a colônia de brasileiros e a comunidade chilena em um projeto comum que seus idealizadores consideravam inexistente. Para os integrantes da Fração Bolchevique, embora o *Frente Brasileiro de Informaciones* fosse o único voltado aos exilados e à comunidade latino-americana, não defendia uma proposta de ação revolucionária e tinha uma participação muito restrita. Para os integrantes do *Campanha*, apenas denunciar a Ditadura Militar brasileira não derrubaria o regime. Era necessário realizar uma resistência no exterior que influenciasse a ação das massas dentro do país.

Com o objetivo de movimentar os diferentes grupos do exílio, o *Campanha* não se definia como organismo da Fração Bolchevique. Proclamava-se um jornal revolucionário representante de todos aqueles que lutavam contra os regimes ditatoriais, em especial a Ditadura no Brasil. Sua plataforma política, no entanto, expressava a visão da Fração quanto à necessidade de formar uma vanguarda social proletária. No contexto exílio, consideravam que esta vanguarda poderia ser formada a partir da união de todos os exilados numa campanha pela mobilização dos trabalhadores em diferentes locais. O jornal seria um veículo de debate e de reflexão para as estratégias que viabilizassem a concretização da vanguarda.

Militantes da esquerda chilena foram mobilizados para a produção do jornal. Joaquín Navasal, também diretor do jornal chileno *Última Hora*, apresentava-se como representante da publicação, no intuito de mantê-la como organismo legal no Chile. Os nomes dos exilados não apareciam, para evitar que a repressão brasileira conseguisse identificá-los.

A manutenção do jornal foi realizada inicialmente a partir de contribuições voluntárias. Por dispor de espaço para a publicação de artigos e mostrando-se aberto aos debates, o jornal publicou textos de intelectuais exilados, como Eder Sader, Emir Sader e

¹²⁴ Ibid.

Marco Aurélio Garcia. Abria espaço também para manifestos de grupos de esquerda brasileiros exilados.

Nenhum dos textos publicados pelo jornal era assinado por seus autores, pois era necessário preservar a identidade frente à repressão do regime militar brasileiro sobre os exilados. Por isso, os nomes dos responsáveis dados pelo jornal eram de colaboradores chilenos: o diretor era Luis Aravena e Juan Ramos era anunciado como vice-diretor. Posteriormente, o nome de Joaquín Navasal passou a vigorar como diretor do *Campanha*.¹²⁵

Os artigos que traziam informações sobre o Brasil dependiam dos dados que o grupo recebia de militantes no país e da leitura de jornais da grande imprensa brasileira, como o *Jornal da Tarde*. Pedia-se o apoio dos exilados que recebessem jornais e revistas do Brasil para que contribuíssem com a doação destes materiais. A colaboração poderia ocorrer também por meio do envio de artigos, que eram submetidos a um conselho editorial. Uma das exigências para a publicação era mencionar todas as datas e fontes utilizadas.

Não havia uma divisão precisa da função de cada um na produção do jornal. A maioria dos editoriais era escrita por Nilton Santos, mas sempre a partir da reunião com o grupo para discutir e aprovar as ideias e os materiais redigidos. Para a tradução, revisão, datilografia e diagramação, o grupo recebia apoio de chilenos e bolivianos. Depois de aprovada uma edição, o exemplar seguia para a gráfica, eram realizadas revisões das provas da imprensa e finalizava-se a montagem dos exemplares. A distribuição era feita em livrarias de Santiago ou pelo correio para assinantes¹²⁶. Inicialmente, apenas a venda não conseguiria sustentar todo o processo, por isso pediam-se contribuições extras.

O método de impressão no Chile era demorado. As impressões eram realizadas com placas de chumbo:

Havia uma máquina imensa com uma caixa de chumbo que explodia na cara dos funcionários. O chumbo ficava fervendo e cheirando mal. Digitava-se e “caia” uma série de formas das letras. Quando a frase estava formada com as formem ordem, colocava-se o chumbo, que entrava nas formas; quando estava gelado, formava-se uma linha com uma espécie de carimbo de metal. Fazia-se a próxima linha, pegavam-se todas as linhas e compunha-se a ordem numa caixa de metal para se colocar o foto (uma

¹²⁵ É difícil precisar quem realmente foram estas pessoas, pois poderiam ser pseudônimos. Nilton Santos, diretor do jornal, evita mencionar nomes de seus colaboradores. O local preciso da publicação também é incerto. Mencionava-se na publicação como endereço para envio de correspondências a Rua Dávila, número 734. A gráfica responsável pela impressão era a “Imprensa Bio-Bio”.

¹²⁶ Uma assinatura de 10 exemplares de *Campanha* no Chile custava 200 escudos. Em outros países, o custo era de seis dólares.

espécie de carimbo). Prensava-se, colocava-se isso numa máquina e passava-se o papel.

Depois foi inventado o fotolito. Havia impressão por uma placa, onde se colocava um filme. Havia áreas onde a tinta aderiria e outras sem aderência. Jogava-se tinta na placa e depois se colocava água para limpar e deixar a tinta apenas nos lugares onde se queria imprimir.

Na França, já se utilizava a fotocomposição. Era uma máquina onde se digitava o texto e se entregava o filme. Estas máquinas eram emprestadas por nossos colegas da IV Internacional.¹²⁷

Com melhores recursos técnicos, as edições produzidas na França possuíam mais ilustrações e textos, incluindo artigos de diferentes organizações de esquerda que enviavam cartas ao grupo. Os altos custos da produção levaram o grupo a diminuir o tamanho para o formato de uma revista, intitulada como *Cadernos de Campanha*, a partir de 1975.

3.2- O projeto revolucionário para o exílio

O primeiro editorial do *Campanha* estabelecia que a publicação devesse seguir o modelo leninista de imprensa revolucionária na conjuntura do exílio, ou seja, o jornal deveria ser um instrumento para que os exilados debatessem e criassem estratégias com o objetivo de derrubar a Ditadura Militar brasileira para construir um governo socialista no país.

O projeto revolucionário para o exílio proposto pelo jornal visava conciliar a postura teórica que caracterizava a Fração Bolchevique com as peculiaridades do exílio, principalmente a dispersão dos militantes de esquerda e a diminuição da participação direta na organização dos movimentos de resistência no Brasil devido à repressão sobre os núcleos das organizações no país e à distância geográfica imposta pelo exílio.

A Fração defendia a aproximação com as classes populares para construção de uma frente de luta essencialmente proletária. Para que houvesse a mobilização dos setores trabalhadores no país, o grupo considerava necessário pensar o estímulo à revolução proletária como um projeto global da atividade revolucionária: mobilizando os militantes em diferentes regiões onde estivessem os exilados e apoiando o movimento dos trabalhadores no Brasil através da divulgação de seus feitos seria possível desestabilizar os regimes

¹²⁷ Entrevista com Nilton Santos. Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 2010.

autoritários da América Latina, entre os quais, segundo o jornal, o Brasil seria o mais influente.

O grupo considerava necessário envolver o maior número possível de pessoas para romper a dispersão em que se encontravam os exilados e estabelecer mobilizações em prol da revolução socialista. Para tal, o jornal revolucionário não deveria estar atrelado a apenas uma organização, mas, ao contrário, precisava assumir o diálogo entre os diferentes exilados para progressivamente discutir como concretizar o projeto de revolução proletária internacional. O jornal afirmava:

É indispensável que o periódico chegue a todos os brasileiros no exterior, independentemente de suas posições políticas e de sua atitude frente à situação de nosso país.¹²⁸

Sem a aproximação dos setores da esquerda no exílio e destes com outros setores populares dos países em que estavam exilados, os militantes do *Campanha* acreditavam que não seria possível promover uma ação efetiva de combate ao regime militar no Brasil. Por isso, defendiam-se a livre circulação do material e a arregimentação de forças.

Embora fosse defensora do amplo debate, a publicação tinha um projeto político bem definido: criar uma vanguarda social revolucionária. O debate buscava atrair os diferentes segmentos para uma movimentação conjunta que promovesse uma transformação gradual do regime militar através das pressões da comunidade internacional e do movimento popular no Brasil. O grupo desejava arregimentar as forças políticas e sociais para a construção de seu projeto ideológico.

Internacionalismo e frente de esquerda proletária eram, portanto, duas metas complementares daquele projeto revolucionário. Era necessário contribuir para a oposição ocorrida dentro do Brasil, e estabelecer relações de experiência e solidariedade com a luta internacional do operariado. Tomando-se as experiências alheias, poder-se-ia desenvolver novas ações e realizar movimentos internos que contribuíssem para a revolução proletária:

Invariavelmente, cada brasileiro que chega ao exterior é surpreendido pela força internacional da luta de classes. O desconhecimento que se tem no Brasil do que ocorre em outros países, o isolamento com relação às experiências de luta na América Latina e do mundo convulsionado a nossas portas, tão próximas e tão distantes... A inexistência de uma direção internacional dos trabalhadores, até que seja difícil para nós vermos

¹²⁸ *Campanha*, Santiago, n.2, p. 3.

qualquer luta mais além de nossas fronteiras. Nesta situação o internacionalismo proletário se transforma em uma verdade teórica, sem maiores consequências políticas na luta diária.¹²⁹

Segundo o projeto, o exilado deveria fazer a ligação entre os grupos dispersos e mobilizar as forças sociais dos locais onde vivesse. Em contato com diferentes povos, poderiam se vincular a novos grupos de oposição, ganhando novas experiências e ampliando suas perspectivas de atuação política.

Somos nós, fora do Brasil que temos que levar adiante estas tarefas; estabelecendo contatos com organismos de massas, organizações revolucionárias, ou simples grupos de companheiros de outros países desenvolvendo junto a eles uma intensa campanha de agitação e denúncia da situação brasileira.¹³⁰

Para “iniciar uma Campanha de transformação do exílio em uma frente de luta”, o jornal propunha-se a realizar três ações essenciais:

- a) Driblar a Ditadura brasileira e enviar informações ao exterior, principalmente sobre a situação dos trabalhadores;
- b) Valorizar a memória do movimento operário, como meio de refletir sobre suas experiências para criar novas estratégias e impedir que a repressão destruísse a imagem da trajetória operária;
- c) Apresentar uma alternativa concreta de luta e organização para os brasileiros no exterior, incluindo o Brasil.

As seções do jornal estavam organizadas conforme aquelas metas. “Problemas dos trabalhadores” e “Notícias” eram espaços para apresentar informações sobre o movimento operário e estudantil no país. “Do arquivo da classe operária” e “Recordações dos combatentes” descreviam grandes movimentos operários e textos de organizações de esquerda. Nas seções “O Partido Proletário” e “A luta contra a Ditadura ” eram debatidas as alternativas de revolução a partir do exílio.

Com relação à necessidade de informar a comunidade internacional sobre a situação política e econômica no Brasil, o *Campanha* também compartilhava da visão apresentada pelo *Frente Brasileño de Informaciones* quanto à necessidade de romper as barreiras da censura imposta pela Ditadura e revelar a tortura e o desenvolvimento econômico atrelado à

¹²⁹ *Campanha*, Santiago, n.2, p.7

¹³⁰ *Campanha*, Santiago, n. 7, p. 7.

desigualdade social. No entanto, os textos do *Campanha* faziam a denúncia com ênfase na situação do trabalhador e nos movimentos de resistência. Procurava-se mostrar ao mundo que os trabalhadores não estavam passivos ao autoritarismo. Ao descrever as greves operárias e estudantis que eram divulgadas na imprensa nacional, os textos construíam um discurso de legitimação do projeto revolucionário defendido pelo jornal ao pedirem apoio a uma luta que seria travada internamente pela maioria da população.

O discurso promovia uma supervalorização das manifestações populares, que obviamente não refletiam uma ampla organização dos trabalhadores e estudantes, considerando o alto grau de repressão empregado pelo regime militar e a variabilidade de interesses dos grupos sociais. Os movimentos no campo e as greves de trabalhadores eram mostrados como casos em ascensão, que desencadeariam naturalmente maiores conflitos. Aproveitar tais tensões e aproximar-se dos trabalhadores era decisivo no processo de constituição de uma frente proletária:

Tudo que foi dito mostra que o essencial nas tarefas e lutas que devem ocorrer no campo está na luta dos assalariados por um emprego estável e por melhores condições de trabalho e salário. Este é o problema da grande maioria dos camponeses nas grandes plantações, nos grandes engenhos, e nas “frentes de trabalho”. São nesses lugares e ainda com respeito às grandes massas de desempregados que as tensões tendem a se prolongar em um processo de constantes crises e lutas que vão permitir a organização destes amplos setores da população do campo, até o objetivo primordial de estreitar assim as filas do proletariado urbano.¹³¹

Eram apresentados muitos casos regionais de manifestações para criar reflexões genéricas sobre a oposição dos trabalhadores no Brasil. Tomemos como exemplo o caso descrito no artigo “Patrão, seu dia chegará”. O jornal abordou a decisão de cortadores de cana de processar judicialmente José Metódio, dono de uma usina na cidade de Matapiruna. Depois de indicada a ordem de prisão, o usineiro mandou matar os trabalhadores. No atentado, o líder trabalhador José Inocêncio foi assassinado. Com este caso, o jornal exemplificava que o ódio das classes aumentava e era necessário

impulsionar uma organização clandestina, mas aproveitando também os meios legais para reforçá-la, e coordenar forças com os trabalhadores de outras usinas e outras fazendas, construindo uma organização sindical

¹³¹ “E o campo como vai?”, *Campanha*, Santiago, n.1, p.12.

poderosa e independente .Todo este despacho, com paciência...pois o ódio de classe não pode ser o ódio de “cabeça fervendo”. Deve ser um ódio do que sabe que a nós cabe empurrar a história, e ela se encarrega do resto.¹³²

Buscar histórias de movimentos operários e estudantis anteriores era também importante para apresentar novas possibilidades para a atuação dos militantes de esquerda e valorizar a história das ações de oposição aos regimes políticos no país. Os erros cometidos por aqueles movimentos não deveriam ser repetidos.¹³³ A revisão da postura da esquerda era fundamental. Criticava-se o burocratismo assumido por alguns grupos e a adoção da guerrilha como única alternativa revolucionária.

No atual momento, no qual não existe um Partido Revolucionário da classe trabalhadora e no qual a esquerda revolucionária se mantém completamente distante das massas trabalhadoras, cremos que a construção do partido de que necessitamos passa pela realização de duas tarefas: a formação de uma vanguarda política socialista, diretamente vinculada às massas trabalhadoras em todo o país a partir dos grupos de operários de vanguarda hoje existentes; e a formação de uma Frente de Esquerda Proletária que reúna os setores dispersos da esquerda e dê verdadeiramente a tarefa de formação da vanguarda uma amplitude nacional.¹³⁴

A preocupação do periódico era implementar uma estratégia viável que contivesse um plano de trabalho, formas de organização, instrumentos de agitação e propaganda, definição das prioridades para cada momento e uma direção política centralizada para coordenar e organizar o movimento. Uma vanguarda política socialista teria como missão primordial agir em cada fábrica, comunidade ou escola, mobilizando o proletariado em torno de lutas concretas.¹³⁵ Tudo que não tivesse base no proletariado estaria fadado ao fracasso, assim como uma movimentação no exílio que não reunisse o conjunto dos exilados em torno de um projeto comum.

A chamada *Frente de Esquerda Proletária* seria a concretização de uma vanguarda social proletária. Esta vanguarda nasceria dos interesses e da força de mobilização dos próprios trabalhadores e teria como objetivo dinamizar as entidades, organizar e propor a

¹³² *Campanha*, Santiago, n.2, p.4.

¹³³ O *Campanha* resgatou na primeira edição um artigo de 1919 do jornal operário chamado “A plebe”. Nas edições seguintes, reproduziu a Revista Movimento Comunista, publicada em 1922 pelo Movimento Comunista do Rio de Janeiro.

¹³⁴ Santiago, nº1, 28 de setembro de 1972.p.3.

¹³⁵ “Construir el partido obrero”. *Campanha*, Santiago, n.1, p. 9.

formação de grupos de trabalho para discutir as reivindicações fora do país e a situação política do Brasil, sistematizando os caminhos para sua obtenção:

Sistematizando suas experiências de luta; organizando campanhas de financiamento, elaborando instrumentos de propaganda e agitação que contribuam desde já para a luta desenvolvida no Brasil; desenvolvendo sua formação política e desenvolvendo a agitação e denúncia da exploração e opressão capitalista no Brasil; divulgando as experiências concretas de luta dos trabalhadores e sua vanguarda. Em resumo, contribuindo à luta no Brasil e preparando as condições para a volta de todos os brasileiros; somando assim suas formas aos trabalhadores e à maioria do povo brasileiro.¹³⁶

O *Campanha* procurou concretizar alguns movimentos populares através de artigos que estabeleciam locais, meios de protesto e plataformas de reivindicações. Os movimentos de maior destaque foram as “Jornadas de Repúdio à Ditadura Militar brasileira e sua política subimperialista”, organizadas em 1º de abril de 1973, data em que se completariam nove anos de existência do regime militar brasileiro. O objetivo das Jornadas era organizar ações conjuntas com associações de estudantes, grupos de intelectuais, religiosos e organizações de trabalhadores em diferentes regiões. Os militantes sugeriam realizar discussões nas fábricas, comunidades e escolas; organizar atos públicos, como conferências, debates e marchas; distribuir panfletos e cartazes; e promover exposições de fotos e textos sobre a tortura e a censura no Brasil.¹³⁷

O *Campanha* propôs a criação de um comitê provisório para a coordenação, a formação de comissões de coordenação de atividades e a preparação de um dossiê sobre os nove anos da Ditadura para angariar fundos para a oposição à Ditadura :

Voltamos a repetir que a participação deve ser a mais ampla possível. Onde haja um brasileiro, é necessário que ele organize a denúncia. O Campanha publicará materiais para isso. E cada um de nós sempre tem acesso a outros materiais e fotos que podem ser utilizados. Sempre temos acesso também a companheiros chilenos e a outros latinoamericano — em nossos lugares de trabalho, em nossas escolas, nas comunidades onde vivemos e onde vivem amigos nossos. Até podemos organizar murais, distribuir panfletos, realizar discussões. E nesse trabalho paciente estaremos criando os laços de uma união mais estreita entre os povos trabalhadores da Latinoamérica.

¹³⁶ “Organizar a luta no exterior”. *Campanha*, n.2, p.8

¹³⁷ “Jornada de repúdio a Ditadura Militar e sua política imperialista”, n° 6, 1º de março de 1973, p. 5.

Estaremos começando a preparação de uma resistência internacional dos trabalhadores a Ditadura Militar brasileiro e a sua política subimperialista.¹³⁸

Na edição de maio de 1973, o jornal fez uma longa avaliação da jornada. Entre os pontos positivos do movimento, o jornal afirmava ter sido positiva a unificação das mais de 20 organizações de brasileiros pulverizadas no exílio, o que comprovaria a possibilidade de superar as divergências através de tarefas e lutas concretas. Criticava os exilados que não participaram do movimento.

Discutimos em sindicatos, em escolas, organizamos conferências, pregamos cartazes, distribuimos panfletos e organizamos atos públicos. De fato foi um bom início. Mas poderia ter sido muito melhor, se mais companheiros brasileiros já estivessem organizados e preparados para este tipo de atividade. Falhamos na organização, nas conferências, em todos os níveis. Pois ao final recém despertávamos de um grande período de inatividade.¹³⁹

Como balanço da jornada, o *Campanha* concluía que esta fora um estopim para novas ações, agora com perspectivas mais amplas. É importante que as revisões como no caso das jornadas eram parte das metas do periódico, que considerava as avaliações dos movimentos fundamentais para traçar novas estratégias. Nestas avaliações, posicionamentos do próprio grupo eram revistos e se incentivava o debate sobre a ação revolucionária.

As proposições para a realização das jornadas exemplificam os parâmetros de ação revolucionária proposto pelo *Campanha*. A base comunitária e a união dos diferentes grupos de trabalhadores e o envolvimento amplo promoveriam, segundo o jornal, uma ação concreta e de grande impacto. A ideia era estruturar uma coordenação, uma direção, para que o movimento não se perdesse, denotando a importância da ideia do grupo. Embora defendesse a ampla participação, permanecia a ideia de um grupo à frente da multidão revolucionária.

às massas exploradas, [os burgueses] lhes reservam o papel de passivo expectador. Mas os revolucionários lhes reservamos um outro papel. Nosso objetivo deve ser mobilizá-las, mantendo sua independência e apresentando-lhes uma alternativa clara de oposição radical à Ditadura .

¹³⁸ “Preparar el repudio al primero de abril”. *Campanha*, Santiago, n.06, p.05.

¹³⁹ “Jornadas de 1º de abril: inicio de una autocrítica”. *Campanha*, Santiago, n.8, p.03

Denunciando os objetivos que se ocultam por trás das políticas de “liberalização limitada” de cada setor da burguesia, mas ao mesmo tempo aproveitando todas as brechas criadas por seu “debate político”, para mobilizar os trabalhadores da cidade e do campo e seus aliados. Para desenvolver sua consciência antiditatorial e anticapitalista.¹⁴⁰

3.3- Reflexões sobre a esquerda no Brasil

Para legitimar seu projeto político, os editoriais do *Campanha* apontavam quais teriam sido as causas das sucessivas derrotas sofridas pela esquerda brasileira. Avaliar os erros da esquerda representava uma tarefa essencial para traçar uma nova ação no exílio. O próprio contexto do desterro impunha esta avaliação, pois os grupos estavam fragmentados, os líderes tiveram que deixar o país e a Ditadura continuava fortalecendo seu aparato repressivo. A variabilidade de posições, promovendo mais dissensões do que forças conjuntas, era vista como um dos grandes desafios a serem vencidos.

O primeiro problema que apontava para a esquerda nacional era sua burocratização e o afastamento das massas. A publicação ressaltava que foram montados grupos que se consideravam capazes de representar o proletariado sem ao menos conhecer suas reais necessidades e de vivenciar seus problemas. A imagem da esquerda naquele contexto era descrita da seguinte forma:

Uma esquerda teórica, desligada das bases sociais (particularmente da classe operária), desvinculada das experiências do passado mais remoto e, também do mais recente (de seu próprio passado), na medida em que [estavam] mortos, presos ou no exílio seus melhores e mais experientes militantes e na medida de sua desagregação orgânica.¹⁴¹

A segunda crítica voltava-se à ideia de que a guerrilha fosse a única alternativa política para os grupos brasileiros. A adesão ao foquismo e a procura dos exilados pela formação política em Cuba eram vistos como uma incapacidade de observar os erros da realização dos movimentos armados até 1968. Todas as organizações haviam sido dizimadas e se mantiveram afastadas da população, que permanecia idealizada no projeto político e ausente das ações concretas.

¹⁴⁰ *Campanha*, Santiago, n.8, p.9.

¹⁴¹ “Construir o partido obrero”, *Campanha*, n.1, página 09.

O período que vivemos é um período de transição no qual começa a se ensaiar a luta dos trabalhadores, ainda débil em seus primeiros passos. Um momento em que pouco a pouco a guerrilha vai deixando de ser um substituto das massas para transformar-se em um instrumento delas. Mas o movimento é, todavia débil, pela inexistência em geral de Partidos Revolucionários. A crise da Esquerda revolucionária- a qual, em sua grande maioria esteve vinculada ao “foquismo” ou que se manteve nos limites de um intelectualismo-propagandista- a leva a buscar uma vinculação com as massas trabalhadoras. Mas esta autocritica ainda não se completou.

A terceira crítica apresentada pelo jornal era a ausência de comunicação entre os grupos brasileiros e os movimentos de esquerda da América Latina. O exílio possibilitou essa aproximação e a constatação da existência de problemas e projetos semelhantes. Para o *Campanha*, era essencial ampliar a visão da esquerda para a realidade social do continente, pois a própria revolução popular não poderia ficar restrita às fronteiras do Brasil.

Invariavelmente, cada brasileiro que chega ao exterior é surpreendido pela força internacional da luta de classes. O desconhecimento que se tem no Brasil do que ocorre em outros países, o isolamento com relação às experiências de luta na América Latina e do mundo convulsionado a nossas portas, tão próximas e tão distantes... A inexistência de uma direção internacional dos trabalhadores, até que seja difícil para nós vermos qualquer luta mais além de nossas fronteiras. Nesta situação o internacionalismo proletário se transforma em uma verdade teórica, sem maiores consequências políticas na luta diária.¹⁴²

Afirmava-se que cabia “à vanguarda buscar os filhos de sua tradição e os pontos de partida que ficaram de seu passado.”¹⁴³

Se soubéssemos assimilar as experiências forjadas em cada passo em direção à luta dos trabalhadores da América Latina e do mundo, os trabalhadores brasileiros não necessitariam viver uma série de derrotas. As experiências concretas dos trabalhadores de todo o mundo- organização sindical, folgas, luta política, construção do partido proletário- nos ajudarão a reorganizar nossa luta.¹⁴⁴

¹⁴² *Campanha* n. 2, p.7

¹⁴³ “Organización Sindical en America Latina”, *Campanha*, n. 4, p.15.

¹⁴⁴ *Ibid.*, p.7.

O jornal considerava necessário superar a teoria da revolução em etapas, que se baseava numa fase de alianças com a burguesia para a posterior implantação de uma fase popular. Essa fase inicial de aliança seria ilusória, pois os setores de oposição burguesa possuiriam maior interesse em criar uma democracia para o empresariado, que não abre mão da exploração da classe trabalhadora. Por mais que haja instabilidades na burguesia, não se poderia esperar que por si só solucionassem os problemas sociais. Portanto, para o *Campanha* a derrota da esquerda não teria decorrido da força repressiva do regime militar, mas da alternativa reformista de grande parte da esquerda, buscando alianças ineficazes com setores que não estavam interessados na melhoria das condições de vida do trabalhador. As classes trabalhadoras não regiram ao golpe imediatamente, pois esperavam as ações daqueles setores. Se tivessem agido, a burguesia se dividiria em ações para conter a resistência, enfraquecendo-se.

As massas trabalhadoras da cidade e do campo podem romper com a ordem de classe.

Organizar as classes trabalhadoras da cidade e do campo em suas lutas concretas e particularmente o operariado industrial, seu setor mais combativo e de maior capacidade de organização, é hoje a tarefa de todo o elemento que luta contra a Ditadura. Neste sentido, devem trabalhar desde o mais dedicado militante revolucionário até o mais humilde simpatizante da revolução.¹⁴⁵

O princípio da consciência política da classe operária era fundamental para o modelo de revolução defendido pelo *Campanha*. Tal consciência se realizava no debate, na coordenação da vanguarda, capaz de estimular e mostrar informações sobre o processo de exploração em sua conjuntura, para que o trabalhador observasse a si mesmo como partícipe de um conjunto maior de problemas. A ideia da alienação da classe trabalhadora permanecia como um grande problema a ser superado por meio da mobilização direcionada pela vanguarda:

Por isso, apontamos como o único caminho para romper o impasse a organização e preparação dos setores de vanguarda da classe operária nas pequenas lutas específicas e localizadas e na elaboração de um programa para a classe. A formação de uma vanguarda que compreenda a necessidade

¹⁴⁵ *Campanha*, n.1, 28 de setembro de 1972, p.6.

de opor-se uma alternativa socialista à Ditadura Militar e que se prepare os setores da classe, através da agitação política desses objetivos e de suas lutas concretas, é a tarefa da Esquerda hoje.¹⁴⁶

Com o intuito de valorizar a vinculação com as massas, que era o cerne de seu projeto, o *Campanha* destacava a importância dos movimentos estudantis e das greves operárias como genuínas ações revolucionárias. Segundo o jornal, os movimentos de operários, de camponeses e de setores da pequena burguesia, principalmente do movimento estudantil, possibilitariam à Esquerda superar sua fraqueza e acabar definitivamente com o reformismo e o revisionismo em que estavam imersas.

É a crise da Esquerda Revolucionária a que parece mostrar uma debilidade da revolução. Mas o surgimento de um movimento operário-camponês e de setores da pequena burguesia, (principalmente do movimento estudantil) dão a base para que a Esquerda Revolucionária supere sua fraqueza e enterre assim em definitivo o reformismo e todas as formas de revisionismo. É o que permite depurar suas filas e suas definições ideológicas, ainda marcadas por características pequeno burguesas. Se a Esquerda revolucionária conseguir superar sua fraqueza pela incorporação dos princípios leninistas a sua prática política, o problema de direção poderá ser resolvido. Assim, em uma próxima crise inevitavelmente a revolução na Latino América será vitoriosa.¹⁴⁷

O movimento dos estudantes foi abordado em todas as edições do jornal. Foram ressaltadas as ações dos centros estudantis das universidades públicas brasileiras em defesa do ensino gratuito e da liberdade de expressão. Muitos textos de jornais estudantis que circulavam nas universidades foram reproduzidos pelo *Campanha*. A divulgação do movimento estudantil corroborava o discurso da resistência popular no país, mesmo que a maioria dos casos indicassem ações dentro dos limites das universidades, e indicava a relevância destes setores para a derrubada da Ditadura.¹⁴⁸

Quanto à ação dos operários, o jornal refletia sobre o papel dos sindicatos na mobilização das forças de oposição. Considerava que os sindicatos não poderiam ser tomados como agentes da mobilização das massas, pois possuíam uma estrutura ligada aos órgãos do regime e recebiam intervenção direta. As eleições sindicais de 1972 foram

¹⁴⁶ *Campanha*, Santiago, n.10, p.5.

¹⁴⁷ “Una noticia, un comentario”. *Campanha*, Santiago, n.1, p. 15.

¹⁴⁸ Foram descritos movimentos dos estudantes na Universidade de São Paulo, na Universidade de Minas Gerais e na Universidade de Porto Alegre.

bastante discutidas pela publicação em sua edição número 03, de 28 de novembro de 1972. Para o jornal, embora em um primeiro momento, por meio das eleições sindicais os sindicatos pudessem criar as bases para que o movimento operário ganhasse destaque como força de oposição regional, essa movimentação precisava extrapolar progressivamente as vias institucionais.

A ação na legalidade culminaria na completa supressão da força sindical pelo regime militar. Seria necessário aproveitar o âmbito legal para impor transformações radicais, calcadas na ação dos comitês de fábricas, na desvinculação dos sindicatos com relação ao Estado e na organização da classe com ampla expressão e concretização de seus interesses.

Exemplos desta ação eram buscados na trajetória do movimento operário no Brasil. Para o *Campanha*, a greve dos 300 mil ocorrida em São Paulo em 1953 revelava um modelo eficaz de movimento coordenado dos trabalhadores. Em torno de um programa comum, a greve reuniu integrantes de metalúrgicas, fábricas têxteis, carpinteiros e trabalhadores de tipografias.¹⁴⁹ Uma Coordenação Intersindical relacionava os interesses das distintas categorias envolvidas. Entre os méritos daquela greve, o *Campanha* destacava a organização em cada fábrica através do trabalho de deligações sindicais; a criação de comissões de greve que mantivessem as ações permanentemente; a organização de piquetes, a formação de caixas de ajuda em dinheiro com contribuição dos trabalhadores; as assembleias e os jornais, que cumpriram o papel de informar os trabalhadores e direcioná-los no movimento.

Outra experiência importante destacada pelo jornal foi a greve Osasco de 1968, na fábrica da Cobrasma¹⁵⁰. Este movimento tinha um organismo representativo dentro da fábrica que deu origem a um Comitê eleito pelos operários, ainda que fosse proposto pelos patrões para controlar o movimento dos trabalhadores. A greve não se restringiu a esta comissão representativa, e organizações clandestinas garantiram a participação direta dos operários, que tiveram a oportunidade de discutir, organizar sua atividade na fábrica e manter os setores mais avançados da massa sob uma mobilização permanente.

No exemplar número 9, o jornal publicou entrevista com José Ibrahim, que fora presidente dos sindicatos dos Metalúrgicos de Osasco durante a greve de 1968. A entrevista foi analisada da seguinte forma:

¹⁴⁹ Nesta greve os trabalhadores conseguiram 32 % de reajuste salarial. Segundo Vitor Gianotti, a greve de 1953 em São Paulo tornou-se modelo para as mobilizações ocorridas até 1964, “baseadas na mobilização dos grandes sindicatos oficiais, sem que se rompesse com a estrutura sindical tradicional. Ao mesmo tempo, apoiando-se na estrutura do partido Comunista, a greve ultrapassava o campo puramente sindical e envolvia o movimento popular, as associações de bairro, o movimento estudantil e o das mulheres.” GIANOTTI, Vitor. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Maud X, 2007, p. 155.

¹⁵⁰ Sobre a greve, ver COUTO, Ari Marcelo Macedo. *Greve na Cobrasma: uma história de luta e resistência*. São Paulo: Annablume, 2003.

Ele nos mostra que todas estas lutas forma o resultado de um lento processo de acumulação de forças e radicalização, dirigido por vanguardas políticas forjadas no interior da mesma classe operária.

Enquanto isso, esquerda revolucionária se dedicava a suas lutas internas ou dirigia o fundamental de suas forças até o movimento estudantil. Por isso, sua intervenção nas lutas do movimento operário, do qual São Paulo e particularmente Osasco se destacaram como setores de vanguarda, foi extremamente reduzida.

Isto teve duas consequências. Por uma parte, impediu que a Esquerda revolucionária dirigisse aquele movimento nascente até a construção de um partido Revolucionário dos Trabalhadores. E por outra parte fez que o processo de acumulação de forças não tivesse uma continuidade e não pudesse ganhar uma dimensão nacional.

Mas a experiência dos trabalhadores paulistas nos indica o caminho a seguir neste momento. Somente através de um processo lento e paciente de reorganização nas fábricas, nos fundos, nas escolas, em todos os locais de trabalho, chegaremos a construir força social capaz de levar à derrubada da Ditadura Militar.¹⁵¹

Esta avaliação permite identificar claramente o modelo de Esquerda defendido pela Fração Bolchevique: a oposição deveria ser realizada pelos trabalhadores, que constituíram sua própria vanguarda, agindo regionalmente para compor um movimento crescente e amplo de tomada das instituições políticas. Caberia aos grupos de esquerda exilados aprenderem com tais experiências e aproximarem-se cada vez mais das organizações operárias nos países e exílio e defender, ao invés dos velhos paradigmas, as novas formas de atuação com base no movimento popular.

Não permitindo assim que a Ditadura quebre uma vez mais a tradição da E.R. [Esquerda Revolucionária]. Obrigando a seus companheiros que hoje lutam no Brasil (em geral companheiros mais novos, de formação mais recente) a recorrer aos mesmos caminhos e erros que recorreram os companheiros que estão aqui fora. Transformar estas experiências em instrumentos concretos de agitação, propaganda e educação de novos combatentes. Por último, contribuindo concretamente com a formação de uma infraestrutura para a luta revolucionária no Brasil; ou seja,

¹⁵¹ “Cobrasma: la experiencia de un comité de empresa”. *Campanha*, Santiago, n.9, p.16.

fincanciando a luta dos trabalhadores, a organização de sua imprensa e a organização de sua vanguarda.¹⁵²

3.4- Críticas ao Comitê de Denúncia da Repressão no Brasil

O *Campanha* foi estruturado como uma nova alternativa política para a colônia de brasileiros exilados. Como já dissemos, defendia um projeto político para o exílio, no qual o jornal funcionava como mecanismo de organização e debate das estratégias de mobilização dos setores populares. Seus criadores criticavam a atuação do Comitê de Denúncia da Repressão No Brasil como único órgão de representação da colônia dos exilados e acreditavam que havia ausência de uma efetiva atuação dos exilados em prol da luta pela derrubada da Ditadura Militar brasileira. Descreviam o *Campanha* como o jornal audaz, capaz de fazer do exílio um momento de efêvera ação da esquerda exilada.

As atividades desenvolvidas, sem dúvida importantes, tendiam a esgotar-se porque não se articulavam em função de objetivos políticos claros e definidos. Daí vinha a dispersão e o desânimo que levaram a grande maioria a uma perspectiva de integração nas sociedades dos países onde se encontravam. Alguns simplesmente passaram a viver seus problemas pessoais, e desenvolver um trabalho de “formação teórica” que por sua desvinculação em relação às lutas contra a Ditadura brasileira, somente poderia terminar em nada. Este comportamento chegou a receber um nome: “exilismo” e vinha impregnado de uma nostalgia, sentimento de importância e resignação.

Outros companheiros se integraram à luta em outros países; mas muitas vezes isto era fugir de suas responsabilidades de luta, em relação ao Brasil e não um sentimento internacionalista claro, onde se pesa em que frente da luta internacional se pode ser más consequente: onde se poderia dar uma contribuição mais decidida para a luta do povo trabalhador contra os exploradores e opressores de todo o mundo.

Outros no entanto, a infima minoria, não se resignaram com esta situação, com a apatia e a dispersão que vinha tomando conta dos brasileiros. Começaram a pensar como poderiam mudar as coisas. Mas faltava a iniciativa audaz, faltava um instrumento político.¹⁵³

¹⁵² *Campanha*, Santiago, n.2, p.7.

¹⁵³ *Campanha*, Santiago, n.3, p.3.

Após 1968, o número de exilados no Chile havia aumentado. Os grupos que chegavam a Santiago traziam posicionamentos divergentes sobre a atuação da esquerda e havia, portanto, dificuldade de criar um órgão que conciliasse as diferenças. A principal crítica do *Campanha* ao CDR fundamentava-se na incapacidade do organismo de ouvir os novos exilados.

Em seus editoriais, o *Campanha* não defendia a extinção do CDR. Sugeria modificações para que deixasse de ser “burocrático” e se apoiasse no debate entre os exilados.¹⁵⁴ O jornal considerava *burocratismo* a tomada de decisões sem participação da comunidade dos exilados e a falta de uma plataforma política que englobasse ações mais pontuais.

Para a defesa dos interesses dos brasileiros no exterior é fundamental uma entidade que organize e mobilize o conjunto dos brasileiros independentemente de sua cor política e independentemente de sua vinculação com partidos e organizações. Um organismo deste tipo não pode ser uma dente de organizações que por suas características e pela própria definição política somente consegue reunir uma parcela dos brasileiros e sua estrutura busca muito mais atuar sobre os brasileiros e companheiros de outros países do que criar canais de expressão da vontade dos companheiros de base. Um organismo deste tipo somente poderá existir se se formarem canais de manifestação que tenham uma estrutura formada com base na eleição direta de sua direção, se é possível, até a criação de organismos de deliberação, como assembleias, organização de grupos de base, etc.¹⁵⁵

A transformação do organismo deveria ser pautada na observação das necessidades da colônia dos brasileiros e na adoção das ideias que contemplassem um projeto de resistência à Ditadura com envolvimento de todos.

Deste modo, para nós é impossível desburocratizar e dinamizar o CDR de cima para baixo. Transformá-lo em um instrumento de luta e organização é algo que somente pode ser feito, na medida que se desenvolva uma real dinamização das bases, através de discussões e de lutas que forjem sua vontade. Isto é o que se poderá fazer que as bases necessitem uma

¹⁵⁴ Segundo o jornal, “As organizações “representativas” que foram criadas fora do país respondem apenas em parte a estas necessidades. A caixinha, o Comitê de Denúncia da Repressão, o *Frente Brasileño de Informaciones* etc, não estando apoiados diretamente pelo conjunto dos brasileiros tendem irremediavelmente ao burocratismo.” *Campanha*, Santiago, n.2, p.8.

¹⁵⁵ “Por un organismo centralizado e movilizador de los exiliados en el exterior. *Campanha*, n.4.

organização e que tomem em suas mãos em nosso caso, o destino e as responsabilidades do CDR. Está claro que com isto queremos dizer que não devamos desenvolver uma dura batalha no interior do organismo, para reorientá-lo, mas somente teremos algum resultado se esta batalha se prepara no sentido definido anteriormente: o da mobilização das bases.

Desta maneira, o centro da discussão para nós não está no problema das formas organizativas e instrumentos do CDR, ainda que esta discussão seja necessária. No centro da discussão está a definição de um programa, que sirva como ponto de partida da mobilização das bases.¹⁵⁶

Com relação ao *Frente Brasileiro de Informaciones*, o jornal afirmava:

Apesar de cumprir um papel de denuncia da Ditadura brasileira, o FBI não pretende, nem pode -- por suas características-ser uma alternativa política. Por isso resolvemos assumir a responsabilidade de dar um primeiro passo e fazer do mesmo periódico um meio de buscar a ajuda de que necessitamos. A ajuda dos companheiros que de dentro do Brasil nos enviarão informações. Daqueles que, fora do país, passarão a redigi-lo e a publicá-lo conosco.¹⁵⁷

A ideia de “alternativa política” mencionada pelo periódico representa um confronto de posicionamentos das duas gerações do exílio. A denúncia contra a repressão no Brasil e as críticas realizadas ao modelo econômico estavam pautadas pela ideia de oposição por militantes de esquerda que estavam há mais tempo no Chile. Era, portanto, uma alternativa política diferente daquela que a Fração Bolchevique propunha, dentro de sua visão de revolução popular criada no seio das dissidências da esquerda.

Frente Brasileiro de Informaciones tinha um plano específico de atuação que estava atrelado à Frente Brasileira de Denúncia, mas apesar de inserir materiais diferentes, ainda não era a máxima expressão das necessidades dos exilados no Chile. Desta forma, o *Campanha* via uma lacuna na atuação da esquerda e procurava criar uma forma de atuação que representava em sua essência os anseios da geração de 1968.

As críticas realizadas ao CDR não eram feitas apenas pelo *Campanha*. O jornal *Unidade e Luta* produzido pela ALN também apresentou propostas para reestruturar o CDR, o que evidencia um movimento amplo dentro da colônia que desejava uma postura

¹⁵⁶ “ Por un programa de lucha en el exterior”. *Campanha*, n.3.

mais flexiva o CDR, principalmente quanto à abertura para participação dos distintos setores dos exilados.

A ALN tinha representantes no Comitê e deixara de participar do organismo requerendo maior autonomia para os diferentes grupos divulgarem suas ideias. Em uma edição do *Unidade e Luta, o grupo* apresentou as seguintes propostas de reformulação do CDR: regulação da publicação e distribuição do FBI; intensificação do contato com os organismos de massa; combate à propaganda favorável ao regime brasileiro; estreitamento dos laços com os militantes latino – americanos e com outros comitês de denúncia; e constituição de uma Assembleia Plenária como órgão deliberativo do Comitê.¹⁵⁸

Embora não possamos afirmar que o CDR foi plenamente reformulado, os editoriais publicados pelo FBI a partir de 1973 apresentam uma postura mais próxima daquela defendida pelos demais impressos.¹⁵⁹ Fica evidente uma reorientação do enfoque teórico da denúncia para um discurso que defendia a união das forças de esquerda sob uma plataforma política intitulada “Frente de Resistência”. Em maio de 1973, o CDR publicou a seguinte carta:

Essa é a grande necessidade do momento político atual: coordenar todas as lutas de resistência golpeando conjuntamente o inimigo comum sob um programa democrático e anti-imperialista que impulse as lutas contra a ditadura. Um programa que catalise as lutas contra a superexploração dos trabalhadores, contra o imperialismo, pelo direito de livre associação e pela liberdade de expressão.¹⁶⁰

Na edição anterior, o editorial afirmava:

Depois de nove anos de Ditadura Militar, não basta à esquerda denunciar os crimes contra o povo brasileiro: a traição aos interesses nacionais, a vilania dos torturadores, o obscurantismo que cerceia a cultura, a espoliação do salário dos trabalhadores, como condição do farsante “milagre econômico” etc. É chegada a hora da oposição de esquerda (sobretudo das organizações revolucionárias) se dispor a analisar com seriedade, despojada de separações, o que deve ser um programa de luta capaz de aglutinar as grandes maiorias nacionais contra o regime implantado pelo golpe de 1964.¹⁶¹

¹⁵⁸ *Unidade e Luta*. Santiago, n.4, novembro/dezembro de 1972, p.9-18.

¹⁵⁹ Vale ressaltar que estes editoriais são publicados no ano da radicalização dos movimentos populares no Chile das ações organizadas pela direita para criar empecilhos às políticas sociais do governo Allende.

¹⁶⁰ *Frente Brasileño de Informaciones*. Santiago, n.41, maio de 1973, p.2.

¹⁶¹ *Frente Brasileño de Informaciones*. Santiago, n.40, abril de 1973, p.2.

Para acabar com a tortura, a exploração econômica e o subimperialismo, o FBI propunha a união das esquerdas com os camponeses e parte da pequena burguesia para criar uma força política que construísse um programa democrático e anti-imperialista. O princípio da união entre os setores para a organização da Frente de Resistência dependeria da disponibilidade dos militantes de esquerda em se unirem sob uma plataforma comum.

É possível apontar uma reorientação da postura do jornal para a ideia de luta conjunta, superando o burocratismo de que o CDR foi acusado. Acompanhando as transformações do exílio e as mudanças da ideologia de esquerda, o FBI chegou ao último ano de sua publicação mais aberto a um projeto que não estava pautado apenas na exposição de informações. Certamente, as críticas dos demais setores impulsionaram esta revisão, bem como a observação da longevidade da ditadura brasileira e da permanência no exílio.

3.5- Censura, subimperialismo e exploração

As imagens apresentadas pelo *Campanha* com relação ao modelo político e econômico brasileiro eram idênticas às aquelas expostas pela *Frente Brasileira de Informação*. Mas a forma de abordar tais imagens diferia, pois o *Campanha* tinha uma linguagem muito mais crítica e buscava relacionar todos os dados apresentados com seu projeto político.

Para o *Campanha*, a Ditadura brasileira era a expressão política da aliança das classes dominantes (a burguesia industrial financeira e agrária, nacional e imperialista), objetivando preservar seu controle e interesses econômicos à custa da exploração do trabalhador.

O golpe teria sido resultado da mobilização da alta burguesia contra os movimentos sociais que haviam alcançado alto nível no governo Goulart. Como era precioso controlar o perigo da “subversão” e do comunismo, aquele grupo atraiu a pequena burguesia para a construção de um regime político que viabilizasse a entrada do capital externo para que houvesse desenvolvimento econômico. Depois de passada a fase de institucionalização do regime, os setores burgueses estavam divergindo quanto à necessidade de manter liberdades anteriores e de melhorar o mercado interno para que o desenvolvimento econômico nacional alcançasse melhores patamares. A promulgação do AI-5 havia sido uma solução mais econômica que política:

O golpe do AI-5, não há dúvidas, também pretendia terminar com as mobilizações de 1968. Mas estas mobilizações não eram suficientemente importantes para por em risco o poder. Nesse momento o novo golpe teve

predominantemente um caráter econômico. Tinha por objetivo criar condições para uma solução econômica e o aspecto político estava subordinado a isto, na medida em que a solução econômica estaria baseada na manutenção e aprofundamento da exploração da classe operária. Para tanto, era necessário aperfeiçoar o aparato estatal, muito mais para impedir as manifestações de resistência da classe a esta superexploração, que poderiam de fato ocorrer do que para terminar com as manifestações de 68 que já se esgotavam.¹⁶²

A tortura e a repressão eram também temas de destaque na abordagem do jornal. A violência da repressão aparecia em artigos que respondiam a comentários de líderes do governo ou às justificativas dadas pela polícia política para o assassinatos. Como exemplo, observemos a seguinte crítica à declaração do Ministro das Relações Exteriores Mario Gibson Barbosa, que afirmara não haver tortura no Brasil, pois seria um ato de “sádicos”, adjetivo que não se aplicaria aos brasileiros.

A quem o Ministro pretende enganar?... Não se sabe... Os Governos burgueses que o apoiam, têm pleno conhecimento da violência que os militares exercem contra os presos políticos no Brasil. Os trabalhadores do mundo inteiro sabem que a tortura no Brasil alcançou níveis difíceis de encontrar em qualquer outro país. Os revolucionários e trabalhadores brasileiros sentem na própria carne a violência permanente que se exerce contra eles. Por isso, o senhor Ministro pode estar tranquilo. Realmente os brasileiros não são ‘sádicos’; por isso, há que preparar-se pacientemente para varrer o regime que sobre a base de tortura e exploração trata de silenciar o grande movimento revolucionário da classe trabalhadora e também para reduzir definitivamente ao silêncio personalidades da espécie do senhor Mário Gibson Barbosa.¹⁶³

O uso de ironias e a relação constante dos temas com o movimento revolucionário caracteriza as definições das ações do governo brasileiro. Desestruturar a propaganda positiva do regime no exterior era considerada tarefa inerente à ação revolucionária exercida pelos brasileiros no exterior. Por meio da exibição da realidade social do país seria possível ampliar as bases de oposição no exílio.

Assim como o *Frente Brasileiro de Informaciones*, o *Campanha* descrevia a Ditadura brasileira como o principal inimigo contra o qual os latino-americanos deveriam se unir. A

¹⁶² *Campanha*, n.1, 28 de setembro de 1972, p. 5.

¹⁶³ “Sadico y mentiroso”. *Campanha*, n.6, p.11.

ideia do subimperialismo era também o principal argumento para indicar a importância de unir as classes populares latino-americanas para evitar a interferência do Brasil nos países do continente.

O avanço do subimperialismo brasileiro mostra claramente que o combate contra ele já não é um problema somente dos brasileiros. Mas nas denúncias feitas atualmente pela imprensa internacional estão misturadas duas ordens de interesses distintos. Por um lado, os interesses das burguesias latinoamericanas, que não buscam mais que competir com o Brasil na exploração do povo trabalhador latino-americano e nas vantagens de obter uma aliança com os EUA. Por outra parte, os interesses dos trabalhadores que lutam contra a exploração e por um governo do povo. As burguesias latinoamericanas não têm interesse de levar até o final uma luta contra a ofensiva brasileira que é um aliado potencial contra os trabalhadores. (...) Na luta contra o subimperialismo brasileiro, de fato somente resta um caminho: organizar a resistência do povo. Estreitar os laços de união entre os trabalhadores latinoamericanos e dos trabalhadores brasileiros, para organizar a resistência a Ditadura brasileira.¹⁶⁴

Para unir os trabalhadores do continente contra a Ditadura, seria fundamental expor informações sobre a ação do governo brasileiro. Isso representava um outro desafio: vencer a censura à imprensa no Brasil e desmistificar a imagem de “Brasil Grande Potência”. As críticas do *Campanha* com relação à censura eram direcionadas às instituições burguesas, principalmente os jornais de grande circulação no país. Já que se definia como um jornal revolucionário, criticava o modelo oposto de imprensa, atrelada aos interesses das classes dominantes.

Assim como no discurso do *Frente Brasileño de Informaciones*, o jornal “O Estado de São Paulo” era bastante criticado. Júlio de Mesquita Neto, diretor do *OESP* realizou denúncias da ausência de liberdade de imprensa no Brasil na Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). Seus discursos ganharam grande repercussão e foram reproduzidos pelos periódicos do exílio. O *Campanha* passou a criticá-lo, procurando redimensionar seu posicionamento contra a censura. Reproduzindo comentário apresentado por Nassib Rundy Rabeli na revista *Opinião*, importante semanário de oposição brasileiro, afirmava que

Fica bem claro que tipo de liberdade de imprensa reivindica Mesquita Neto. É a liberdade para os opositores burgueses descontentes com certos

¹⁶⁴ *Campanha*, Santiago, n.6, p.20

aspectos da Ditadura. Ao desenvolver o mesmo tipo de propaganda direitista que faz “El Mercurio” em relação ao Chile, Mesquita mostra de que lado está e que interesses defende. Ele tem a mesma posição anticomunista da Ditadura, e seu periódico coloca-se ao lado dos Mercúrios, imprensa que sob uma aparência de seriedade e “centro” fazem sua propaganda anticomunista da maneira mais sutil e perigosa.¹⁶⁵

Apoiar as ações de combate à censura feitas por Júlio de Mesquita Neto não significava apoiar seu modelo de imprensa e as ideias que defendia. Críticas severas ao diretor do *Estadão* foram apresentadas em cartas enviadas ao *Campanha* pelos jornalistas brasileiros exilados. Para o *Campanha*, era necessário divulgar estas cartas como “exemplo da manifestação de luta dos brasileiros no exterior contra a Ditadura Militar e sua política imperialista”:

Você, senhor Mesquita, é um dos assassinos da liberdade na Latino América.

Dia a dia, noite após noite, você tem sido comparsa e ator nesta farsa que se autodenomina “milagre brasileiro”, e que na realidade não é nem milagre nem brasileiro, mas um milionário investimento publicitário do capital monopolista estrangeiro, do qual você se fez um dos principais beneficiários no Brasil.

Os conspiradores gorilas e agentes da CIA golpearam sucessivas vezes a liberdade no Brasil, e a isto, você chamou revolução (???) e assim ordenou a seus principais redatores que a escrevam, com maiúscula, sem aspas, e em grandes títulos.¹⁶⁶

Para o *Campanha*, a vitória sobre a censura era mais do que derrubar as proibições, significava alterar a própria configuração dos organismos de imprensa, caracterizada pelo monopólio de grupos como a família Mesquita.

Ao divulgarem-se os recursos financeiros que se destinam ao “Estado de São Paulo” e o valor de 1200 dólares recolhido do Governo, através de matérias pagas, fica claro que em um país com uma grande concentração monopolista, como é o Brasil, a imprensa não tem possibilidade de sobreviver sem a participação do Estado ou dos grandes capitais (...). Mas o problema deixa clara a impossibilidade de existir liberdade de imprensa

¹⁶⁵“Para ver lo que piensa Mesquita Neto, basta ver su periódico”. *Campanha*, Santiago, 1º de maio de 1973, nº 8, p. 7.

¹⁶⁶“Periodistas en el exilio: un ejemplo de lucha”. Santiago, 28 de novembro de 1972, nº 3, p.6.

enquanto existam os monopólios dos meios de comunicação e outros monopólios industriais (como é o caso do papel, etc.).¹⁶⁷

A grande imprensa estava carregada da ideologia burguesa, portanto deveria ser combatida. Além da censura, o próprio posicionamento dos jornais constituía um empecilho à luta. A imprensa alternativa cumpriria o seu papel revolucionário de mostrar a verdade e promover a união para a transformação. Publicações como *O Pasquim* e a revista *Opinião* eram vistas com bons olhos e constantemente a elas se referiam como instrumentos internos de luta¹⁶⁸. Quando o regime arrefeceu a censura sobre estes periódicos, a ação dos impressos do exílio eram tomadas como ainda mais relevantes, pois não havia canais amplos de crítica à Ditadura no país que pudessem propagar a “verdadeira” face do regime.

A imprensa dos países de exílio também foi alvo de críticas. O jornal chileno *El Mercurio* era tomado como exemplo da mídia conservadora. Indicativo da relação entre imprensa local e os impressos do exílio é o caso da crítica feita ao *Campanha* pelo jornal chileno *La Segunda*. No número 3, o editorial do *Campanha* criticava a matéria daquele jornal publicada em 13 de novembro de 1972, na qual se descrevia *O Campanha* como “um instrumento de ataque contra o governo brasileiro, com pretensão de distribuição internacional.” Um instrumento de “agitação, propaganda e organização marxista e uma apologia das guerrilhas.” Em resposta, o *Campanha* afirmava:

Este periódico dedica-se a campanhas sistemáticas de provocações contra os indivíduos que buscam asilo no Chile. E se não pensa melhor sobre o problema é porque isto não interessa àqueles que defende. Pensar nestes fatos significaria compreender que se vêm brasileiros, bolivianos, uruguaios e outros em grandes quantidades é porque em seus países a situação de opressão, exploração e repressão tornou-se insustentável e insuportável. Por isso, tantos fogem destes países. (...) Bastaria verificar rapidamente nos arquivos de “La Segunda” para ver quantas vezes saiu em defesa de asilo, quando se tratava de defender os patrões e imperialistas que escapavam de

¹⁶⁷ “Créa-se ‘departamento de censura’ incautado el periódico ‘Opinión’ aumenta la censura en Brasil”. Santiago, 01 de maio de 1973, nº 8, p.7.

¹⁶⁸ *O Pasquim* foi lançado em junho de 1969 com uma tiragem de 28 mil exemplares, chegando a 250 mil em seis meses. Organizado por Jaguar, Tarso de Castro e Sérgio Cabral, reuniu importantes jornalistas e ilustradores, entre os quais Ziraldo e Henfil. Destacou-se pela forma humorada na crítica ao regime militar. A revista *Opinião* circulou de 1972 a 1977 e sofreu constantemente com a censura. Teve edições apreendidas e seu diretor, Fernando Gasparian, foi detido. “Em *Opinião* havia espaço para as mulheres, os negros e os homossexuais como tais, sem que fizessem parte de uma marcha da humanidade em direção ao socialismo. Ao cosmopolitismo e à boa qualidade de seus articulistas (entre os quais estava o sociólogo Fernando Henrique Cardoso), somara uma seção cultural que vocalizava a hostilidade ao dogma do nacional-popular, base do prestígio dos intelectuais da esquerda tradicional”. GASPARI, Elio. *As ilusões armadas: A Ditadura escancarada*. Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 191-192.

Cuba, China, Rússia e outros países onde os trabalhadores resolveram acabar de uma vez com a exploração e a opressão.¹⁶⁹

O incidente repercutiu por várias edições do *Campanha*, que procurava reforçar o caráter burguês do semanário e seu interesse de macular a imagem dos exilados por defender os grupos conservadores. O jornal estimulava os exilados a manifestarem seu repúdio à crítica que o jornal havia sofrido, pois esta se estenderia a todo o conjunto dos exilados e seria parte de um movimento mais amplo de contenção da ação no exílio.¹⁷⁰ Preservar a liberdade da imprensa revolucionária representada pelo *Campanha* significaria apoiar a luta contra a exploração das classes populares no Brasil:

A Ditadura Militar se equivoca quando diz que queremos “denegrir a imagem do Brasil no exterior”. O único responsável pela atual imagem do Brasil no exterior é a Ditadura Militar e seus abusos. Nós somente queremos lutar por nossos justos interesses e pelos justos interesses do povo brasileiro. Queremos mais: queremos limpar a atual imagem de Brasil. E sabemos que o único meio de consegui-lo é mostrar ao exterior um povo que luta. Mostrar que o povo brasileiro não compartilha com essa Ditadura Militar.¹⁷¹

3.6- Cultura e oposição no Brasil

A análise da cultura brasileira apresentada no *Campanha* é marcada pela valorização da arte como elemento de resistência ao regime militar. O campo cultural é descrito a partir da dualidade “burguesia” e “proletariado”. A arte elogiada pelo jornal era aquela destinada à contestação da Ditadura ; qualquer envolvimento com as instituições culturais ou com o governo era considerado uma forma de apoio ao regime militar.

Essa maneira de descrever revela as limitações da observação das complexas relações sociais e artísticas quando se considera apenas o viés de uma teoria ou projeto ideológico. O jornal realizava a crítica a qualquer manifestação que pudesse ser considerada “cultura de massas”, servindo, portanto, à alienação. Como exemplo, citava personalidades como Pelé e Emerson Fittipaldi, consideradas responsáveis pela propagação da imagem

¹⁶⁹ “La derecha quiere callar el Campanha”, Santiago, 28 de novembro de 1972, p.3.

¹⁷⁰ As críticas do La Segunda e as respostas dada elo Campanha promoveram escritas de artigos de solidariedade em um jornal chileno chamado Ultima Hora em cinco de janeiro de 1973. A USLA também escreveu textos favoráveis ao periódico, pedindo que se apoiasse a causa dos exilados e conclamando para que todos enviassem cartas de protesto ao La Segunda.

¹⁷¹ *Campanha*, Santiago, n.4.

positiva do Brasil no exterior. Eram apresentados como “mitos” estrategicamente elaborados pelo regime para atrair a população para um sentimento nacionalista.

Outro forte exemplo da negação de toda relação com o sistema institucional é a crítica feita a João Cabral de Mello Neto, célebre pela obra “Morte e Vida Severina”. O escritor foi acusado pelo jornal de “converter-se” ao regime militar ao se tornar membro da Academia Brasileira de Letras e aceitar o cargo de diplomata brasileiro no Senegal.

Mas hoje as coisas mudaram. João foi pouco a pouco passando ao outro lado do muro. Aceitou há alguns anos o convite da podre, reacionária e vendida Academia Brasileira de Letras para que fosse um de seus membros. João deixou de ser poeta e passou a ser um “ilustre Acadêmico João Cabral de Melo Neto”.¹⁷²

Partindo o pressuposto de que a arte deveria ser uma forma de reação ao autoritarismo, já que o próprio regime utilizava as manifestações artísticas como um mecanismo de sua legitimação, o jornal procurava destacar os movimentos que conseguiam vencer a censura e criticar a Ditadura. Dois fenômenos culturais foram exaltados pelo *Campanha*: as músicas de protesto e o Cinema Novo, em destaque as obras de Glauber Rocha.

Caetano Veloso, Gilberto Gil, Geraldo Vandré e Chico Buarque de Holanda são músicos elogiados pelos artigos por expressarem em suas composições as críticas ao autoritarismo, superando a censura às letras das canções com criatividade. A atuação destes artistas no Festival Internacional da Canção era bastante elogiada, pois conseguiam fazer que um festival oficial se tornasse espaço para exibição de canções que mostravam a realidade popular ou refletiam a realidade política.

Glauber Rocha era descrito como o cineasta que resistiu à Ditadura Militar e pôs sua arte a serviço do povo¹⁷³, enfrentando os empecilhos para as produções independentes criados pela intensificação da censura e pelo fortalecimento das grandes empresas de entretenimento. Para o jornal, por dinheiro, muitos cineastas, músicos e compositores haviam se rendido à Ditadura. Glauber Rocha era uma das exceções e alguns fatos mostravam isso: todas as cópias de “Deus e o Diabo na Terra do Sol” haviam sido confiscadas em 1964, mas uma cópia foi preservada e divulgada em Cannes, onde o filme teve grande sucesso; em 1966, Glauber Rocha divulgou “Terra em transe” e “Antonio das mortes” e negou-se a aceitar o prêmio de melhor diretor daquele ano dado pelo Instituto

¹⁷² *Campanha*, Santiago, n.8, p.6.

¹⁷³ “Não insista: Glauber não se vende”. *Campanha*, Santiago, n.4, p.14.

Nacional de Cinema; o cineasta também se envolveu com a imprensa alternativa e mesmo com o *Pasquim*, continuou envolvido na distribuição do periódico que criticava o regime militar de forma bem humorada.

O *Campanha* tentava mostrar que o autoritarismo desvalorizava a verdadeira arte. Os valores da “moralidade” e do “respeito à ordem estabelecida” inerentes ao discurso autoritário impediam a livre criação e promoviam situações muitas vezes risíveis. Uma destas situações destacadas pelo jornal foi a proibição da exposição de gravuras eróticas de Pablo Picasso pelo Ministro da Cultura Alfredo Sahid. O argumento defendia que aquilo feria “a moral e bons costumes”. Todos os materiais foram confiscados pelo governo. Com sua característica linguagem mordaz, o *Campanha* afirmava: diferenciar arte e pornografia seria “exigir muito de um gorila”.¹⁷⁴

3.7- Do Chile à França: avaliação das experiências e reorganização da resistência

Em 1973, o golpe militar que derrubou o governo de Salvador Allende destruiu o grupo *Campanha*. Depois de ser preso no Estádio nacional, Nilton Santos conseguiu sair do Chile e ao chegar à França deu início à reestruturação do *Campanha* com outros integrantes da Frente e de outras organizações. O grupo ficou conhecido como *Grupo Campanha* e recrutava militantes de várias posições da esquerda.

A reorganização do *Campanha* em Paris foi concretizada depois de três meses. Todos os arquivos do jornal, com os números anteriores, cadastro de assinantes e a biblioteca que reunia treze mil obras de referência foram destruídos pela polícia chilena. A décima terceira edição foi publicada em 03 de janeiro de 1974 e expunha um projeto de reestruturação que dependeria da ampla colaboração dos exilados.¹⁷⁵

O jornal pedia que os leitores enviassem exemplares antigos, contribuíssem financeiramente, assinassem a publicação, reenviassem endereços seja fossem assinantes, doassem exemplares de jornais e revistas brasileiros e enviassem cartas que contivessem notícias de militantes que estavam no Chile. Como endereço provisório para envio de materiais divulgava-se o endereço da USLA (United States Lifesaving Association) em Nova Iorque.

¹⁷⁴ *Campanha*, Santiago, n.4, p.4. O termo “gorila” utilizado pelo jornal era bastante comum na imprensa alternativa dos anos 70. Provocando o riso para criticar, associava-se o gorila ao militar, pois seria um animal de grande força, mas dotado de pouca astúcia. Um interessante estudo desta expressão na imprensa alternativa é apresentado por MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A figura caricatural do gorila nos discursos da esquerda. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 15, p. 195-212, jul.-dez. 2007.

¹⁷⁵ Em Paris, foram produzidos 1000 exemplares até a segunda edição, dos quais 450 foram enviados ao exterior.

Para ter uma base legal como jornal, o *Campanha* circulava com a menção “suplemento do semanário Rouge”. A partir da edição 18, tornava-se suplemento da publicação *Allert*. Segundo Nilton Santos, não havia, porém, ligação do jornal com outra publicação.

Ao pedir apoio para sua reestruturação, o *Campanha* definia-se como um representante da imprensa revolucionária latino-americana. A reativação do jornal era defendida como uma forma de resistência à repressão na América Latina e os militantes desejavam que o jornal se transformasse em espaço de manifestação de todos os exilados latino-americanos na Europa.

O tema central do primeiro boletim publicado em Paris foi a avaliação do golpe chileno. O jornal defendia que era necessário reorganizar a resistência e relativizar a ideia de derrota, buscando reativar a campanha internacional pelo combate à Ditadura.

Durante o conturbado período do movimento operário no Chile, o jornal posicionava-se a favor de uma rápida intervenção dos trabalhadores, promovendo uma união não apenas contra os dirigentes do Estado, mas contra a Ditadura brasileira, considerada a principal ameaça ao processo de concentração do poder nas mãos dos trabalhadores. A participação do movimento internacional seria essencial, considerando que as conquistas dos proletários chilenos seriam as conquistas do proletário mundial:

É um problema que não pode ser deixado para o futuro- para quando o Chile tenha chegado ao socialismo, para quando Argentina tenha conquistado um governo dos trabalhadores, para quando a Bolívia tenha derrotado Banzer. Já não basta ser solidários com os exilados e com os revolucionários que sofrem perseguições. Isto é importante, mas é necessário mais. É necessário participar de uma forma ativa na luta do povo trabalhador brasileiro, organizando a resistência externa (isto é, não dialogando com a Ditadura e impedindo que os governos burgueses o façam) e ajudando a organizar a resistência interna.¹⁷⁶

Para o *Campanha*, a derrota no Chile fora culpa dos reformistas, ou seja, o que se havia derrotado era a “via chilena ao socialismo”; portanto, o movimento proletário permanecia vivo. Novamente, a ideia de que somente uma ação dos trabalhadores poderia resultar em efetiva transformação é tomada como argumento para a crítica ao “burocratismo”, salvaguardando as críticas ao próprio movimento popular chileno como meio de manter um projeto de revolução. Segundo o jornal, “havam feito o povo e sua

¹⁷⁶ *Campanha*, Santiago, n.8, 1 de maio de 1973, p. 9.

classe operária acreditarem na viabilidade de alcançar o socialismo seguindo as leis da burguesia, as mesmas que utilizam para defender seus privilégios e explorar o povo.”¹⁷⁷

A experiência chilena seria uma reafirmação da teoria da vanguarda proletária. Cabia agora promover a união dos trabalhadores e, para tal, os exilados tinham papel fundamental para ampliar o debate sobre os erros do movimento operário e os caminhos da composição da vanguarda. A reestruturação do jornal após o golpe ratificava seu projeto de revolução sem fronteiras, segundo a qual o exílio é sempre tempo de uma luta contra a Ditadura. Se antes do golpe já conseguia abarcar dentro desta ótica os movimentos latino-americanos, esta imagem foi ressaltada, valorizando-se agora a integralidade da derrubada dos regimes militares no continente latino-americano não mais como dependente da vitória sobre a Ditadura brasileira, mas como um movimento continental de resistência. “Enquanto houvesse um só país da América sob o poder da reação, a revolução estará ameaçada, a contrarrevolução preparará forças para voltar ao ataque.”¹⁷⁸

A revolução popular no Chile parecia ser a possibilidade de concretização de uma revolução continental progressiva, da possibilidade de uma revolução proletária continental e internacional, tão almejada nas páginas revolucionárias. Para o jornal, não estava em jogo somente o futuro da revolução chilena, mas “o futuro da América Latina, de pelo menos uma década.”¹⁷⁹

Começar o processo de organização dos refugiados latinoamericanos na Europa, integrá-los na luta de sustentação latinoamericana, absorver as experiências das demais colônias estrangeiras, são problemas que não podem deixar de ser pensados e resolvidos.¹⁸⁰

O contato com outros grupos de exilados na França e a implantação da abertura “lenta, gradual e restrita” do governo Geisel imporiam algumas alterações naquele discurso. Progressivamente, o *Campanha* se abriria a novos temas e, num formato mais dinâmico, acrescentaria textos de diferentes grupos debatendo temas comuns, como a distensão, as eleições e os caminhos para a esquerda mundial.¹⁸¹

¹⁷⁷ “Chile: Darles con todo a los patrones.”, Santiago, n.13, 13 de janeiro de 1974, p. 2. O artigo baseava-se na seguinte afirmação de Miguel Enríquez, secretário geral do MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionaria): “A derrota sofrida no Chile não é uma derrota da classe trabalhadora. É uma derrota do reformismo”.

¹⁷⁸ *Campanha*, “El internacionalismo no es tarea de un día”, Santiago, n.8, p.9.

¹⁷⁹ *Campanha*, Santiago, n. 11, 5 de agosto de 1973, p. 3.

¹⁸⁰ Chile: tomar a experiência, organizar os exilados. *Campanha*, n.13, Paris, p.14.

¹⁸¹ Entre os grupos que publicavam suas visões sobre os temas propostos em cada edição para a seção “Debate”, encontravam-se POC Combate, a revista Debate, PCB, a revista *Resistência* produzida pelo MR-8 no exterior e *Outubro*.

3.8- O fim da *Campanha*

Dificuldades financeiras para manutenção do jornal e a tentativa de direcionar-se mais ao público brasileiro levaram o *Campanha* a se reorganizar. Com o nome *Cadernos de Campanha*, a publicação adquiria o formato de uma revista de artigos sobre teoria socialista e cultura e circulou entre 1975 e 1979. Cada edição era formada por uma média de 60 páginas e todos os textos eram em língua portuguesa.

Os *Cadernos de Campanha* possuíam espaço para divulgação de atividades dos demais grupos de esquerda, uma seção dedicada ao registro das lutas estudantis e operárias que se realizavam no Brasil, artigos sobre o cotidiano e a cultura. Sempre em páginas amarelas apareciam textos que compunham o “dossiê” de uma edição.

A principal discussão sobre a orientação dos *Cadernos de Campanha* era instigada pela presença de simpatizantes da IV internacional. Na 11ª edição dos *Cadernos*, foi publicada uma Carta de desligamento destes militantes. Segundo o texto,

Negamos o instrumento político que é o GC [Grupo Campanha], como uma forma legítima para a nossa concepção de intervenção no movimento e localizamos que este instrumento é a materialização de uma concepção da qual divergimos: reagrupar a vanguarda somente em grupos de intervenção setorial, que são confundidos politicamente com uma organização dos setores avançados da massa, e desenvolver a prática política dessa vanguarda exclusivamente através de propostas práticas concretas apresentadas à cada situação.

Estamos consequentemente em desacordo com as implicações desta concepção.¹⁸²

O grupo de oito pessoas que assinava o documento criticava a supervalorização da prática em detrimento da teoria e a fragmentação da ação ao invés de uma prática global. Em resposta, o *Campanha* afirmava que possuía um projeto político claro, ou seja, não supervalorizava as ações. Além do mais, realizava uma Conferência entre seus participantes para buscar contemplar as opiniões de todos. Para o *Grupo Campanha*, os oito militantes já eram adeptos da Quarta Internacional e esta migração não ocorreu diretamente devido à insatisfação com o grupo. Afirmava também: “Ressaltamos nossa esperança de que este

¹⁸² *Cadernos de Campanha*, Paris, p.45. s/d.

afastamento seja temporário e que nos encontremos novamente nas fileiras de uma mesma organização no Partido Proletário que julgamos ainda está por se construir.”¹⁸³

Entre 1975 e 1976, membros da Fração Bolchevique originaria o MEP (Movimento de Esquerda Proletária), mantendo os princípios da Fração, mas defendendo uma maior abertura para temas recorrentes na Europa.¹⁸⁴ A nova formação foi acompanhada do acirramento das divergências entre os setores, que acabaram por fragmentar o grupo.

Para Nilton Santos, não foram as divisões as principais responsáveis pelo fim do grupo, mas a aprovação da anistia que possibilitou o retorno dos exilados ao país.

Havia uma área de pessoas do *Campanha* que tinha muita influência da IV Internacional. E algumas destas pessoas queriam levar o *Campanha* para a Quarta. Quando na realidade nós tínhamos divergência da Quarta, cuja visão era mais teórica. Neste momento, começa uma divergência, no exato momento em que a gente estava preparando para voltar, à beira da anistia. Fizemos um Congresso do *Campanha* para discutir as linhas, a posição do MEP contra a posição da quarta internacional. Se não tivéssemos a precipitação da volta, talvez a luta política tivesse se organizado.¹⁸⁵

A ideia de que um dia poderiam retornar ao Brasil sempre esteve associada ao projeto revolucionário do grupo. Diante da possibilidade de retornar ao Brasil legalmente, a maioria retornou ao país. Acreditava-se que poderiam concretizar suas lutas em solo nacional, embora tivessem uma imagem bastante distinta da realidade que encontrariam.

3.9- A campanha feminista

As militantes do *Campanha* conseguiram organizar um grupo influente para discutir e realizar eventos para a defesa dos direitos da mulher. Embora no Chile já tivessem organizado o *Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior*, sob comando de Zuleika Alambert, foi na França que as militantes de esquerda conseguiram reunir um número maior de integrantes e realizar atividades mais influentes, inserindo sua ação no movimento feminista que conquistava grande relevância na capital francesa. O grupo defendia uma resignificação do papel da mulher no grupo de esquerda e inseria os preceitos do movimento feminista na pauta do projeto revolucionário do *Campanha*.

¹⁸³ *Ibid.*

¹⁸⁴ Outra publicação foi organizada pelo grupo. Chamava-se *Bresil Cabouge* e era dedicada a informações sobre os movimentos de contestação à Ditadura no Brasil, especialmente o estudantil e operário.

¹⁸⁵ Entrevista com Nilton Santos. Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 2010.

O feminismo dos anos 70 pode ser caracterizado como uma luta pela afirmação a igualdade dos direitos entre homens e mulheres, respeitando as especificidades da mulher e enaltecendo seu papel ativo na sociedade. Criticava-se a estrutura patriarcal e religiosa, visando substituir o papel da mulher como “mãe”, “esposa” ou “dona e casa” pela imagem da mulher com expectativas profissionais e livre para realizar suas escolhas. A luta pela liberdade sexual era fundamental dentro desta ideologia e a ela atrelava-se a luta pelo direito de uso de anticoncepcionais e pela realização do aborto. Este último era o tema mais polêmico, pois se opunha diretamente aos dogmas religiosos.

Para as mulheres que se envolveram na luta armada, a busca pela reafirmação da igualdade no movimento sempre foi importante. A vida na clandestinidade dinamizava o debate sobre o papel social da mulher e tornava a ideologia feminista um dos temas a serem levantados pelo movimento. No caso dos exilados, as mulheres passaram a redefinir seu papel, pois precisaram reorganizar a vida pessoal e suas profissões para acompanharem suas famílias ou para lutarem por sua ideologia do grupo.

A radicalidade da experiência da luta armada deixou marcas profundas nos jovens de ambos os sexos que nela se envolveram. Os códigos mudaram e instaurou-se uma nova ordem de relação entre homens e mulheres. Insisto na dimensão da juventude e no fato de a grande maioria dos guerrilheiros ser constituída por solteiros. Foi no exílio que muitos criaram família e se acirrou a contradição dos gêneros. As queixas das ex-guerrilheiras não se diferenciavam muito do normal das mulheres, especialmente no tocante às tarefas domésticas e aos cuidados com os filhos. Por outro lado, levando-se em conta o machismo reinante nas concepções dos partidos comunistas oficiais, a participação das mulheres na luta armada também foi uma enorme ruptura com as lutas e movimentos sociais anteriores, nos quais predominavam os homens. Essa é uma diferença marcante entre os movimentos latino-americanos e o feminismo europeu norte-americano.¹⁸⁶

As integrantes do *Campanha* estavam envolvidas com o chamado Círculo de Mulheres Brasileiras, fundado entre 1975 e 1976 em Paris.¹⁸⁷ Este organismo fora criado pelas militantes de esquerda, mas objetivava envolver mulheres de diferentes segmentos sociais. O grupo buscava uma unidade entre a manifestação em prol dos direitos das

¹⁸⁶ MORAES, Maria Lygia Quartim de. O Encontro Marxismo – Feminismo no Brasil. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

¹⁸⁷ Outro importante grupo representante dos interesses da mulher foi fundado por Danda Prado. Era conhecido como Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris e publicava um periódico denominado *Nosotras*. Uma análise deste periódico é apresentada em CARDOSO, Elisabeth da P. *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo / Escola de Comunicação e Artes, 2004.

mulheres e o movimento dos trabalhadores em geral. O objetivo era ganhar um poder maior de decisão no grupo e ampliar o debate sobre seus projetos diretamente ligados aos direitos da mulher.

A plataforma da organização envolvia a igualdade política, jurídica e social para todas as mulheres; o direito ao trabalho com igual remuneração; acesso às instituições educativas; socialização do trabalho doméstico; creches e escolas livres e gratuitas; direito de divórcio automático; abolição da criminalização do adultério; fim das leis repressivas contra as prostitutas; uma política eficaz para a saúde da mulher; contracepção livre e gratuita; aborto livre e gratuito e fim da repressão com relação à homossexualidade.¹⁸⁸

Nas reuniões realizadas periodicamente, eram analisados textos, filmes, artigos e editoriais publicados nos jornais feministas *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres, publicados no Brasil*. A divulgação de conferências e passeatas, a elaboração de artigos definindo as propostas de uma revolução socialista e feminista, a propaganda das ideias da plataforma política e o auxílio a mulheres que vivenciassem dificuldades eram as principais ações das militantes.

3.10- Reflexões sobre a democratização

Toda a esquerda concebia a liberalização política promovida a partir do governo de Ernesto Geisel como uma estratégia política do regime militar para manter suas estruturas de dominação através de uma roupagem de democracia que lhe desse maior legitimidade. Os grupos consideravam essencial revelar e discutir a limitação da democratização, mas divergiam sobre como reagir a este processo: aceitá-lo ou combatê-lo? Aceitar o jogo eleitoral ou representaria render-se ao regime e abandonar a ideia revolucionária ou poderia significar uma oportunidade eficiente para conduzir a revolução popular, começando pela aceitação dos preceitos democráticos do regime e partindo progressivamente para a transformação destes preceitos de acordo com a teoria socialista.

A reflexão sobre a democratização impunha uma revisão dos projetos radicais defendidos pela esquerda. Esse debate promoveu grandes instabilidades entre os grupos no exílio. Aqueles que se mantinham atuantes politicamente, como o grupo *Campanha*, vivenciaram divergências entre aqueles que viam com completo descrédito o processo de democratização e aqueles que buscavam refletir sobre formas de inserir as eleições no

¹⁸⁸ “Declaração Política das Mulheres do Campanha”. *Cadernos de Campanha*, n.11, p.25. A plataforma foi criada no primeiro congresso do grupo realizado em 1978.

processo de luta contra o regime militar, considerando que não era possível ler a realidade do país apenas a partir das teorias antigas, mas era fundamental incorporar e refletir sobre as novas realidades.

É importante salientar que ambas as posições consideravam a democracia como uma etapa para concretização do Estado socialista. Esta visão da democracia como um estágio transitório visava conciliar o novo contexto com os preceitos da organização e revelava uma ausência de compreensão do real significado do modelo democrático, para além das restrições que eram impostas pelo sistema político real.

O *Campanha* transitou de um posicionamento a outro com relação à democratização. Inicialmente, promoveu severas críticas às eleições e ao MDB, que então representava o único caminho de oposição. Aceitar as eleições representaria entregar-se ao inimigo, abandonar a luta pelo socialismo pela ilusão de que a justiça social um dia seria instaurada pela via institucional:

A concretização desta política de “liberalização sob controle” é possível somente com a capitulação total da esquerda e sua renúncia em lutar contra a Ditadura por algumas migalhas e esperanças futuras. O PCB já começa a mostrar sua disposição neste sentido. Largas parcelas da esquerda Revolucionária vacilam ante estes problemas. Neste sentido o ano de 74 e particularmente as eleições serão o teste onde se mostrará a disposição da esquerda ao combate ou a docilidade da ER [Esquerda Revolucionária] de impedir que parcelas da massa sejam postas a reboque dos setores da burguesia e da Ditadura, reforçando-a, institucionalizando-a e ampliando suas bases sociais — é que depende o futuro da própria esquerda e da luta revolucionária no Brasil.¹⁸⁹

Nas eleições de 1974, o jornal lançou uma campanha pelo voto nulo. O controle sobre a propaganda política e pelo governo e a ausência de uma alternativa alheias à polarização entre ARENA e MDB eram apresentadas como as principais justificativas para a não aceitação do voto. Defendia-se a anulação do voto como uma forma de protestar contra o regime militar e denunciá-lo.

Segundo o argumento do jornal, em 1976 já havia uma conjuntura de maior movimento das classes populares e organização de críticas ao regime dentro dos círculos que antes o apoiavam, especialmente setores burgueses e da classe média descontentes com os níveis econômicos do país. Em artigo apresentado na décima edição dos *Cadernos de*

¹⁸⁹ “Abertura Democrática... ou liberalização” sob controle. *Campanha*, Paris, 14, p.04

Campanha, o grupo abria a possibilidade de tentar encontrar candidatos capazes de aceitar os pontos de um programa revolucionário apresentado pela esquerda. Tal programa englobaria o fim da repressão, a condenação dos torturadores, instituições livres, leis trabalhistas e acesso à terra e condições dignas de trabalho. Para envolver-se com os candidatos, o jornal apresentava a seguinte sugestão:

É justo que nestes comitês eleitorais, reúnam-se candidatos e se façam discussões com eles, de modo a ganhá-los para o programa, comprometê-los com os Comitês. Pois o controle da intervenção dos candidatos é o meio através do qual se crie naqueles que se comprometam com o Programa, a consciência de que, como candidatos e futuros parlamentares, seus lugares no Parlamento estão a serviço das lutas das massas, da agitação de suas reivindicações. Um candidato revolucionário no Parlamento não pode se iludir quanto ao seu papel ali dentro — o Parlamento é uma tribuna de agitação das reivindicações dos setores oprimidos e de denúncia do Estado burguês e do Parlamento, como aparelho deste estado. O Parlamento não é o centro de decisões, através do qual as massas terão seus anseios respondidos e por isso um Parlamentar revolucionário deve através do seu mandato estimular as lutas das massas, suas formas independentes de organização e contribuir para a formação do partido revolucionário, que é extra-parlamentar.

Este texto evidencia a dificuldade de aceitação da participação política por meio das instituições. O Parlamento não deveria ser visto como uma instituição capaz de promover os debates em nome do povo; tais debates ainda deveriam estar no seio das massas. Embora não explicitasse as estratégias concretas que viabilizassem o estímulo à revolução dentro do modelo político parlamentar, esse discurso tentava incorporar a redemocratização pela qual passava o Brasil no modelo teórico do grupo.

È necessário salientar que o *Campanha* não estava contra a construção da democracia, mas questionava os mecanismos que eram empregados para sua implantação. O fim das restrições do governo à Anistia, a liberdade partidária e a liberdade de pensamento eram os principais pontos defendidos ao criticar as estratégias de democratização. A mobilização dos estudantes e de setores da Igreja era apresentada como exemplo de resistência ao regime que necessitava ser ampliada para a concretização da democratização. Era necessário aproveitar as ações da abertura lenta e gradual para conduzir uma revolução popular e não aceitar o modelo da maneira como era apresentado pelo regime.

Maria Matilde Ollier analisou o posicionamento da esquerda argentina frente à

democratização e observou como o exílio transformou-se em espaço de revisão das posturas radicais que muitos grupos assumiam. Essa revisão foi catalisada pelo contato com a nova realidade política e pelo contato com os diferentes integrantes da esquerda no exílio. Os exilados puderam relativizar seus posicionamentos anteriores, procurando solucionar uma crise da identidade da esquerda. Segundo a autora, a esquerda uniu-se a favor democracia contra o autoritarismo, abandonando os preceitos da luta armada para defender a abertura e livre participação política.

Esta característica da esquerda argentina contrapõe-se ao que ocorreu com a esquerda brasileira. A defesa da democracia pela esquerda brasileira dependia de diferentes concepções da democracia. Enquanto para alguns seria a reconstrução plena dos valores da liberdade e da igualdade, para outros seria um estágio para uma posterior atividade revolucionária que implantaria um governo popular.

Estas variações representam as divisões na abordagem que a esquerda deu ao processo de redemocratização. No entanto, fica evidente o abandono de verdades absolutas que predominante no pensamento dos grupos e a progressiva aceitação de novas possibilidades:

A diversidade de verdades faz com que compreendam que construir um mundo melhor é uma tarefa carente de linearidade, para a qual não há somente um caminho. Provavelmente, então, tão pouco exista uma única verdade.¹⁹⁰

O real significado da participação através dos regimes democráticos só pode ser avaliado com plenitude quando os exilados retornaram em 1979, após a publicação da lei Anistia. Embora restrita, a abertura política se legalizava com ampla participação dos setores populares internos e a estruturação de novos grupos partidários, que tentavam pressionar o governo para a ampliação da capacidade de voto.

¹⁹⁰ Ibid., p.195.

censura en brasil

NOTICIAS: CARTA DE RUI MESQUITA
Y DISCURSO DE PEDROSO HORTA
(ÍNTEGROS).

(págs. 17-18)

Últimamente, las agencias internacionales de noticias han difundido una serie de informaciones acerca del nuevo decreto de censura en Brasil transcribimos algunas noticias y dos documentos de la "oposición" burguesa, con el objetivo de dar subsidios para el análisis. Uno de los documentos es la carta que, Rui Mesquita, director del diario "Estado de São Paulo" ha enviado al Ministro de Justicia, Alfredo Buzaid. El otro es un discurso del Pedroso Horta, líder del MDB, en el Congreso.

Ya es bastante conocida (aunque no suficientemente analizada) la existencia de divergen-

(Pasa a la pág. 17)

CAMPANHA

N.º 1 — SANTIAGO DE CHILE — 28 DE SEPTIEMBRE DE 1972
TRANSFORMAR EL EXILIO EN UNA CAMPANA DE LUCHA

pelé el "humilde"

Pelé en más de una de sus "obras de caridad" dio una parte de su salario a los niños pobres. Pero, ¿quién sabe hasta donde va su honestidad? En verdad, la humildad de Pelé hace mucho que terminó (pág. 10).

alternativa a la dictadura: revolución de los trabajadores

(pág. 5)

comunicado: guerrilla en brasil

Hace, más o menos, dos meses, empezaron a circular informaciones y comentarios acerca de una gran concentración de tropas en la región amazónica (sur del Pará y del río Araguaia, en Goiás). Pero el gobierno silenció durante algún tiempo y sus primeras informaciones dijeron que la concentración en masa de tropas se trataba de "maniobras". Algunos periódicos llegaban a justificar la medida como una prevención al intenso contrabando de esta región.

Pero en el 25 de septiembre el diario "Jornal da Tarde" de São Paulo, que está bajo directa intervención del gobierno, publicó la siguiente noticia: "Las fuerzas armadas de Brasil han empezado una campaña combinada para expulsar los guerrilleros de una región amazónica. Se informó que por lo menos un soldado murió en combates entre guerrilleros y 5.000 hombres del Ejército, Fuerza Aérea y Marina. El Gobierno no reveló cuántos guerrilleros operaban en el Estado de Goiás, pero fuentes extraoficiales calculan entre 60 a 125 guerrilleros. En una semana el número de soldados y otras fuerzas alrededor de la localidad de Xambóia, a las márgenes del Río Araguaia aumentó de unos 200 a 5.000 hombres".

(Pasa a la pág. 10 y pág. 12)

Despertar antes de las 5 de la mañana, caminar cerca de 10 kilómetros y trabajar hasta que el sol se oculte. Volver a recorrer los mismos 10 kilómetros y llegar a la casa oyendo el llanto de hambre de los niños. El otro día empieza todo de nuevo. La tierra es fértil, pero la plata la tiene el patrón. (págs. 11 y 12).

"la ola roja EL MIA: se avecina una experiencia de lucha y avanza"

De "A Plebe", periódico obrero de 1919, transcribimos un artículo. En él se puede ver lo que el Socialismo representaba para la clase obrera en aquella época. Y se puede ver también que el Socialismo no es una cosa nueva y externa a los obreros brasileños, como dice mucha gente. (pág. 13).

El MIA (Movimiento Intersindical Anti-"Arrocho") fue uno de los primeros intentos de manifestación del movimiento obrero, después del Golpe Militar. Durante el año de 67, él consiguió movilizar sindicatos y oposiciones sindicales, llegando a hacer una marcha de casi 3.000 personas, en la lucha contra la compresión salarial. Pero los liderazgos se quedaron actuando solamente en las reuniones de Sindicato, lo que llevó el movimiento a desvanecerse. El compañero que expresa sus recuerdos, vivió el MIA en el Río Grande del Sur, donde este movimiento tuvo una de sus mejores manifestaciones. (págs. 7 y 8).

Telex - a. latina

TELEX - AMERICA LATINA - TELEX - AMERICA LATINA - TELEX - AMERICA LATI

ARGENTINA

29-6 — Buenos Aires — Manifestaciones estudiantiles de protesta contra 6 años de Gobierno militar. 600 detenidos. El Gobierno suspendió las actividades públicas y puso el Ejército en las calles.

S. Telmon — Desfilaron más de 1.000 populares. Represión del Ejército. Los manifestantes atacaron los soldados con coqueles molotov y piedras. Hicieron barricadas, incendiaron autos, gritando: Viva la lucha armada.

Córdoba — Protestas en diversos sectores de la ciudad. Hubo 198 detenidos.

4-7 — Buenos Aires — Huelga de profesores de la Facultad de Medicina. Toma del predio por 14 horas.

Bahía Blanca — Concentración estudiantil contra el Gobierno por el cierre de la Universidad Nacional del Sur. Luchas callejeras y barricadas.

La Plata — Concentración estudiantil por la libertad de los presos políticos. Manifestantes ocuparon la Facultad de Ingeniería.

Mendoza — Toma del Municipio de Malargue durante 24 horas. Los pobladores marcharon cantando himnos revolucionarios. Proclamaciones revolucionarias por la Radio tomada.

5-7 — Cinco Saltos — Ocupación de la Facultad de Ciencias Agrarias. Protesta contra la detención de estudiantes.

13-7 — General Roca — Rebelión en la ciudad por el período de 2 semanas. Empezó por la intervención del gobierno en el Diario Río Negro. Manifestaciones y represión militar. Incendiada la Dirección de Rentas de la Provincia. Instalada una radio clandestina que exhortaba la población a mantener la lucha. Paro total del Comercio. Hogueras para impedir el paso de los trenes. Toma del edificio de la Municipalidad por la destitución del Gobierno de la provincia. Las ciudades vecinas se solidarizan: Allen y Catriel. El ejército ha detenido muchas personas. Hubo 9 heridos.

20-7 — Salta — 50 obreros despedidos de una fábrica tomaron la ciudad (600 habitantes). Cortaron todas las comunicaciones y empezaron a cobrar peaje para los vehículos que pasaban por la ciudad. La plaza sería para las "ollas del pueblo", destinada al sustento de los obreros y sus familias.

26-7 — Córdoba — El ERP tomó el patio de la principal escuela de la ciudad y alzaron la bandera de la organización, haciendo al mismo tiempo distribución de panfletos.

23-8 — Huelga de 300.000 maestros. Paro de 72 horas. Mejores salariales.

Córdoba — Cierre de la regional de la CGT porque esta día tra a conocer la verdad acerca de los fusilamientos de Trelew.

15-9 — Buenos Aires — Estudiantes intentan protestar contra las conmemoraciones del golpe militar que derrocó a Perón. Hubo intentonas de reali-

zar desfiles en la Avenida Corrientes, pero fueron interrumpidos por la policía y ejército.

18-9 — Córdoba — Apertura de la Regional de la CGT.

MEXICO

1-8 — La guerrilla mexicana desmoraliza el ejército. El grupo "Brigada de Campesinos por la Justicia", comandado por Lucio Cabanas, atacó un camión lleno de armas, matando sus 7 soldados.

1-8 — Toma de una hacienda en Vera Cruz por 70 peones. El ejército intentó retirarlos por la fuerza. Muertos y heridos.

1-9 — Los Angeles — Huelga de 1.500 trabajadores agrícolas. Exigen aumento salarial.

15-9 — Los Angeles — Después de una huelga de 2 semanas, los 1.500 trabajadores agrícolas (recolectores de lechugas) vuelven al trabajo, habiendo logrado un nuevo contrato de trabajo con un aumento de 2,07 dólares por hora.

20-9 — Choque entre estudiantes. La Universidad de Monterrey estaba tomada por los estudiantes de izquierda y fue atacada por los de derecha. Hubo 70 heridos a bala.

COLOMBIA

13-7 — Huelga de los trabajadores de la Otis Elevator Company. Objetivo: aumento salarial.

26-7 — Arrestado el cura Jaime Santander por luchar junto a los campesinos de Manate contra los latifundistas locales.

31-7 — El Ejército Popular de Liberación en Medellín atacó un camión que transportaba armas. Los soldados fueron muertos.

1-8 — Fue expulsado de Colombia el periodista sueco Ari Stanf. Tomaba escenas de la guerrilla colombiana. Estaba haciendo una película acerca de la lucha revolucionaria en Latino América.

17-8 — Huelga de la empresa aérea Avianca. Los obreros trataron bloquear las pistas de los aeropuertos, pero fueron detenidos por el ejército y la policía. La empresa pretende despedir a los dirigentes del movimiento y a quien negarse a volver al trabajo. La huelga tenía como objetivos obtener un reajuste salarial.

17-9 — Ciudad de Bucaramanga — Muerte de 4 soldados en una emboscada guerrillera. Arrestados 4 sacerdotes como colaboradores del ejército guerrillero.

18-9 — Bogotá — Gran agitación debido a la detención de los sacerdotes. La Corte Suprema vota que los sacerdotes no deben ser juzgados por la justicia militar, es decir no entregarlos a las cortes marciales.

PERU

5-7 — Lima — Huelga de los trabajadores del periódico Prensa Peruana (el más importante del país). La protesta era en

contra de la dirección de la empresa que al cerrar sus puertas antes de las 18 horas ha impedido la entrada de más de la mitad de los trabajadores para la reunión que se realizaba en su interior. La reunión estipulaba el nuevo aumento salarial.

28/7 - Arequipa— Estudiantes de la Universidad de San Agustín ocuparon la plaza central para protestar en contra los programas de estudio y exigir la retirada de ciertos profesores. La policía ha reprimido. Los estudiantes defenderán con piedras sacadas de los bloques de la calle. Hubo muchos heridos.

29/7 - Puno— Manifestación estudiantil en contra la Ley Universitaria. Represión. Hubo 3 muertos: estudiante Augusto Lipa Calisaya, estudiante Roger Aguilar Callo y la comerciante Candelaria Herrera. Toda la ciudad puso bandera a medio palo con luto. Los estudiantes quemaron la comisaría.

15/9 - Lima — El Sindicato Único de Trabajadores en Educación ordenó una huelga de 24 horas. Por la noche los profesores, estudiantes y funcionarios huelguistas hicieron una manifestación en la calle que fue disuelta por la policía con gas lacrimógeno. La policía allanó igualmente el local sindical y detuvo a varios maestros, entre ellos Arturo Sánchez Vicente, secretario general.

GUATEMALA

29/7 - Un promedio de 3 muertes políticas por día. Los muertos son casi siempre campesinos asesinados por el ejército, por colaboración con los guerrilleros.

S. SALVADOR

29/7 — Movilizaciones estudiantiles - El ejército ocupó la Universidad Nacional, arrestando varios estudiantes que "hacían propaganda subversiva", sacando un periódico. El ejército dijo que habían 50 túneles que servían para guardar autos robados y usados en asaltos. Detuvieron también 5 profesores y el Rector. La acusación contra estos es que: instigaron a la rebeldía, en la medida que propusieron una reforma universitaria muy avanzada. Uno de los puntos de la reforma proponía que el decanato fuera elegido por los estudiantes. El gobierno ha designado una junta de 5 profesores de "su entera confianza para dirigir la Universidad en este momento de crisis".

BOLIVIA

6/6 — El magisterio pide cese de persecución contra docentes

13/6 — Muerte del dirigente comunista Roberto Alvarado Daza en la cárcel boliviana. Desde el golpe Roberto permaneció en varios campos de concentración bolivianos.

13/6 — El Colegio de Abogados ha pedido habeas corpus en favor de 55 abogados, médicos, ingenieros y economistas deteni-

TELEX - AMERICA LATINA - TELEX - AMERICA LATINA - TELEX - AMERICA LATI

O Campanha divulgava informações sobre manifestações de estudantes e operários dos diferentes países da América Latina. O objetivo era reafirmar a ideia do movimento internacional dos trabalhadores. Em consequência, os militantes aproximavam-se mais dos movimentos de esquerda do continente e ampliavam seu conhecimento sobre a realidade dos países da região.

... LUTE ...

... PARA ACABAR:

- COM O ARROCHO SALARIAL
- COM O DESEMPREGO
- COM A FOME E A MISÉRIA
- COM A CENSURA, REPRESSÃO E TORTURA

... PARA QUE OS TRABALHADORES TENHAM LIBERDADE

- DE MANIFESTAÇÃO E DE GREVE
- DE ORGANIZAÇÃO
- DE TER A SUA IMPRENSA
- DE CRIAR O SEU PARTIDO

LUTE!

ORGANIZE-SE E DENUNCIE

- O IMPERIALISMO
- A EXPLORAÇÃO DOS PATRÕES
- A DITADURA MILITAR

PARTICIPE NESTA CAMPANHA:

Transforme o exílio em parte de toda a luta contra a Ditadura Militar. Colabore com o CAMPANHA.

—Mande-nos informações, jornais e revistas brasileiras (novos e antigos).

—Leia, discuta e divulgue o CAMPANHA.

—Colabore financeiramente para a sua manutenção...

Em 5/72

**CHILE:
SACAR
LAS EXPERIENCIAS,
ORGANIZAR
LA RESISTENCIA.**

En Chile, hoy ,
resiste y lucha
el pueblo latinoamericano. Allá se decide ' el futuro próximo de América Latina.

CAMPANHA

N° 13 - 3 DE ENERO DE 1974

TRANSFORMAR EL EXILIO EN UNA CAMPAÑA DE LUCHA

**¡EL CAMPANHA
SIGUE!**

**¡NO CONSEGUIRAN
IMPEDIR
NUESTRA LUCHA!**

La derrota del pueblo latinoamericano en Chile tuvo una de sus consecuencias en la desorganización de la prensa revolucionaria de los refugiados que vivían allá. El Campanha fue uno de los muchos que sufrió parte de la represión.

Esta claro que en estos cuatro meses no conseguimos recrear las condiciones para que ello volviese como quisieramos. Pero la derrota no fue suficiente para impedir nuestra lucha. Durante estos meses nos reorganizamos en lo posible, buscamos y obtuvimos la colaboración solidaria de mu

chos que no están de acuerdo con todas las nuestras posiciones. Pero ' que comprenden que el Campanha hace parte de la lucha y que reorganizalo es parte de la reorganización general. Solamente con esta colaboración en la redacción y informaciones, en la ayuda material, en la propia cobertura legal del periódico, es que no fue posible sacar este número.

Con todas limitaciones que tuvo, en la redacción en los aspectos gráficos significa una victoria. Significa que el Campanha sigue.

*quem se encarrega das crianças e des
de menina aprende a dedicar-se a fami
lia ?*

*quem foi educada para ser terna e
não exigente, boneca e não inteligente, sub
missa e não criativa ?*

*quem tem uma dupla jornada de tra
balho, que é sub-qualificada, sub-empregada
e mal paga ?*

*quem tem sua vida afetiva e sexual li
mitada pela moral burguesa ?*

Encarte publicado em 15 de maio de 1975 em defesa dos direitos femininos.

Tiras que criticavam a censura e liberalização controlada divulgadas pela edição elaborada na França.

CAMPANHA

nº 24

25-07-1975

3fr

**NUMERO
DE APOYO
AL MOVIMIENTO
ESTUDIANTIL**

REPORTAJE
ESPECIAL:
E.C.A.

Edição do *Campanha* dedicada à análise do movimento estudantil no Brasil.

Frontispício do *Cadernos de Campanha* criticando o sistema eleitoral brasileiro.

BRINCANDO COM AS ELEIÇÕES

NOS MEIOS GOVERNAMENTAIS...

NOS MEIOS MODERADOS...

NOS MEIOS PARLAMENTARES...

NOS MEIOS DA ESQUERDA...

DEFENSORES DO "VOTO PROGRAMA" A PROCURA DE CANDIDATOS DEMOCRATICOS

NOSSOS CANDIDATOS

NA PROPAGANDA...

cadernos de
CAMPANHA

**LEIA
COLABORE
E...**

SUPLEMENT
A ALERT
COM. PARITAIRE
N° 41780
IMP. SPEC. CCP 2272 CLAUDE BOURDET

IMP. SPEC. CCP 2272 CLAUDE BOURDET
N° 41780
COM. PARITAIRE
A ALERT
SUPPLEMENT

ASSINE!

6n^{os} { **frança: 35fr**
ext: us\$10

CAMPANHA
cadernos de

**AYUDE A RECONSTRUIR
LOS ARCHIVOS DEL CAMPANHA:**

- Publicaciones revolucionarias ' de todo el mundo.
- Revistas corrientes que traigan informaciones sobre America Latina.
- Documentos Politicos.
- Libros.

...son cosas importantes para reconstruir nuestros archivos y biblioteca , para reconstruir nuestro periodico.

Colabore. Remetalos a través de ' la misma fuente por donde le llegó este periodico o para:

CAMPANHA C/O USLA
150 th Avenue
NY - NY - USA.

Propagandas para assinatura e doação de materiais divulgadas pelo *Campanha*.

Cadernos de **CAMPAÑHA**

N 30

BRASIL

Cadernos de Campanha dedicado à temática das eleições e do papel da esquerda.

Considerações finais

Os periódicos do exílio foram fundamentais para a aproximação entre os exilados, para o debate sobre a situação política do Brasil e sobre os desafios enfrentados no exílio. Destacaram-se como alternativas de mobilização contra a condição do exílio, ou por meio da defesa da democracia e fortalecimento das instituições e legislações, ou através da crença em uma revolução socialista por meio da luta armada.

Especialmente no Chile, abriu-se a possibilidade de envolver as comunidades latino-americanas na oposição ao regime militar e refletir sobre as formas de evitar que os modelos econômico e político da Ditadura brasileira se expandissem para os demais países. Além do *imperialismo*, definido como a intervenção dos EUA no continente, falava-se em *subimperialismo*, entendido como a ação invasiva do Brasil sobre a liberdade política e econômica dos países vizinhos. Embora os militantes de esquerda presentes no exílio divergissem sobre a “via institucional” ao socialismo, o Chile tornou-se o grande exemplo e a esperança para a comunidade de exilados.

O *Frente Brasileiro de Informaciones* e o *Campanha* representaram duas orientações de mobilização que, embora distintas, tinham como objetivo comum fragilizar a Ditadura brasileira e mobilizar os exilados em torno de um projeto comum. O primeiro surgiu representando os ideais da geração de 1964 de opor-se à Ditadura através da denúncia da tortura e das contradições do “milagre econômico”. Embora pertencesse a um grupo de denúncia em âmbito internacional, a Frente Brasileira de Denúncia, esteve ligado diretamente ao contexto chileno, refletindo a reorganização do Comitê de Denúncia da Repressão no Brasil. Embora o Comitê fosse acusado de burocratismo, o FBI abriu-se a novas necessidades políticas e à possibilidade de conjugar os diferentes grupos de esquerda que se dirigiram ao Chile a partir de 1968.

O *Campanha* representou claramente os objetivos da geração do exílio de 1968, defendendo a mobilização, a radicalização, o debate com os grupos de Esquerda, os erros da Esquerda brasileira e a necessidade de ampliar as relações com os diferentes segmentos da mesma. Se observarmos as trajetórias da imprensa no exílio, esta publicação destaca-se por sua resistência à repressão e pelo grande número de exemplares impressos. Surgiu numa tentativa de opor-se ao modelo do CDR e do *Frente*, buscando ser a nova e legítima voz dos exilados de acordo com uma concepção revolucionária voltada à construção da vanguarda política. Embora mantivesse o modelo da denúncia e as mesmas temáticas do *Frente*, destacou-se ao introduzir textos que buscavam o diálogo com os diferentes setores do exílio.

Esse diálogo realizava-se por meio da disponibilidade de espaço para que os grupos de esquerda no exílio apresentassem seus documentos e textos opinando sobre os temas explorados em cada edição. A seção *Debates* surgiu na segunda fase do jornal e trazia um panorama diverso das opiniões. Esta disponibilidade para publicar textos de outras organizações permitia ao jornal ter um número maior de leitores e pessoas envolvidas.

A abertura ao debate não deixou de fazer do *Campanha* um instrumento de um grupo com ideias e estratégias bem definidas. O jornal tinha um projeto revolucionário construído com base nos princípios da Fração Bolchevique e, por mais que divulgasse um discurso de aceitação da variabilidade e união dos exilados, o debate servia ao propósito político do grupo de arregimentar forças para sua revolução proletária internacional. Além disso, embora fossem a favor da renovação da esquerda, o *Campanha* permanecia atrelado à ideia da vanguarda proletária defendida pelo grupo.

As críticas feitas pelo *Campanha* ao *Frente* promoveram uma reorientação do jornal. Os editoriais presentes nos seus últimos exemplares clamavam por uma reflexão sobre os problemas dos trabalhadores em uma ação conjunta. Os integrantes da *Frente* viram que a intensificação da repressão no Brasil não poderia ser resolvida sem uma aproximação com outros movimentos. Vivendo em realidades sócio e culturalmente distintas da brasileira, em condições propícias à desmobilização e à dispersão das forças, somente a relação entre os diferentes setores do exílio teria força para conduzir um movimento internacional de oposição à Ditadura Militar brasileira.

Como mobilizar todos os exilados e setores populares para uma revolução a partir do exílio? O *Frente* propôs a troca de informações e conseguiu resultados concretos, já que os crimes de tortura e a ausência de liberdade do regime brasileiro foram expostos ao mundo. O *Campanha* tentou propor alternativas concretas, como a mobilização dos setores populares e o debate sobre os problemas nacionais. Conseguiu aproximar os grupos e concretizar os debates, mas sua proposta política não se concretizou.

O *Campanha* também passou por grandes transformações que mostram a própria trajetória da esquerda. Sua primeira fase baseava-se na proposta de transformar o exílio em um espaço de ação. Sua segunda fase dedicou-se a buscar respostas para os erros da esquerda, para a longevidade das Ditaduras e para o sucesso do golpe de 1973.

Uma das principais consequências do exílio foi a ampliação do olhar da esquerda brasileira para o continente latino-americano. Os exilados aproximaram-se dos chilenos, dos bolivianos, dos argentinos e dos peruanos, vivendo a realidade destes povos e compreendendo-os melhor. Os projetos revolucionários aproximaram-se e a esquerda

brasileira exilada criou uma visão mais concreta do que seria um movimento internacional de massa.

O internacionalismo e aproximação com a classe proletária ampliaram a percepção do Chile e dos movimentos latino-americanos. O apoio a estes movimentos representava a concretização de um movimento próprio de luta contra os regimes ditatoriais. A ideia da revolução proletária internacional ganhava maior vigor num discurso que tomava a condição do exílio como essencial para a concretização daquela estratégia, já que os exilados tinham a possibilidade de interagir, mobilizar e comunicar.

A terceira fase do *Campanha* tornou-se mais teórica. O contexto já era bastante diverso. A democratização do país reconduzia os exilados para um novo problema: as estratégias de redemocratização. Para a maior parte dos militantes, a ideia da abertura política foi sempre vista com muitas críticas, já que a ideia de democracia que defendiam pressupunha a construção da justiça social pelas massas. O *Campanha* era favorável à democratização, mas criticava as estratégias que o regime utilizava para construí-la. Segundo o jornal, era necessário ter clareza dos artifícios utilizados pela ditadura; a abertura política deveria ser acompanhada como uma brecha para a ação popular, que seria a única força capaz de gerar um estado democrático.

Embora a promulgação da Lei de Anistia em 1979 tenha sido resultado de um processo de abertura política controlada pelo regime, deve-se salientar que houve mobilização de setores da sociedade civil, como as organizações estudantis, a Igreja, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa. Esta mobilização interna do país foi enaltecida no exterior pelo *Campanha*, que procurava mostrar a força da oposição no interior do Brasil para dar maior legitimidade à descrição da ditadura como inimigo internacional.

A promulgação da Lei de Anistia em 1979 representou para os exilados uma brecha para o retorno ao sistema político. Para muitos, foi inesperada. Retornar ao Brasil era a possibilidade de tentar engendrar novas formas de oposição. Os novos projetos políticos seriam gestados a partir da observação de um país diferente daquele vivenciado no exílio.

A maioria dos militantes retornou ao país trazendo na bagagem experiências e ideias construídas na vivência da fuga, da separação, da saudade, da esperança e da desilusão. Aqueles militantes participariam do regime político institucionalizado, lutando por eleições justas, pela solidez do modelo pluripartidário e por uma legislação que assegurasse amplos direitos.

Principais fontes

Periódicos:

- 1- *Brasil Hoy* (1965-1973)
- 2- *Campanha* (produzido no Chile entre 1972 e 1973)
- 3- *Cadernos de Campanha* (produzido em Paris entre 1975-1979)
- 4- *Cartas Chilenas—Segunda época*. (1971-1972)
- 5- *Frente Brasileño de Informaciones* (1969 a 1973)
- 6- *Juventud Brasileña por la solidaridad antiimperialista, la paz y la amistad* (junho e julho de 1973)
- 7- *Outubro - Órgão trotsquista brasileiro* (abril e outubro de 1972)
- 8- *Palmares—Marxismo y revolución*. (dezembro de 1971)
- 9- *Resistência* (produzido no Chile em 1969 e em Paris a partir de 1970, com exemplares datados até 1972)
- 10- *Temas y Debates — de la lucha revolucionaria en Brasil y América Latina*. (1970-1973)
- 11- *Teoria y práctica* (1970-1973)
- 12- *Unidade e Luta — Pela reunificação dos marxista-leninistas brasileiros*. (1971-1973)

Depoimentos:

Alfredo Siykys. Entrevista concedida por e-mail, 04 de janeiro de 2010.

José Maria Rabêlo. Belo Horizonte, 19 de janeiro de 2010.

Nilton Santos. Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 2010.

Yara Gouvêa. Entrevista concedida por e-mail, 16 de fevereiro de 2010.

Referências bibliográficas

- AGGIO, Alberto. *Democracia e Socialismo: A experiência chilena*. São Paulo: Annablume, 2002.
- _____. “A esquerda brasileira vai ao Chile”. *História Viva*, edição 42, abril de 2007.
- _____. *A estratégia democrática ao socialismo e o Governo Allende — uma contribuição ao estudo da esquerda latino-americana*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.
- ALARCÓN, Rodrigo. *Brasil: represión e tortura*. Santiago: Editora Orbe, 1971.
- ALVES, Marcio Moreira Alves. *Tortura e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1987.
- _____. *68 mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: EDUSC, 2005.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Caminhos Cruzados: Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1964-80)*. Tese de doutorado, São Paulo: FFLCH/USP, 1994.
- _____. *Censura Imprensa, Estado Autoritário (1968-78) – o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: FFLCH/USP, 1990.
- _____. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-78) – o exercício cotidiano da dominação e da resistência (O Estado de São Paulo e Movimento)*. Bauru: EDUSC, 1999.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. *Da revolução*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Arquidiocese de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARTIGAS, José del Pozo. *Exiliados, emigrados y retornados: chilenos en América y Europa (1973-2004)*. Santiago: RIL Editores, 2006.

ARTURI, Carlos S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, nº 17, nov. 2001, p.11-31.

BETHELL, Leslie. *Ideas and ideologies in twentieth century Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e Integração na América do Sul (Da Triplíce Aliança ao MERCOSUL: 1870 – 2003)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BICUDO, Helio Pereira. *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. São Paulo: Martins Fontes / Pontifícia Comissão de Justiça, 1976.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11ª ed., Brasília: Editora UNB, 1998.

BOLZMAN, Claudio. Los exiliados del Cono Sur dos décadas más tarde. In: *Nueva Sociedad*, nº12, setembro-outubro, 1993, p.126-135.

BONA GARCIA, J. C. *Verás que um filho teu não foge à luta*. Porto Alegre: Ed. Posenato Arte & Cultura, 1989.

BRANCO, Carlos Castello. *Os militares no poder*. 2ªed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Dependencia y desarrollo en América Latina*. México D.F., Siglo Veintiuno Editores, 1978.
- CARONE, Edgar. *Movimento Operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Difel, 1984.
- CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. *O Bravo matutino — Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-ômega, 1980.
- CAPELATO, Maria Helena. Memória da Ditadura Militar argentina: um desafio para a História. *Clio, Revista de Pesquisa Histórica*. Recife, nº 24, 2006.
- CAMARGO, Célia Reis (org.). *Guia do Acervo — Cedem*. São Paulo: Cedem/UNESP, 2008.
- CARDOSO, Elisabeth da P. *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo / Escola de Comunicação e Artes, 2004.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imprensa irreverente, tipos subversivos. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e KOSSOY, Boris. *A imprensa confiscada pelo DEOPS: 1924-1954*. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial, Arquivo do Estado, 2002, p. 19 - 59.
- CARVALHO, Apolônio de. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- CASTAÑEDA, Jorge G. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- CASTRO, CELSO & D'ARAÚJO, Maria Célia (orgs.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da Transição Brasileira: Uma Ditadura Militar à democracia. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, nº 25, nov. 2005, p. 83-106.
- COGGIOLA, Osvaldo Luis Angel. *Governos militares na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2001.
- COLLIER, David (org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CORTES, Verônica Patrícia Aravena. *A imprensa na transição de regimes autoritários- Estudo de dois casos: Brasil e Chile*. Dissertação de mestrado, São Paulo: FFLCH/USP, 1994.
- CORTEZ, Lucili Grangeiro. *O Drama Barroco dos exilados do Nordeste*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2003.
- COSTA, Albertina de Oliveira. *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- COUTO, Ari Marcelo Macedo. *Greve na Cobrasma: uma história de luta e resistência*. São Paulo: Annablume, 2003.
- D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2000.
- DAVID, Maurício Dias. “ Marcito, antes de tudo um jornalista”. Depoimento prestado por ocasião da morte de Márcio Moreira Alves. Disponível em: <http://www.conversaafiada.com.br/antigo/?p=7086>. Acesso em 22 de janeiro de 2010.

- DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução*. Havana: Casa de las Américas, 1967.
- DINGES, John. *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- DINES, Alberto. *O papel do jornal: uma releitura*. São Paulo: Summus Editorial, 4ª ed., 1986.
- DOCKHORN, Gilvan Veiga. *Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964-1974)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- DORFMAN, Ariel. *O longo adeus a Pinochet*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- DREIFUS, René. *1964: a conquista do Estado*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.1, 2007.
- FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucília A. Neves (orgs.). *O Brasil Republicano- O tempo da Ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2003.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam - Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAÚJO, Maria Paula; QUADRAT, Samanta Viz. (orgs.). *Ditadura e Democracia na América Latina. Balanço Histórico e Perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- FREI BETTO. *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GABEIRA, Fernando. *Carta sobre a Anistia: a entrevista do Pasquim; Conversação sobre 1968*. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

_____. *O crepúsculo do macho*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

_____. *O que é isto companheiro?*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GARCIA, Marco Aurélio (org.). *As esquerdas e a democracia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, 1986.

_____. "Contribuição à história da esquerda brasileira, 1960-1979". *Em Tempo*, s n.. São Paulo, 1979.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GAZZOTTI, Juliana. *Jornal da Tarde (1966-75): ideologia e Ditadura Militar*. Tese de doutorado, São Carlos: UFSCAR, 2004.

GIANOTTI, Vitor. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. *Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada*. 4ª ed, São Paulo: Ática, 1990.

GOUVÊA, Yara e BIRCK, Danielle. *Duas Vozes*. São Paulo: Editora de Cultura, 2007.

- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GRINBERG, León. *Psicoanálisis de la migración y del exilio*. Madrid: Alianza Editorial, 1984.
- GULLAR, Ferreira. *Rabo de foguete*. Revan: 2ª ed., 1998.
- HOBBSMAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. *Sobre História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998; “Não basta a história de identidade”, p. 281-292.
- HUNTER, Wendy. *Eroding military influence in Brazil: Politicians against soldiers*. UNC Press, 1997.
- KINZO, Maria D’Alva G. *A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição*. São Paulo em Perspectiva, v. 15, nº 4, 2001, p. 3-12.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: EDUSP, 2ª ed., 2003.
- LENIN, Vladimir Ilich. *Que fazer?: A organização como sujeito político*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- LINZ, Juan J. *A transição e consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- LOWY, Michel. *O marxismo e a América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2ª ed., 2006.

- MACHADO, Cristina Pinheiro. *Os exilados: Cinco mil brasileiros à espera de anistia*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.
- MARIANO, Nilson. *As Garras do condor: Como as Ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. México D.F, Serie Popular Era, 1988.
- MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai*. Dissertação de mestrado, Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2006.
- MASSENA, Andréia Prestes. *Exílio em Moçambique: as experiências vividas em terra estrangeira durante a Ditadura Militar no Brasil*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.
- MIR, Luís. *A revolução impossível*. São Paulo: Best Seller, 1994.
- MOISÉS, José Álvaro. *Os brasileiros e a democracia: Bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- MORAES, João Quartim de (org.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1995-1998, v.2-4.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A figura caricatural do gorila nos discursos da esquerda. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 15, p. 195-212, jul.-dez. 2007.

MULAS, Andrea. “Las relaciones político-jurídicas entre Lelio Basso y el CEREN en los años de gobierno de la Unidad Popular”. *Revista Universum*, nº 20, vol. 1, Universidad de Talca, 2005, p. 80-87.

O'DONNELL, Guillermo. *Reflexões sobre os Estados burocrático-autoritários*. São Paulo, Vértice, 1987.

_____. Why the Rule of Law matters. *Journal of Democracy*, out. 2004.

_____. *Transições dos regimes autoritários: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice, 1988.

OLLIER, María Matilde. *De la revolución a la democracia: cambios privados, públicos y políticos de la izquierda argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

OVIEDO, José Miguel. *Breve historia del ensayo hispanoamericano*. Madri: Alianza Editorial, 1991.

PAIVA, Tatiana Moreira Campos. *Herdeiros do Exílio: Memórias de Filhos de Exilados brasileiros da Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, Dissertação de Mestrado, 2004.

PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Ed. Travessa dos Editores, 2005.

PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada: memórias romanceadas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

_____. PAZ, Carlos Eugênio. *Nas trilhas da ALN*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula*. 5ª Ed., São Paulo: Editora 34, 2003.

- POLICZER, Pablo. A polícia e a política de informações no Chile durante o governo Pinochet. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, 1998.
- PRADO, Maria Ligia Coelho; SOARES, Gabriela Pellegrino & COLOMBO, Sylvia. *Reflexões sobre a Democracia na América Latina*. São Paulo: Editora do SENAC, 2007.
- QUEIROZ, Maria José. *Os males da ausência, ou A literatura do exílio*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
- RABÊLO, José Maria, RABÊLO, Tereza. *Diáspora: os longos caminhos do exílio*. São Paulo: Geração Editorial, 2001.
- RAMA, Angel. La riesgosa navegación del escritor exiliado. In: Nueva Sociedad. nº 35, março-abril 1978, pp. 5-15.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ & Jair Ferreira (orgs.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. 2ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964 - 2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- RICÚPERO, Bernardo. “Existe um pensamento marxista latino-americano?” In: *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1996.

- _____. “Ecos de Trotsky na esquerda armada brasileira (1964-1974)”. *Estudos de Sociologia*, v.2, nº 2, 1997, p. 93-95.
- RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- RONIGER, Luis; GREEN, James N. Exile and the politics of exclusion in Latin America. In: *Latin American Perspectives*, v. 34, n. 4, julho de 2007, p. 3-6.
- ROLLEMBERG, Denise. A ideia de Revolução: Da luta armada ao fim do exílio (1961-1979). In: *Que história é essa? Novos temas e novos problemas em História*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994, p. 111-130.
- _____. A imprensa no exílio. In: CARNEIRO, Maria Luíza Tucci (org). *Minorias Silenciadas: História da censura no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2002.
- _____. Exílio: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- _____. The Brazilian exile experience: Remaking identities. In: *Latin American Perspectives*, v. 34, n. 4, julho de 2007, p. 81-105.
- ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. São Paulo: editora Alfa – Omega, 1984.
- SADER, Eder. *Um rumor de botas: A militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Polis, 1982.
- _____. *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, Idelette Muzart Fonseca; ROLLAND, Denis. *L'Exil brésilien em France: Histoire et imaginaire*. Paris: L'Harmattan, 2008.

SANTOS, Jorge Pinheiro. *Novela de memórias: um pedaço de mim*. São Paulo: Elewa Cultural, 2008.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na Ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SHIN, Doh Chull. "Democratization Perspectives from global citizens". In: DALTON, Russel; KLINGEMANN, Hans- Dieter (eds). *The Oxford Handbook of Political Behavior*. Oxford University Press, 2007, p. 259-282.

SILVA, Cátia Cristina Almeida. *Resistência no exterior: os exilados brasileiros no Chile (1969-1973)*. Usos do passado: XII Encontro regional de História, Anpuh. Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Os exílios dos intelectuais brasileiros e chilenos, na França, durante as Ditaduras militares: uma "história cruzada". *Nuevo Mundo — Mundos Nuevos*. Número 7, 20. Disponível em: nuevomundo.revues.org/document5791.html.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. *Prelúdios e Noturnos: ficções, revisões e trajetórias de um projeto político*. Dissertação de mestrado, Campinas: UNICAMP-IFCH, 2006.

SIRINELLI, Jean François. "Os intelectuais". In. REMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.

_____. Génération et histoire politique. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*. nº. 22, abril-junho de 1989, p. 67-80.

SIRKIS, Aldredo. *Roleta Chilena*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1982.

_____. *Os carbonários: Memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1980.

SOARES, Glaucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1995, p. 7-41.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Percival de. *Autópsia do Medo*. São Paulo: Globo, 2000.

STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

STEPAN, Alfred C. (org.). *Democratizando o Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SZNAJDER Mario; RONIGER, Luis. Political exile in Latin America. In: *Latin American Perspectives*, v. 34, n. 4, julho de 2007, p. 7-30.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

TELLES, Janaína (org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?*. São Paulo: Editora Humanitas/ FFLCH/ USP, 2ª ed., 2001.

UCHÔA CAVALCANTI, Pedro Celso; RAMOS, Jovelino (orgs.). *Memórias do Exílio: Brasil — (1964-19??). De muitos caminhos*. vol.1, São Paulo: Livraria Livramento, 1976.

VARAS, Augusto et all. *Chile, Democracia, Fuerzas Armadas*. s/1, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), 1980.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988.

VERDUGO, Patricia. *Como os EUA derrubaram Allende: Chile, 1973*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

VIDAL, Paloma. *A História em seus restos: Literatura e exílio no Cone Sul*. São Paulo: Annablume, 2004.

VIEIRA, Liszt. *A busca: Memórias da Resistência*. Rio de Janeiro: Hucitec, 2008.

VINÃR, Marcelo; VIÑAR, Maren. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 1992.